

COLOCAR O PT À ALTURA DOS TEMPOS

O movimento antiglobalização neoliberal continua avançando, solapando a legitimidade do projeto hegemônico na burguesia. Depois de Quebec, a Europa vive dias acalorados. Mas as mobilizações prometem voltar a nosso continente, em setembro, quando da reunião do FMI-Banco Mundial em Washington. O Fórum Social Mundial, o encaminhamento nacional das jornadas internacionais de protesto e a organização da luta contra a ALCA são desafios políticos centrais colocados para a esquerda brasileira (ver páginas 10 a 16).

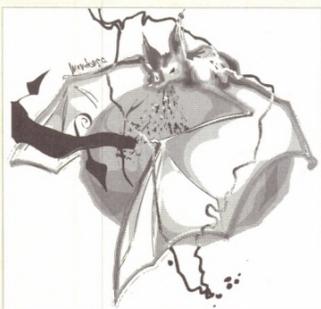
Mas a situação política se altera rapidamente também no Brasil. A desmoralização política pelas acusações de corrupção, a crise energética e a crise cambial estão produzindo o apagão político do governo FHC. A combinação de mobilizações sociais e fraturas no bloco no poder abre o espaço para a esquerda viabilizar aqui uma alternativa ao neoliberalismo (ver páginas 5 a 9).

O PT está, entretanto, tendo dificuldades de dar expressão política a esta nova situação, atuando como se ainda estivéssemos vivendo no apogeu do neoliberalismo – quando todos seus próceres na América Latina estão hoje detidos ou foragidos, à exceção de FHC, e o projeto global e suas instituições submetidos a cerradas críticas. A proposta de política econômica apresentada pelo Instituto da Cidadania trabalha sobre um cenário anacrônico, defensivo, e corre o risco de colocar o PT na contramão da história, posicionando-nos de maneira totalmente defasada nas eleições de 2002 (ver capa, pág. 3 e 4).

Vivemos tempos de renovação das esperanças, do espírito militante e do socialismo. O PT deve se colocar em sintonia com nosso tempo.

José Corrêa Leite é editor do Em Tempo.

NESTA EDIÇÃO



A LUTA CONTRA A ALCA E O NOVO INTERNACIONALISMO

Dossiê com textos de Emir Sader, José Corrêa Leite e documentos do *Public Citizen* e da Aliança Social Continental

PÁGINAS 10 A 16

MARIA ELISA CEVASCO MOSTRA POR QUE LER FREDRIC JAMESON

PÁGINAS 20 A 22

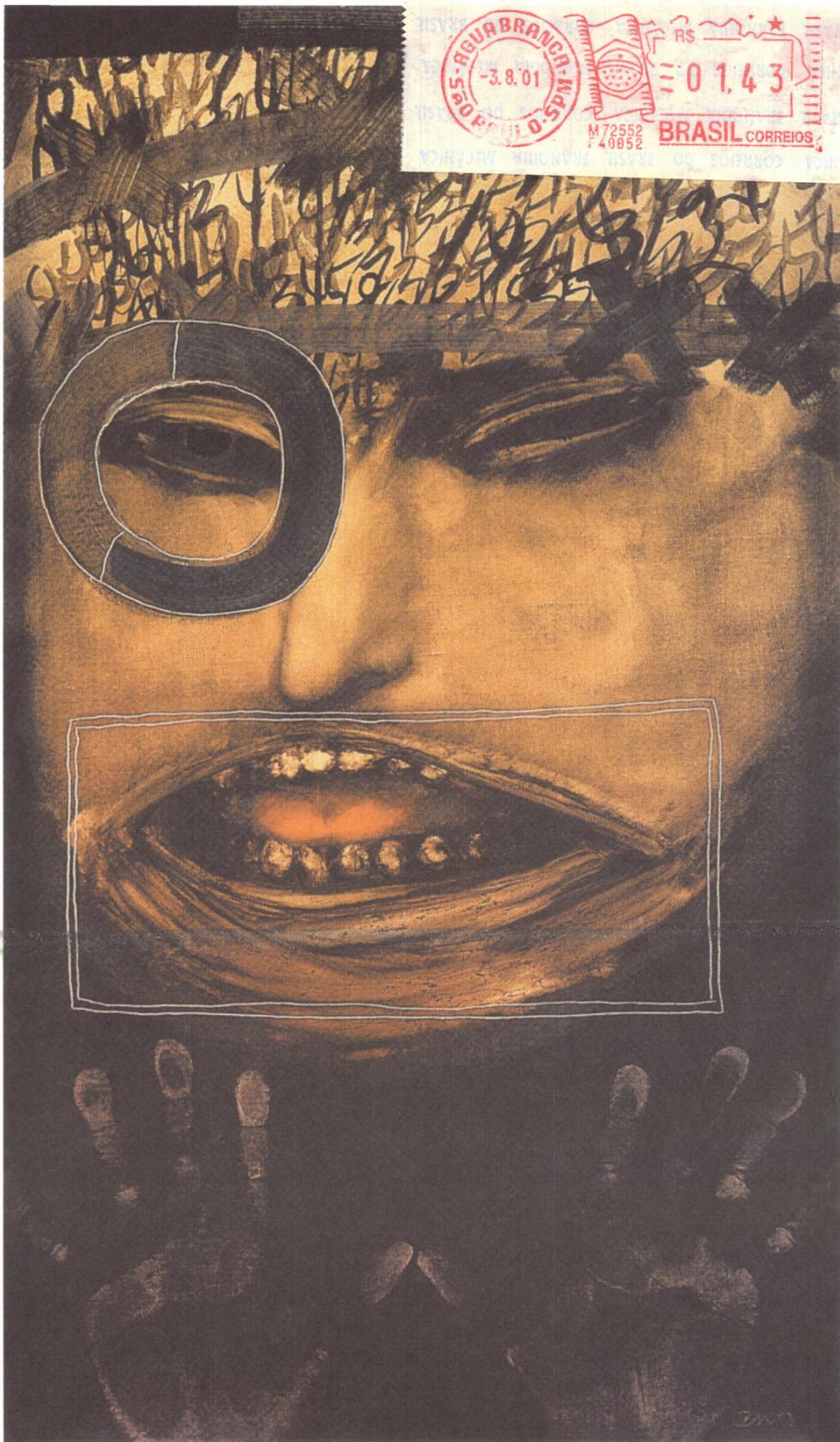
UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL, UM OUTRO BRASIL É URGENTE:

DOCUMENTO APRESENTADO

PARA AS ELEIÇÕES

DA DIREÇÃO DO PT

PÁGINAS 7 A 9



PROGRAMA ANACRÔNICO

O texto "Um outro Brasil é possível", elaborado no âmbito do Instituto da Cidadania e divulgado no dia 18 de junho, vem sendo chamado pela imprensa de "programa de governo do PT", ou de esboço disto. Já o site do PT fala em "Programa Econômico" do Instituto da Cidadania.

De fato, é muito exagerado chamar o texto de "programa de governo": ele se centra em questões econômicas, e toca em outros temas (como educação, saúde, combate à corrupção, segurança pública, e em diversos temas políticos) de forma extremamente sumária. Parece que a idéia era fazer um "programa de governo";

mas como sua redação ficou a cargo de economistas, o resultado ficou muito distante disto.

Além disto, certamente é mais legítimo dizer que ele é do Instituto da Cidadania, do que do PT. Os próprios membros do Diretório Nacional do partido tomaram conhecimento de sua existência pela imprensa. A bancada federal do PT criticou este método; Aloísio Mercadante e José Dirceu lhe deram a explicação absurda de que "se fosse divulgado internamente, o texto acabaria vazando" (*Folha de S. Paulo*, de 20/06).

Na verdade, o texto foi imposto ao PT como uma espécie de primeira versão do programa

INSTITUTO DA CIDADANIA LANÇA PROPOSTA DE POLÍTICA ECONÔMICA PARA CONSUMO DA MÍDIA, NA CONTRAMÃO DO MOVIMENTO MUNDIAL CONTRA A GLOBALIZAÇÃO.

JOÃO MACHADO

de governo para a próxima candidatura Lula. A sua divulgação deu início a uma discussão na imprensa sobre em que medida Lula e o PT estão mais moderados e "confiáveis"; fica claro que fazer este debate com os "formadores de opinião" do terreno adversário é uma preocupação muito mais prioritária para alguns estrategistas do chamado "campo majoritário" do PT do que a discussão democrática no partido.

DEBATER COM OS "FORMADORES DE OPINIÃO" ADVERSÁRIOS

Certos comentaristas da imprensa atribuíram ao documento uma importância desmedida, a de caracterizar uma grande guinada política. Clóvis Rossi, por exemplo, escrevendo na página de editoriais da *Folha de S. Paulo*, disse que "quase doze anos depois de sua queda real, o Muro de Berlim simbólico acaba de ser enterrado no Brasil pelo programa do PT". Segundo este jornalista, se já nas campanhas presidenciais de 1994 e de 1998 o PT havia arquivado a palavra "socialismo" e seus derivados, isto tinha sido feito a contragosto, e "pairava no ambiente a expectativa de que uma nova acumulação de forças (...) permitisse que, mais adiante, o socialismo voltasse a ser pensado". Só agora o arquivamento do socialismo teria deixado de ser apenas "tático".

Fernando Rodrigues, no seu site no *UOL*, em matéria do dia 20 de junho, chamou a atenção para o fato de a palavra "socialismo" aparecer no texto divulgado apenas uma vez, e mesmo assim usada de modo pejorativo (numa referência ao colapso do "socialismo real"), enquanto a palavra "social", usada segundo ele em expressões consagradas pelos tuanos (como "contrato social"), aparece 68 vezes. E concluiu taxativamente: "trata-se de uma radical entrada do ex-partido operário PT no discurso da social-democracia". Na mesma linha ainda, a revista *Veja*, colocou a foto do Lula na capa da sua edição com data de 4 de julho com a chamada: *Lula light* (a linha da matéria no interior da revista, contudo, foi um tanto diferente: segundo *Veja*, o PT e o Lula "mudaram um pouco").



ANGELI

6ª CONFERÊNCIA DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Será realizada nos dias 3, 4 e 5 de agosto, em Florianópolis, em Santa Catarina, a 6ª Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores. Precedida de conferências estaduais, ela discutirá as orientações desta corrente do PT para o período que vai até o início de 2003, compreendendo a disputa das direções do partido neste ano, o próximo Fórum Social Mundial de Porto Alegre e a eleição de 2002.

O debate foi organizado em torno da premissa de que atravessamos um período importante de mudanças na situação política no Brasil e no mundo. Com o ascenso do movimento anti-globalização e o agravamento das contradições do capitalismo internacional, abriu-se uma nova situação política, mais favorável aos setores populares. Esta alteração no cenário mundial encontra correspondência na crise do

governo FHC e nos impasses do neoliberalismo no Brasil. É por isso que o debate foi planejado de forma a dar uma grande ênfase na discussão sobre a situação internacional, os movimentos de resistência que têm se desenvolvido e no balanço da transição ao capitalismo na ex-União Soviética. A discussão programática contempla ainda a discussão de ecologia, gays e lésbicas, juventude e luta anti-racista (considerando a questão de gênero como transversal, perpassando todos os temas).

O próximo Fórum Social Mundial é outro ponto desta pauta internacionalista. A discussão nacional compreende a discussão sobre a conjuntura brasileira, os desafios que ela coloca para nossa esquerda, a intervenção do PT no próximo processo eleitoral e a organização da própria tendência Democracia Socialista. Ao final será eleita a coordenação da tendência.

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Albulquerque Lins, 633 - conj. 91 - Sta Cecília - São Paulo - SP - CEP 01230-001** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - **Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380** - Fone: (51) 226.5450. A assinatura é de 6 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

NOTAS

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. R. ALBULQUERQUE LINS, 633 - CONJ. 91 STA CECÍLIA - SÃO PAULO/SP - CEP 01230-001 FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. **PERIODICIDADE:** BIMESTRAL. **FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO:** 16 DE JULHO

Porto Alegre 2002: primeiras definições

A preparação do próximo Fórum Social Mundial começa, lentamente, a ganhar corpo. Um passo importante neste sentido está sendo a ampliação das instâncias de convocação e organização do Fórum, tanto no plano internacional como nacional. O Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial foi estabelecida no ano passado, no processo de preparação do Fórum de 2001.

Assumiram a frente da sua organização as oito entidades que hoje constituem o Comitê Organizador (MST, CUT, Abong, Attac, Ibase, Justiça Global, Cives e Comissão de Justiça e Paz). Mas, na medida em que o evento se consolidou, surgiram os problemas decorrentes desta situação: os rumos do próximo Fórum devem ser estabelecidos a partir de uma instância internacional, se queremos que ele reflita o caráter global da luta contra a mundialização capitalista; e o Comitê Brasileiro ampliado, já que nada justifica que entidades com grande representatividade social, que queiram assumir o Fórum, não sejam parte ativa em sua organização.

A primeira questão começou a ser equacionada com a formação do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Mais de 60 representantes de organizações não-governamentais, redes e movimentos sociais da África, Ásia, Europa e Américas se reuniram nos dias 10 e 11 de junho. O conselho tem como principais objetivos a consolidar o processo de mundialização do FSM, apoiar o FSM2002 de Porto Alegre e assegurar sua continuidade para além de 2002.

A reunião debateu a idéia de que o FSM não é apenas um acontecimento, mas parte de um processo que se constrói, e consolidou a definição de que o próximo Fórum deverá ter um caráter essencialmente propositivo. Os desafios principais apontados foram a incorporação de temas ausentes ou que tiveram pouco destaque no primeiro FSM e a ampliação da participação de outros continentes, como África e Ásia. Como parte deste esforço de mundialização, a próxima reunião do Conselho Internacional foi marcada para Dakar, no Senegal, no final de outubro.

A segunda questão foi tratada na reunião do Comitê Brasileiro de 4 de julho, de definiu um processo de formação de um Conselho Brasileiro, abarcando um número expressivo de entidades representativas que deverão ser comprometidas com o processo de preparação do Fórum de 2002. A organização do Conselho Brasileiro, que não exclui a questão de uma futura ampliação do Comitê Organizador, será feita nesse mês e durante agosto.

A reunião de julho também adotou as definições básicas relativas à infraestrutura do evento em Porto Alegre. A partir das alternativas apresentadas pelo governo gaúcho, foi aprovada a proposta de fazer as conferências da manhã em um local concentrado, a PUC, comportando cerca de 7.400 delegados. Um esquema de telões e testemunhos paralelos poderá envolver, em outros espaços, várias dezenas de milhares de pessoas, embora isso crie complexos problemas de infra-estrutura de serviços para a cidade. Onde o processo ainda está parado é na preparação política das atividades do Fórum, que só será discutida em agosto.

LEIA NESTA EDIÇÃO DOS CADERNOS EM TEMPO:

CADERNOS EM TEMPO ATTAC-SP



NÚMERO 327 - JUNHO / JULHO DE 2001
Co-edição Em Tempo / Attac-SP - R\$ 2,00

los quais o Brasil deve se recusar a participar das discussões sobre a formação da Alca: é uma extensão do Nafta, cujos efeitos foram desastrosos, foi elaborado em segredo, degradará os direitos trabalhistas e as condições ambientais, aprofundará a desindustrialização e a privatização, eliminará a soberania e a identidade cultural nacional. E, como afirmou a cúpula dos Povos, em Quebec, uma outra integração é possível.

A Área de Livre Comércio das Américas e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas, de Maude Barlow

Maude Barlow, presidente do Conselho de Cidadãos Canadenses e diretora do Fórum Internacional sobre Globalização, foi a principal figura canadense nos protestos de Quebec - os manifestantes foram chamados de "Maude's mob" (a turba de Maude). Neste texto, ela faz o mais abrangente estudo crítico já desenvolvido sobre as implicações da Alca para nosso continente, abarcando até mesmo os aspectos danosos da liberalização comercial no terreno da cultura. Um texto indispensável para quem está preocupado com o futuro de nosso país e de nosso continente.

Temos nesta edição um número especial, uma realização conjunta dos Cadernos Em Tempo com a Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos - ATTAC-SP

Na pauta, dois textos visando promover o debate público no Brasil em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Dez razões para o Brasil dizer não à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), da ATTAC-SP

Trata-se de um texto didático, para trabalho militante, visando esclarecer os motivos pe-

A pontar a “guinada” do PT ou do Lula em direção à social-democracia a partir do texto do Instituto da Cidadania é muito exagerado. O texto é mesmo, no geral, bem moderado, e em muitos aspectos adota concepções que não se distinguem das da social-democracia. Mas não é significativamente diferente daquilo que o “campo majoritário” do PT vem defendendo nos últimos anos.

Em um aspecto importante, aliás (na questão da ALCA), é até um pouco melhor. Embora a redação do Instituto da Cidadania a respeito não prime pela clareza, podemos entender que diz que o PT deve opor-se à ALCA: “Para enfrentar a iniciativa da ALCA e propor formas alternativas de integração continental necessita-se de uma ampla coalizão nacional de forças e de um complexo processo de alianças no continente. Este esforço de alianças anti-ALCA envolve inclusive forças progressistas no interior dos Estados Unidos”. Já o “campo majoritário” do PT propõe para o próximo encontro do partido (em um documento que tem aliás o mesmo título do programa do Instituto da Cidadania, “Um outro Brasil é possível”), uma formulação que diz apenas que “a implantação da ALCA, como está sendo proposta, pode representar para as economias latino-americanas a desestruturação de parte do seu sistema produtivo e a anulação de sua soberania”. Como se sabe, também o governo FHC vem criticando a implantação da ALCA “como está sendo proposta”.

A BUSCA DA MODERAÇÃO

Ao contrário de representar uma guinada recente, a busca obsessiva de posições “moderadas” vem sendo praticada por setores do “campo majoritário” do PT há vários anos; já foi patente no programa da candidatura Lula em 1998. Se quisermos encontrar em programas de governo do PT diferenças mais claras com relação ao texto do Instituto da Cidadania é preciso recuar até 1989, ou pelo menos até 1994.

Consideremos o programa de 1994. A sua primeira diferença marcante com o texto agora divulgado aparece já no subtítulo: “Uma revolução democrática no Brasil”. Ao fim do primeiro capítulo era explicado o sentido desta revolução democrática:

“O programa democrático e popular consubstancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise no país, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da Nação. Esse projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares. (...) O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores. Representará uma verdadeira revolução democrática no país (...); buscará alterar as bases sociais das relações de poder através da democratização da propriedade, da riqueza e do poder. (...) Não contrapomos, portanto, o nosso governo democrático e popular com a luta pelo socialismo. Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça.”

Observemos que Clóvis Rossi se enganou quando disse que “já nas campanhas presidenciais de 1994 e de 1998 o PT havia arquivado a palavra ‘socialismo’ e seus derivados”. Em 1994 isto não foi verdade, pelo menos no programa oficial.



SIMON FRANCO, SEME SITUADO - O HOMEM DE FOME, 1978

PROGRAMA ANACRÔNICO

A “RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO”

Agora, o texto do Instituto da Cidadania propõe, no lugar de uma revolução democrática articulada com nossos objetivos socialistas, a “reconstrução da nação e o resgate do social”.

Nada a objetar à idéia de reconstrução da nação, ainda mais depois destes tristes anos em que o governo FHC vem promovendo a volta do país ao estatuto colonial. O problema é a pouca coerência do texto com este objetivo. Aí podemos ler por exemplo:

“O alto grau de desnacionalização ocorrido na última década levaria qualquer ciclo de crescimento comandado prioritariamente pelo investimento privado a depender fundamentalmente da entrada ou do reinvestimento do capital estrangeiro. Para evitar que isto leve a uma grande instabilidade, ou mesmo a um crescimento medíocre do investimento como vem ocorrendo nesta década, o Estado deverá mobilizar todos os instrumentos disponíveis com o intuito de ampliar o seu papel coordenador e indutor da ampliação do investimento. Desse ponto de vista caberia definir claramente o papel e as tarefas das empresas multinacionais, das privadas nacionais e das empresas estatais e do gasto público, nas metas a serem alcançadas”.

Não é fácil entender o que este confuso parágrafo quer dizer. Parece que ele afirma que é inevitável que qualquer ciclo de crescimento seja comandado pelo investimento privado e portanto seja altamente dependente do capital estrangeiro, e diante disto, considera necessário evitar “que isto leve a uma grande instabilidade”; e que a maneira de evitar esta grande instabilidade é que o Estado assu-

ma o papel “coordenador e indutor da ampliação do investimento”, definindo o papel e as tarefas das empresas multinacionais, além das privadas nacionais e das estatais.

Ou seja, no lugar de alguma proposta para reverter o reconhecido “alto grau de desnacionalização da economia”, sugere-se que o Estado brasileiro *defina o papel e as tarefas das empresas multinacionais!* Parece que os redatores do texto acreditam que o Estado poderá conseguir que as empresas multinacionais cumpram as tarefas que ele vier a lhes atribuir “claramente” através de um papel “coordenador e indutor”.

Por várias vezes o texto menciona a desnacionalização da economia e a “vulnerabilidade externa”, e em nenhum momento considera que seja necessário reverter a desnacionalização. Para reduzir a vulnerabilidade externa – um dos eixos da “macroeconomia do novo modelo” –, fala em “reorientar o IDE (Investimento Direto Estrangeiro)”, direcionando-o para a produção de bens e serviços que possam ser exportados ou substituir importações.

Assim, não é nenhum exagero dizer que a concepção do texto é de que é possível chegar à “reconstrução da nação” através de uma espécie de parceria com as empresas multinacionais feita por “coordenação e indução”, e sem colocar como objetivo a redução do grau de desnacionalização da economia e nem sequer o fortalecimento do setor público.

Sobre o setor público, aliás, o documento aponta que “já não há mais um setor produtivo estatal de grandes dimensões capaz de, em articulação com o setor privado multinacional, assegurar a taxa de investimento necessária ao crescimento”. Mas desconsidera completamente a possibilidade de reconstruir um setor produtivo

NO ESFORÇO DE ADAPTAR-SE AOS ARES DO TEMPO, O TEXTO DO INSTITUTO DA CIDADANIA TALVEZ ESTEJA NA VERDADE FICANDO ANTIGO. DISPÕE-SE A ACEITAR UMA ORDEM DE COISAS QUE – FELIZMENTE! – ESTÁ COMEÇANDO A SER PARTE DO PASSADO.

estatal, nem que fosse para poder articulá-lo com o “setor privado multinacional”.

Aliás, outra característica do texto é a postura dúbia com relação ao processo de privatização levado a cabo pelo governo FHC. Que foi, como se sabe, um dos elementos básicos do avanço da desnacionalização da economia. O texto critica “a privatização de empresas de serviços públicos sem consideração às necessidades de longo prazo e, portanto, sem compromissos de investimentos, bem como a ausência de um marco regulatório eficiente”. Critica o fato de o governo “ter privatizado os ativos existentes e não os novos investimentos”. Diz que “teria sido mais correto deixar o estoque de ativos sob o controle do Estado e privatizar o novo investimento”. Ou seja, as privatizações tal como feitas por FHC são criticadas, mas com uma outra política são aceitas.

O máximo de resistência a esta política está na afirmação de que “no caso brasileiro, embora tenha havido um processo de privatização intensivo, há vários segmentos nos quais a presença de empresas públicas ainda é majoritária e deve ser preservada”. Em resumo, é difícil acreditar que com as orientações apontadas será possível “reconstruir a nação”, ou pelo menos sua base econômica.

O “RESGATE DO SOCIAL”

Haverá maior coerência no objetivo de “resgate do social”?

Vejamos. O documento coloca “o social como eixo do desenvolvimento”. Neste aspecto diz que “a primeira grande diretriz é lançar as bases de uma sociedade de bem estar social, onde o Estado desempenha um papel decisivo. Caberá a este último apropriar parte do excedente econômico disponível para financiar políticas sociais universais”. E para que seja possível fazer isto, é necessária “uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como centro de toda a ação e institucionalidade do estado brasileiro. As dívidas financeiras não são as únicas dívidas do Estado, a dívida social é parte essencial desta equação e precisa ser resgatada”. E em seguida enfatiza-se a importância de uma reforma tributária de caráter progressivo.

Além desta última idéia, há nesta formulação uma sugestão interessante que não é bem explicada. O que se quer dizer com “uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como centro de toda a ação e institucionalidade do estado brasileiro”?

O texto menciona a redução das taxas de juros e uma melhora no perfil da dívida. Com relação à primeira questão, o que é dito é que “a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros” externas e internas. O problema aí, como já vimos, é que as políticas que visam reduzir a dependência externa são muito pouco consistentes. Com relação ao “perfil da dívida”, o documento menciona que “a dívida externa pública, de cerca de US\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um alívio nas contas públicas para acelerar os programas de investimentos e políticas sociais”. A renegociação da dívida interna não é mencionada explicitamente, mas podemos avaliar que se está falando também dela quando se diz que “os grandes rentistas e os especuladores serão atingidos diretamente pela política distributivista e, como tal, não se beneficiarão do novo contrato social” e que “nossas propostas representam uma mudança profunda de rumo no país, mas serão transparentes e previsíveis, e marcadas pela disposição permanente de diálogo e negociações que não comprometam os princípios fundamentais de



SIMON FRANCO. SÉRIE SITUAÇÃO - O HOMEM DE FOME II, 1978

nosso projeto”.

Imaginemos, em favor da coerência lógica, que o que se quer dizer com “os grandes rentistas e os especuladores (...) não serão beneficiados” seja de fato “serão prejudicados”, já que eles “serão atingidos diretamente pela política distributivista”. Mas o que o programa do Instituto parece querer dizer, então, é que isto será conseguido através da negociação com os grandes rentistas e especuladores. Parece uma confiança muito exagerada no poder da negociação e na conciliação dos contrários.

Tudo isto se expressa do modo mais patente no fecho do documento, concretização da idéia várias vezes mencionada de “novo contrato social”. Aí, depois de uma crítica à política de metas macroeconômicas monitoradas pelo FMI, e de dizer que “nós queremos reverter totalmente esta perspectiva”, é proposta uma “carta de responsabilidade econômica e social” que inclui (ou seja, desiste de reverter) as metas macroeconômicas ao gosto do FMI (inflação, evolução das contas externas e públicas), ao lado de metas sociais (redistribuição de renda, geração de emprego e formalização das relações de trabalho, recursos para educação e saúde, bolsas-escola oferecidas, matrículas escolares, indicadores de saúde pública). Realmente, haja fé na possibilidade de conciliar tudo com qualquer coisa e de evitar conflitos!

O que é revelado então como eixo do documento é a crença de que é possível conseguir “mudanças profundas”, a partir de uma situação que é corretamente des-

crita como catastrófica, sem grandes enfrentamentos, nem como o grande capital externo, nem com o grande capital interno. E nem mesmo com aspectos centrais da ideologia neoliberal: lembremos do tratamento ambíguo que o texto dá à política de privatizações. Esta visão é bem menos coerente do que a do programa de 1994, centrada nas idéias de revolução democrática, de conflitos de classes, de enfrentamentos sociais.

MUDANÇAS SEM ENFRENTAMENTOS

A visão moderadíssima de agora teria, quem sabe, o mérito de facilitar a vitória eleitoral? Talvez isto pudesse acontecer com outro candidato; com Lula e com o que ele representa, é pouco provável. Além disto, devemos prestar mais atenção em algumas das coisas que estão sendo reveladas por pesquisas. A mesma *Veja* que saudou (parcialmente) o *Lula light* divulgou dados de uma pesquisa encomendada pela CNI segundo os quais 78% dos que responderam acham que “o Brasil precisa de maior presença do Estado na economia” (contra 11% apenas que discordam disto), 49% consideram que “o governo deve estatizar as empresas particulares de determinados setores estratégicos” (contra 36%), 50% acham que “o socialismo deveria ser implantado no Brasil” (contra 33%), 55% acham que “o país necessita de uma revolução socialista para resolver seus problemas” (contra 32%). O coordenador da pesquisa comenta ainda:

“o PT é o partido que os entrevistados mais associam aos ideais que admiram”.

Ou seja, há outras estratégias eleitorais que talvez sejam mais viáveis do que a tentativa de não desagradar a ninguém, e que certamente são mais coerentes.

Finalmente: o momento é muito favorável justamente para reforçar sentimentos contrários ao neoliberalismo e simpáticos ao socialismo. Afinal, o que a crise energética representa, senão um fracasso brutal de uma política neoliberal? No lugar de um documento que *não trata* desta crise, a mais grave hoje no país, e que dá mais um passo na linha de tentar convencer a todos (mas especialmente aos adversários) de que o PT está cada vez mais moderado, seria muito mais oportuno divulgar uma análise das razões da crise energética, mostrando como ela revela a necessidade de uma orientação política totalmente oposta ao privatismo e à submissão aos mercados! Esta discussão poderia ligar-se, é claro, com todo o sentimento que vem crescendo no mundo de oposição à globalização neoliberal.

Está acontecendo com o “campo majoritário” do PT (ou pelo menos com os seus economistas) uma coisa curiosa: no esforço de adaptar-se cada vez mais aos ares do tempo, talvez esteja na verdade começando a ficar anacrônico, antigo. Dispõe-se a aceitar uma ordem de coisas que — felizmente! — está começando a ser parte do passado.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA.

ASSINE

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

ASSINE

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 45,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

"É portanto no mínimo uma subestimação de minha capacidade analítica e de minha imaginação (para não falar dos meus valores) pensar que diante da realidade contemporânea, eu optei por uma aliança conservadora. Não percebem que o novo na situação brasileira é que o clientelismo tradicional está quebrado sem remissão" (Fernando Henrique Cardoso, *Folha de S. Paulo*, julho de 1994).

A festa acabou, como estava previsto. O ajuste das contas começou, como costuma acontecer. Nesta hora, quem primeiro tropeça e cai, é a escória, mas ela nunca está só, e o medo se generaliza. Com razão, porque foi assim que terminou a década neoliberal, e o seu "milagre econômico", em quase toda a América Latina. Frustraram-se as expectativas de crescimento, a pobreza e a desigualdade aumentaram, as privatizações terminaram e o capital estrangeiro refluiu. Um depois do outro, os "patriarcas" do neoliberalismo latino-americano, foram sendo despejados: Salinas, Perez, Fujimori, Menem, Zedillo, Meza, quase todos sob julgamento, presos ou foragidos.

O Brasil chegou tarde ao festim. Mas depois do grande acordo de 1994, andou mais rápido do que ninguém. Nunca os "agentes privados" ganharam tanto, tão fácil e em tão pouco tempo. Tudo parecia simples, genial, quase milagroso. Mas também no Brasil a festa acabou: aumentou a fragilidade financeira externa do Brasil e os juros voltaram a subir; a moeda rolou ladeira abaixo e a inflação dá sinais de reaparecimento; acabou o mini-ciclo de otimismo, orquestrado pela imprensa e pelo governo; o país enfrenta um colapso energético eminente; os preços dos serviços públicos privatizados subiram, enquanto a sua qualidade caía; não há acordo sobre o que resta para vender, do patrimônio público; o prestígio do governo rasteja, sua base parlamentar estilhaçou e os convidados começam a se retirar ou a brigar pelos ossos que sobraram. O governador de São Paulo morreu; o presidente está cada vez mais paralisado; a equipe econômica e seus consultores estão em pânico, com a crise argentina; os professores neo-sociais brigam entre si; o tucanato se esfacela, e a impressão que fica é de que no fim da festa, os ratos tomaram conta do navio.

Boa hora para fazer um balanço. Não do desempenho econômico e social da década neoliberal, que já foi feito e é muito ruim. Se utilizássemos os últimos quatro anos de crescimento da renda per capita, o país precisaria de 187 anos, quase dois séculos, para dobrar a renda de cada brasileiro. Melhor esquecer a economia e perguntar-se o que foi que passou, com o projeto de modernização institucional dos intelectuais tucanos. Pensavam haver descoberto a pólvora, quando se propuseram sustentar seu projeto sócio-liberal, aliados com os "donos do sertão", que eles consideravam atrasados e ignorantes, mas de baixo custo. Rado-miro Tomic, político chileno – democrata-cristão e de centro – rejeitou uma aliança fácil e vitoriosa com a direita, nas eleições presidenciais de 1970, afirmando com coragem e contra os "realistas" do seu partido, que "quando se governa com a direita, é a direita quem governa". Foi o que os sócio-liberais tucanos fizeram. Deu no que deu, acabaram reféns dos conservadores, perderam sua própria identidade e hoje estão em franco processo de desintegração política e moral. Como foi que estes senhores conseguiram prometer tanto, e acabar de forma tão lamentável?



SEBASTIÃO SALGADO EXPOS

O TRISTE FIM DA FRONDA TUCANA

UMA HERANÇA DESASTROSA

1. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das relações entre o estado e o capital privado, com o fim do "estado cartorialista" e do "populismo econômico". Os mercados foram abertos e desregulados, e o setor público foi privatizado em nome da "competitividade global". O estado foi desmontado, o funcionalismo foi reduzido, mas a submissão do estado aos interesses privados e a proteção de alguns grupos econômicos selecionados, não se alteraram com a abertura comercial e a desregulação econômica. Na prática, fizeram populismo cambial e faturaram o patrimônio público entre grupos econômicos escolhidos a dedo pelos financistas tucanos, com o único objetivo de construir a nova base material e privada do seu projeto de poder. Ao mesmo tempo em que feudalizavam as novas agências de regulação, e o que restou das velhas instituições e empresas públicas, divididas entre as várias facções – oligárquicas ou gangsteris – da "base parlamentar" do governo. Os tucanos prometeram liquidar com o sistema dos *rent-seeking*s, mas acabaram transformando o estado numa espécie de "sub-comitê executivo" da piranhagem financeira, e do sub-mundo do Congresso Nacional.

2. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das relações do estado com o mundo do trabalho. Prometeram destruir todo tipo de corporativismo que prejudicasse o estabelecimento, através do mercado, do "preço justo" da força de trabalho, e fragilizasse a musculatura do capital e da competitividade global da economia brasileira. Aos prejudicados, prometeram um programa de solidariedade social, em parceria com o setor privado. O que fizeram, na prática, foi reduzir os direitos trabalhistas, congelar os salários do setor público, e diminuir a participação da massa salarial no PIB, de 45%, em 1992, para 36% no final da década; aumentando a participação do lucro das empresas que passou, no mesmo período, de

35%, para 44% do PIB. Nada foi feito com o objetivo de expandir a capacidade nacional de produção de bens públicos e de bens básicos de consumo popular. Como consequência, depois de sete anos, a concentração da riqueza aumentou ainda mais que no período desenvolvimentista; no final da década de 1990, 1% da população da população brasileira, detinha uma renda igual a dos 50% mais pobres, sem que fossem considerados, nesta estatística, os ganhos financeiros. A compensação solidária, que havia sido prometida, não foi muito além da distribuição focalizada de alguns sanduíches para pobres, e assim mesmo, foi sendo reduzida pelos sucessivos ajustes fiscais, até o ponto em que a Comunidade Solidária desapareceu, nas brumas do esquecimento e da irrelevância.

3. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das instituições políticas e prometeram liquidar com o clientelismo oligárquico. Mas, na prática, a coalizão de forças conservadoras aglutinada em torno à candidatura do professor Cardoso foi mais ampla do que a que sustentou o regime militar, reunindo todos os segmentos da política regional ou oligárquica brasileira. Aqui começou o triste fim do tucanato. Primeiro, foi a necessidade de obter maioria absoluta para aprovar as reformas econômicas e as privatizações; depois, foi a necessidade de estabilizar as expectativas dos mercados financeiros, assegurando a continuidade e reeleição presidencial, e assim sucessivamente. Pouco a pouco, os mais idealistas foram sendo obrigados a fazer uma *restitutio mentalis*, ou a abdicar de seus sonhos, no varejo do Congresso Nacional e na administração direta, em nome do que passaram a considerar "uma dolorosa mas necessária transição para a modernidade". Mas foram muito além, e aprenderam rápido a lição. Esqueceram-se de sua proposta de reforma político-eleitoral, e em pouco tempo, já aliciavam novos "militantes" dentro do próprio Congresso, capturados de outros partidos através de práticas que só poderiam resultar, como no passado, na preservação do clientelismo, e na cor-

OS PROFESSORES E FINANCIEROS TUCANOS DESENCADARAM UMA DINÂMICA IMPLACÁVEL, QUE CONDUZIU O PROJETO DO PSDB À DESINTEGRAÇÃO POLÍTICA E MORAL.

JOSÉ LUÍS FIORI

rupção da máquina estatal, que parece ter alcançado dimensões sem precedentes na história republicana brasileira. Deixam como herança uma juventude que perdeu, durante este tempo, todo respeito pela política, pela coisa pública e pela ética; e uma população desencantada com o sistema democrático.

4. Os professores e financistas tucanos anunciaram o fim das fronteiras e a hora do "renascimento global", e prometeram destruir o nacionalismo anacrônico em nome de um novo conceito de soberania e interesse nacional. Seu diagnóstico era simples: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita, como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não existiriam mais as fronteiras nem as ideologias. Na prática, o que ocorreu foi outra coisa. Os sócio-liberais promoveram uma transacionalização radical da estrutura produtiva e dos centros de decisão da economia brasileira. Estratégia político-econômica que fragilizou radicalmente o estado e a economia brasileiros, que ficaram dependentes do capital privado internacional, e do apoio do governo norte-americano, nas situações de crise. Além disto, o governo reatou as relações de cooperação militar com os Estados Unidos, que haviam sido interrompidas em 1977, pelo General Ernesto Geisel. Recriou o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil-Estados Unidos, alugou sua base espacial de Alcântara, e assinou – no dia 2 de julho de 2000 – o Protocolo 505, que devolveu ao Brasil, o direito de receber, em forma de doação, o material bélico de segunda mão, dos Estados Unidos.

CONTINUA NA PÁGINA 6

NOVO PODER ECONÔMICO GERA CRISE POLÍTICA

AS TRANSFORMAÇÕES
ECONÔMICAS LIGADAS
À GLOBALIZAÇÃO
CAUSAM TENSÕES
QUE PODEM IMPLODIR A
BASE DE SUSTENTAÇÃO
POLÍTICA DE FHC.

ENTREVISTA COM
FRANCISCO DE OLIVEIRA

O SR. DIZIA EM 1998 QUE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO HAVIA ARTICULADO NUM GRUPO HEGEMÔNICO UM CONJUNTO DE INTERESSES DIVERSIFICADOS DAS CLASSES DOMINANTES, COISA QUE NÃO SE VIA DESDE GETÚLIO VARGAS. A CRISE ATUAL DA BASE GOVERNISTA INDICA QUE ESSA HEGEMONIA ESTÁ EM XEQUE? QUE CRISE É ESSA?

Essa crise não vem para romper o esquema do qual o Fernando Henrique foi o grande articulador. Ela é antes uma tentativa desesperada de preservá-lo. Há nessa crise dois fatores. Em primeiro lugar, o crescimento da rejeição, e mesmo do mal-estar da opinião pública diante do modo de condução dos negócios políticos por esse governo. O segundo fator é estrutural. Ao armar esse esquema com forças tão heterogêneas e submetê-lo à lógica da globalização, Fernando Henrique deslocou os horizontes de possibilidades do país para cima. O que ocorreu?

Algumas das partes da coalizão não têm mais meios de manter o mesmo poder que tinham no início. Este é um fenômeno de natureza ao mesmo tempo econômica e política, que termina por se revelar também sociológico.

Capitais estrangeiros, privatizações e fusões criaram uma nova burguesia no país. E desestabilizaram as forças políticas. Nesses seis anos sob FHC, houve uma transferência do patrimônio e da propriedade no Brasil para a qual o regime político não tem resistência. Cerca de 30% do PIB brasileiro mudou de mãos. É um terremoto. Com as privatizações, o governo perdeu boa parte da capacidade que tinha de distribuir favores no Estado entre seus aliados. Ao mesmo tempo, as agências reguladoras são pouco mais que um simulacro. Elas têm muito pouca capacidade para impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que se dá agora em escala internacional.

COMO O SR. VÊ O CASO ACM?

Ele perdeu força na manutenção da coalizão. O recurso quase à extorsão que vem usando há pelo menos três anos não é outra coisa senão uma tentativa desesperada de manter-se dentro do bloco hegemônico. O que está por trás do enfraquecimento do ACM? Aquela constelação de forças que fez seu êxito na Bahia desde os anos Geisel perdeu espaço. Foi tudo privatizado. Isso não significa que os grupos multinacionais sejam puros, mas sim que os compromissos são outros.



ASHLEY BICKERTON/LE ART (COMPOSITION IN LOCOS 21, 1987)

O SR. ESTÁ DIZENDO QUE A MODERNIZAÇÃO TAL COMO FEITA POR FHC TEM IMPACTO DESESTRUTURADOR EM SUA PRÓPRIA COALIZÃO.

Exatamente isso.

O SR. ACREDITA NA MANUTENÇÃO DA TRÍPLICE ALIANÇA ENTRE PSDB, PM-DB E PFL PARA 2002? QUEM SERIA O NOME AGLUTINADOR?

Hoje o nome da aliança é o Serra. Ele está ligado a grupos que representam os novos interesses internacionais e a grupos que representam os velhos interesses da elite paulista. Não é à toa que o Fernando Henrique vira e mexe finge que está contra o Serra, lança outro nome para embaralhar o jogo. Isso é uma farsa, que eles dois, aliás, fazem há pelo menos 20 anos. Essa história de que eles têm problemas é mentira.

O único problema real que existe entre eles é de diferença de personalidade frente à mesma ambição. A ambição dos dois é poder. A do Serra parece ser mais efetiva, mais materialista. Ele quer o poder para mandar, fazer coisas. Essa é a única diferença que traz alguma acidez entre os dois.

SE OLHARMOS DESDE O GOVERNO COLLOR ATÉ OS ESCÂNDALOS QUE HOJE ATINGEM JADER BARBALHO E ACM NÃO PODEMOS DIZER QUE O PAÍS VIVE UM LENTO MAS CONTÍNUO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA? O PRÓPRIO PESO QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO ADQUIRIU NA ÚLTIMA DÉCADA NÃO APONTARIA PARA ISSO?

Nesse sentido houve, sim. Muito embora o Fernando Henrique tenha detornado recursos políticos criados nas décadas anteriores. Desqualificou atores relevantes e esfriou a política, tentou levar a política ao nível do nitrogênio líquido, em alguns casos com êxito. Mas, como todo aprendiz de feiticeiro, ele se atrapalhou. Porque, ao desqualificar, ele desbalanceou a relação de forças sociais e deu mais desenvoltura a atores do tipo de ACM.

COMO FICA A IMAGEM DO PSDB NOS ANOS FHC?

Muito ruim. O dilema do PSDB ago-

ra é o seguinte: ou ele fica enredado nessa malha de forças políticas que ajudou a criar no governo FHC ou será o grande partido da burguesia no Brasil.

ESSE NÃO SERIA O PFL?

Não, de jeito nenhum. Veja o casamento da filha do Serra. Aquilo é o retrato da grande burguesia nacional, com suas ramificações internacionais e sua ligação com o poder político. É só olhar as fotos. Está tudo lá. O PFL tem burgueses, obviamente, mas é outra coisa, representa hoje setores menores da burguesia. É um partido associado que está sempre um passo atrás. Inclusive porque tenta refletir-se como partido liberal com um ideário do século 18. Aqueles teóricos deles, como o Paulo Rabelo de Castro, pregam a concorrência perfeita, essas ficções que nunca existiram.

Os tucanos, não. Eles fazem o jogo pesado, o jogo dos grandes grupos, da globalização. Não estão muito interessados na demagogia barata dos liberais, em pequeno empresário. Eles não acreditam nisso. Estou obviamente me referindo ao núcleo duro do PSDB, que está em São Paulo.

QUAL ALTERNATIVA A ESQUERDA DEVERIA PROPOR AO PAÍS?

A alternativa, para mim que não aspiro a cargo público nenhum, é usar o tamanho e o peso do país no sistema internacional para sair dessa dependência. Pelo caminho convencional, não vai, não dá. Um artigo recente do José Luís Fiori diz que, pelas médias de crescimento registradas no governo FHC, a renda per capita brasileira precisaria de 187 anos para dobrar. Aceitando-se todas as restrições a esse tipo de projeção, ainda assim pode-se dizer que esse caminho adotado pelos tucanos está condenado. Isso não significa que vai ser destronado politicamente. Se miséria destronasse, a Índia já seria socialista.

FRANCISCO DE OLIVEIRA É PROFESSOR APOSENTADO DA USP. ENTREVISTA DE FRANCISCO DE BARROS E SILVA, ORIGINALMENTE PUBLICADA NA FOLHA DE S. PAULO EM 7/5/2001.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

Além disto, o acordo que permite inspeções periódicas do equipamento doado, por parte dos militares norte-americanos, que passarão a ter acesso regular aos quartéis brasileiros. Nestas condições, é fácil de perceber que o Estado brasileiro perde qualquer capacidade de sustentar seus interesses, nos foros internacionais, quando haja conflito com algum dos países que sustentam nossa moeda, ou que armam e municiam os nossos quartéis. É o que vem se assistindo, no caso defesa brasileira do Mercosul frente à ofensiva da ALCA. Uma política correta, mas que fica patética, quando se tem presente que a Argentina e o Mercosul dependem, nesse momento, de mais um empréstimo americano, para não naufragar, junto com seus vizinhos, nos próximos meses. Da mesma forma se deve entender a despreocupação dos norte-americanos com o discurso do presidente Cardoso, em Quebec: para eles, uma brava retórica, "típica de um professor latino e tropical".

UM PACTO ANTI-DEMOCRÁTICO

A nova democracia brasileira não foi obra dos professores e financistas tucanos. Já tem quinze anos de funcionamento mais ou menos regular, com todos os desvios e formas de manipulação que se generalizaram, a partir do modelo poliárquico norte-americano. Não se deve esquecer, entretanto, as condições econômicas e políticas internacionais que facilitaram a formação, o sucesso econômico transitório e a vitória eleitoral das forças de centro-direita nas três eleições presidenciais do período. Tampouco não se pode desconsiderar a importância do veto norte-americano — neste período — às soluções autoritárias, na América Latina. Ainda é difícil prever qual será o comportamento dos conservadores brasileiros e dos próprios tucanos, frente à uma nova situação de restrições externas, com uma crise econômica mais aguda; ou frente à uma eventual divisão de suas forças internas, que viabilize uma vitória da oposição. É nesta hora que se poderá avaliar a solidez de suas convicções democráticas. O importante, neste ponto, é ter claro que o novo modelo econômico, instaurado pelos professores e financistas tucanos não admite, seguindo eles, mudança de rota, sob pena de provocar uma fuga de capitais. Para eles, em última instância, não deveria haver alternância de poder; ou esta só deveria ocorrer depois de um "pacto" que assegurasse a manutenção da política econômica atual. O que é uma idéia rigorosamente anti-democrática.

Neste momento, este é um ponto decisivo, para reflexão de todos. É importante olhar para a Argentina, que já se transformou num caso paradigmático da situação vivida pelos novos governos, que uma vez eleitos, mantêm a mesma política econômica anterior. Sobretudo quando se deixam levar pelo canto das sereias, e em vez de governar e mudar o rumo dos acontecimentos, se dedicam apenas a tentar convencer os mercados financeiros, de sua credibilidade. Quando se comportam assim, como no caso argentino, e não tem sucesso, por razões que tem a ver com sua própria política econômica, acabam sendo corroidos, porque não conseguem manter o fluxo de investimento necessário para fechar suas contas externas e vão sendo obrigados a fazer sucessivos ajustamentos fiscais, responsáveis por uma crescente ingovernabilidade e a perda do apoio popular. Sobretudo os que se opõem radicalmente ao modelo neoliberal, não podem esquecer a advertência de Celso Furtado de que "o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país". E isto passa inevitavelmente por uma ruptura radical, com a estratégia de classe e o pacto conservador, que desmoralizaram e destruíram a fronda tucana.

JOSÉ LUÍS FIORI É CIENTISTA POLÍTICO. ESTE ARTIGO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NO CORREIO DA CIDADANIA. OS INTERTÍTULOS SÃO DA REDAÇÃO.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES ESTÁ RENOVANDO SUAS DIREÇÕES EM TODOS OS NÍVEIS, PELA PRIMEIRA VEZ ATRAVÉS DO VOTO EM URNA. RAUL PONT É CANDIDATO A PRESIDENTE EM UMA CHAPA INTEGRADA, ENTRE OUTROS NOMES, POR OLÍVIO DUTRA, MIGUEL ROSSETO, OS SENADORES HELOISA HELENA E GERALDO CÂNDIDO E VÁRIOS DEPUTADOS FEDERAIS. ELE DESAFIA A REELEIÇÃO, PELO QUARTO MANDATO, DE JOSÉ DIRCEU COMO PRESIDENTE NACIONAL DO PARTIDO.

Estamos frente a definições decisivas para o futuro do PT e do Brasil. Escolheremos as direções que conduzirão o partido através de um período ao mesmo tempo crítico e desafiador, pleno de possibilidades. Apresentamos as propostas de nossa chapa ao conjunto dos filiados e filiações do Partido dos Trabalhadores, afirmando a necessidade de um novo eixo de estruturação da direção partidária e de sua renovação política, prática e programática.

A GLOBALIZAÇÃO DAS RESISTÊNCIAS AO NEOLIBERALISMO

Desde fins da década de 1990 a ofensiva realizada pelas classes dominantes em todo o planeta vem encontrando uma resistência política crescente. Revoltas populares sucedem-se em diversos países (em particular na América Latina). Desde as manifestações de Seattle, em fins de 1999, a resistência ganhou um caráter internacional. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, retira legitimidade do projeto neoliberal e obriga seus impulsionadores a uma certa mudança do discurso.

Tudo isto já levou a algumas vitórias populares importantes, embora sejam até agora apenas "vitórias defensivas": o chamado "Acordo Multilateral de Investimentos" – a iniciativa mais agressiva do grande capital imperialista – foi retirado da pauta; a tentativa de inserir nos estatutos do FMI a livre movimentação de capitais teve, depois da crise iniciada na Ásia em 1997, de ser suspensa; os esforços de abertura de uma nova rodada de liberalização do comércio internacional nos marcos da OMC foram, a partir de Seattle, bloqueados. Estas "vitórias defensivas" são apenas provisórias: por vários caminhos, o grande capital continua tendo meios e forças para retomar as pressões pelas regras que não pôde até agora impor aos povos do mundo.

Na América Latina, a forma principal que a ofensiva do grande capital assume no momento é a tentativa de formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Com ela, os Estados Unidos querem de fato estabelecer um protetorado sobre todo o continente. Diante desta ameaça, cresce a resistência popular, como ficou claro nos protestos de Quebec em abril de 2001.

O enfrentamento articulado e consequente ao projeto neoliberal depende da transformação das lutas antiglobalização em programas e alternativas políticas anticapitalistas. Os prazos deste processo não podem ser previstos, mas ele pode ganhar, no próximo período, um ritmo muito mais forte. O Fórum Social Mundial (Porto Alegre, janeiro de 2001) mostrou que pode haver convergência em



ANTONIO BANDEIRA, THE BLUE TREES, 1955

UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL, UM NOVO BRASIL É URGENTE!

torno de idéias como as de que *o mundo não é uma mercadoria* e de que *um outro mundo é possível*. A realização do Fórum em 2002 poderá representar um salto de qualidade na resistência, avançando na superação da dispersão organizativa e programática do movimento contra o neoliberalismo.

O SOCIALISMO COMO ALTERNATIVA GLOBAL, VIVA E ATUAL

O capitalismo não é apenas uma forma de organização da economia, mas igualmente a base da estrutura de poder mundial e da sociabilidade que hoje rege o conjunto das relações humanas. A ampliação brutal do fosso entre continentes, países, regiões e populações ricas e pobres; o aumento geral das desigualdades de classe; a erosão dos direitos sociais e dos regimes democráticos e o desenvolvimento de novas formas de exclusão e autoritarismo; a destruição acelerada e brutal das culturas e modos de vida tradicionais da maioria da humanidade; o fortalecimento dos fundamentalismos religiosos; a crescente crise ecológica, que já afeta seriamente o planeta e compromete as gerações futuras; a radicalização do militarismo, do conservadorismo e das ambições imperiais norte-americanas sob o novo governo Bush tornam claro, para um número cada vez maior de movimentos reivindicativos e políticos e de camadas sociais, que a este modo de produção, a esta estrutura de poder, a esta cultura, a esta civilização devemos opor uma alternativa global.

A alternativa ao sistema capitalista neoliberal é o socialismo – com democracia real, pluralismo e autogestão, com respeito às diferenças e eliminação

da discriminação de gênero e raça. Com a auto-organização da sociedade a partir das necessidades humanas e a solidariedade como realidade efetiva, em um mundo onde as relações éticas tenham como parâmetro o ser humano. Com respeito à diversidade e viabilização do desenvolvimento das potencialidades criativas únicas de cada indivíduo. Com garantia de acesso real às informações, associada à formação necessária para que todos possam usufruí-las como seres realmente livres. Com a defesa intransigente das culturas locais e integração dos saberes tradicionais das comunidades. Com respeito ao meio-ambiente.

A CONSTRUÇÃO COTIDIANA

Sem secundarizar as lições da luta internacional dos explorados e oprimidos, afirmamos que este conteúdo socialista tem sido, também, a lição mais decisiva que retiramos das nossas experiências mais importantes aqui no Brasil:

■ Da prática dos trabalhadores quando através da luta constroem formas de organização superior, avançam sua unidade e conquistam independência política frente à burguesia;

■ Da prática de participação popular das inúmeras administrações petistas que existem pelo país (com destaque para os doze anos em Porto Alegre), em que o controle público sobre o Estado começou a ser exercido diretamente pela população. A experiência do orçamento participativo é hoje debatida pela esquerda do mundo todo. Começamos a construir uma democracia participativa. Nela, o cidadão e a cidadã não mais limitam sua participação política ao ato de votar em dia de eleição, mas desenvolvem uma

A INSTABILIDADE CRESCENTE DA ECONOMIA MUNDIAL E O MOVIMENTO DE PROTESTOS CONTESTAM A LEGITIMIDADE DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.

PLATAFORMA PARA A ELEIÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DO PT DA CHAPA ENCABEÇADA POR RAUL PONT

cidadania ativa em que, contra a lógica de uma sociedade capitalista, é reduzida a distância entre governantes e governados, são combatidos os preconceitos tecnocráticos e é criada uma nova cultura de participação e de responsabilidade coletivas no trato da coisa pública.

■ Da prática de luta radical dos movimentos sociais, em que os excluídos atuam diretamente para transformar o mundo, mas onde também, quando vitoriosos em suas reivindicações imediatas, constroem formas de economia solidária e desenvolvem um aprendizado cooperativo.

■ Das experiências práticas de apropriação crítica dos frutos das inovações técnicas, através do controle do uso das plantas transgênicas ou da difusão generalizada dos softwares livres, através da conquista do acesso aos medicamentos necessários à vida, ou do uso criativo da internet para a organização internacional da luta contra a globalização capitalista.

CONTINUA NA PÁGINA 8

DAVOS E PORTO ALEGRE REPRESENTAM DUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, DOIS PROJETOS DE CIVILIZAÇÃO E DUAS REALIDADES SOCIAIS ANTAGÔNICAS. POR ISSO TEMOS CONDIÇÕES DE PENSAR O SOCIALISMO COMO TEORIA E PRÁTICA.

Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas e irreconciliáveis. Por isso hoje, depois de tudo, temos condições de pensar o socialismo como uma questão teórica e prática, integrada em nossa vida cotidiana. De pensá-lo como um processo de luta permanente pela hegemonia da ação consciente e solidária, onde nossos acúmulos permitiram saltos de qualidade e rupturas revolucionárias, aprofundando sempre a ligação indissolúvel do socialismo com a liberdade, a democracia, o feminismo, a igualdade e a justiça.

OS IMPASSES ESTRUTURAIS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O governo FHC impulsionou uma profunda reorganização do Estado brasileiro, dando seqüência a um processo iniciado por Collor e Itamar. Foi alterado o padrão das relações entre este Estado e o mercado capitalista mundial, promovendo-se um avanço substancial dos direitos do grande capital financeiro, em detrimento da soberania nacional. Reapropriação em bases desfavoráveis e duradouras da dívida externa, profunda abertura comercial, desnacionalização de setores produtivos e financeiros estratégicos, desregulamentação do controle de fluxos de capitais, atrelamento dos gastos públicos a metas negociadas com o FMI: o país perdeu para os mercados financeiros parte substancial das condições de decidir sobre seu destino econômico. Houve um deslocamento patrimonial do Estado para capitalistas brasileiros ou estrangeiros da ordem de 30% do PIB.

A renúncia do governo FHC a aspectos fundamentais da soberania chegou ao ponto de transformar a Base de Alcântara (Maranhão) em centro de serviços de lançamento de satélites dos EUA, sob total controle daquele país.

Alterou-se o padrão dos direitos e deveres entre os cidadãos e as cidadãs. Se a Constituição de 1988 indicou um caminho de universalização de direitos sociais, a reorganização neoliberal trouxe um ataque generalizado aos próprios fundamentos dos direitos dos trabalhadores, em favor de uma ampliação desmedida dos direitos dos proprietários. Rompeu-se a dinâmica de inclusão crescente no mercado formal de trabalho que vinha desde a Era Vargas. A meta das políticas sociais passou a ser a redução

UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL,

dos direitos sociais a um mínimo; buscou-se restringi-las a políticas assistenciais dirigidas a grupos em extrema penúria, deslocando o restante para o mercado. Os impostos aumentaram para os assalariados, mas os ganhos do capital foram protegidos da tributação. Uma nova onda de subsídios bilionários, verdadeiro saque aos fundos públicos, foi dirigida para grandes capitalistas, inclusive de multinacionais ou de setores recém-privatizados.

A reorganização neoliberal mudou as próprias regras do jogo democrático. Enorme concentração de poder no Executivo central, controle da alta cúpula do Judiciário e mão de ferro sobre o Congresso (que perdeu de fato a sua capaci-

ampliar, e deve ser um tema importante nas próximas eleições, recolocando o debate sobre a questão nacional e reabrindo, em mais uma frente, a discussão sobre os limites do neoliberalismo. Surge a oportunidade de reforçarmos os movimentos internacionais que questionam o montante e a necessidade do pagamento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

A CRISE DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE E A DISPUTA DE 2002

Os impasses do neoliberalismo brasileiro já ameaçam a própria governabilidade de FHC. São claras as dificulda-

cia, a economia brasileira se torna mais vulnerável aos humores dos capitais especulativos), quanto pela crise do abastecimento de energia elétrica (resultado claro da irresponsabilidade do governo e do caráter privatista de seu projeto). É muito provável que a já catastrófica situação social seja agravada pelos apagões. O bloco governista não apenas não poderá, nas eleições de 2002, usar a economia como um trunfo para compensar sua desmoralização política, como deverá enfrentar novas fontes de impopularidade. As possibilidades de novas e mais importantes vitórias do PT e da esquerda estão fortalecidas.

Toda esta visão das dificuldades e pressões conjunturais sobre o governo, deve, no entanto, ser relativizada com o reconhecimento de que ele mantém uma importante capacidade de iniciativa política, evidenciada na manutenção de uma base parlamentar majoritária, em forte apoio econômico, em uma sustentação de suas posições pela mídia; enfim, seu centro político está muito longe de estar desagrado ou impotente.

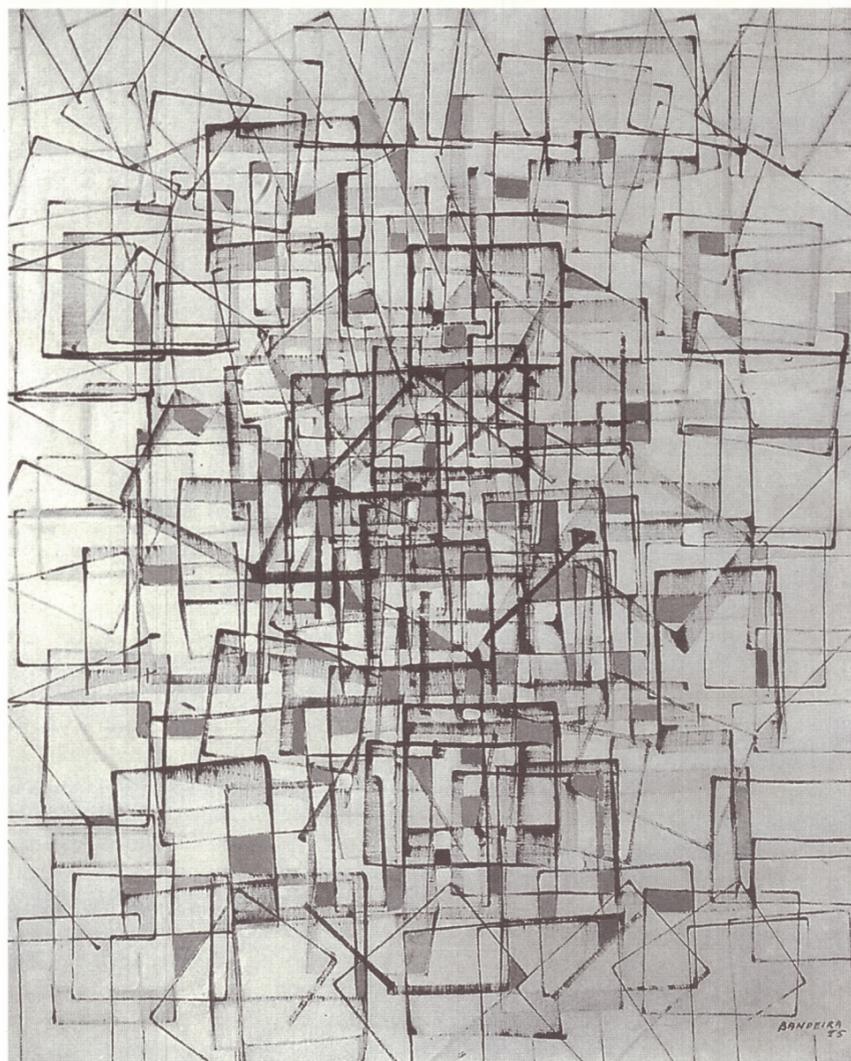
2002 JÁ COMEÇOU

O governo FHC hoje busca uma candidatura que simbolize um esforço de renovação no plano estratégico da reorganização neoliberal do Estado brasileiro e opere algumas mudanças na sua administração, sem que sejam alterados, porém, seus fundamentos. Por seu turno, as oposições burguesas buscam a construção de uma identidade e de um projeto que unifique suas várias frações; Ciro Gomes e Itamar Franco procuram expressar este movimento.

O PT acumulou o patrimônio da resistência desenvolvida pela esquerda e pelo movimento popular ao programa neoliberal. O candidato do partido será escolhido em um processo de prévia ainda não estabelecido; mas Lula é hoje, para nós, o nome com maior condição de expressar uma mobilização deste porte e deve ser o candidato do PT. Este acúmulo, porém, é claramente insuficiente para, por si só, produzir uma alternativa de governo. É a renovação política e programática do movimento democrático e popular brasileiro e do PT, a partir de uma perspectiva socialista, que pode viabilizar sua vitória.

O partido faz hoje uma oposição mais clara ao PSDB e ao governo FHC do que em qualquer outro momento. Superou equívocos importantes, inclusive no que diz respeito aos governos Itamar e Garotinho. É visível, no entanto, o contraste entre uma maior nitidez do posicionamento político de oposição e a menor clareza programática de sua delimitação como alternativa ao neoliberalismo.

O PT precisa manter como centro de seus ataques o neoliberalismo, o governo federal e as forças que lhe dão sustentação. Todavia, o partido não pode deixar incólumes os segmentos da oposição burguesa. É preciso denunciar seus limites, seus compromissos conservadores e sua incapacidade de atender aos interesses das grandes maiorias nacionais. Isto é necessário para que o PT e o movimento democrático e popular tenham condições de impor uma grande derrota ao campo político neoliberal em 2002.



dade de iniciativa parlamentar), além do apoio concertado da mídia, impuseram um padrão de gestão do Estado brasileiro nitidamente autoritário.

A crise social, em parte decorrente do fracasso econômico, é evidente na grave deterioração do mercado de trabalho. Recuou o gasto nas áreas sociais. Neste contexto, o Brasil assistiu nos anos 90 à explosão da violência urbana, que já produziu mais vítimas do que a guerra civil colombiana.

A degradação do público, a desregulamentação dos controles financeiros, o caráter fisiológico da base governista, o insulamento burocrático das grandes agências econômicas do Estado em um contexto de massivos deslocamentos patrimoniais elevaram a corrupção a uma dimensão explosiva.

Por fim, a aceleração do processo de implantação da ALCA está gerando contradições crescentes. A discussão sobre suas implicações, que até este ano era praticamente inexistente, começa a se

des para a continuidade de seu bloco de poder; sua crise está avançando de forma clara. A popularidade de FHC está em queda drástica desde 1999. Isto se revelou nas eleições municipais de 2000, com o avanço inquestionável das esquerdas e, em particular, com a importante vitória do PT. O ano de 2001 está sendo caracterizado pelo descrédito dos partidos que dão sustentação a FHC. A disputa sucessória, antecipada, levou a uma dinâmica de choques da antes coesa base governista. Não se pode descartar uma crise institucional, com os desdobramentos da crise no Senado (qualquer que seja seu desfecho) e a desmoralização do Planalto ao impedir a instalação da CPI sobre a corrupção, os impasses mal resolvidos com o Judiciário, o crescimento da insatisfação popular e o retorno de mobilizações sociais.

Além disto, a relativa recuperação econômica que caracterizou o ano de 2000 está ameaçada, tanto pela instabilidade externa (com a maior dependên-

UM NOVO BRASIL É URGENTE!

O PT estará tão mais preparado para este confronto quanto mais definido e firme estiver em defesa dos interesses dos trabalhadores, de um programa democrático e popular e de uma política de alianças de esquerda, e quanto mais se referenciar em uma nova perspectiva socialista e internacionalista.

REALIZAR O PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR

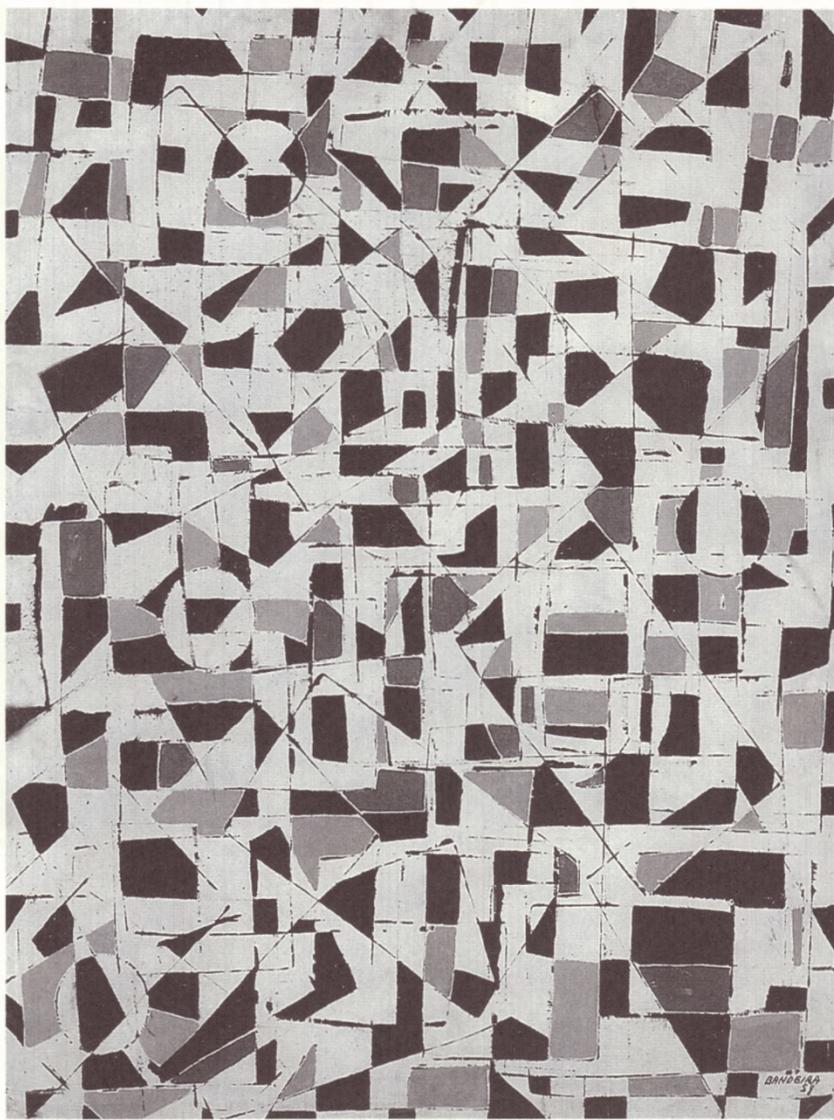
Abriu-se uma brecha para a esquerda brasileira passar à ofensiva, derrotar o bloco no poder e assumir a direção do governo central. Para tanto urge unificar o movimento democrático e popular em torno de uma política e de um plano de ação claros para a conjuntura que se desdobrará nas eleições de 2002.

O principal instrumento para unir a esquerda brasileira, alargar ao máximo sua base de sustentação política e constituir um amplo movimento de massas para derrotar o bloco no poder é o programa democrático e popular. Ele aponta para a superação do padrão de desenvolvimento, das estruturas sociais e das relações políticas que há séculos vem condenando o País à dependência e à tutela do capital financeiro imperialista e do FMI, a crises econômicas, a impasses institucionais e surtos de autoritarismo periódicos. Que condena a população a uma das mais revoltantes distribuições de renda do mundo, o mercado interno à estagnação, os camponeses ao monopólio da terra, os operários ao desemprego e à superexploração, as camadas médias ao empobrecimento, os jovens à carência de perspectiva, um terço da força de trabalho a viver abaixo da linha de pobreza, e multidões à marginalidade.

A vitória da esquerda significa construir uma nova hegemonia político-social, viabilizando a chegada ao governo de um novo bloco histórico e criando, assim, as condições para a disputa aberta pelo poder na sociedade brasileira, através do despertar para a participação política democrática de dezenas de milhões de pessoas e do seu envolvimento direto na implantação de um conjunto de reformas de interesse popular. Este programa só poderá ser realizado em confrontação com a classe dominante, especialmente com a aliança do latifúndio, dos oligopólios financeiros e do grande capital internacional.

As experiências já testadas em diversas administrações populares de gestões municipais e estaduais do PT servem como demonstração da viabilidade de uma parcela das nossas propostas e dão uma contribuição cada vez mais importante para a nossa construção.

São igualmente fundamentais as lutas de massas e de suas entidades ou movimentos, como a CUT, o MST e a CMP, a Marcha Mundial das Mulheres, bem como ações efetivas de resistência ao neoliberalismo, como o Fórum Social Mundial. Mas é preciso superar a tentação pragmática de considerar estes avanços um mero dispositivo de acúmulo de forças eleitoral; isto despotencializaria os movimentos sociais. Ao contrário, o incremento de sua força e de sua capacidade de mobilização autônomas ampliará e aprofundará as condições favoráveis à unidade e à vitória popular.



ANTÔNIO BANDIERA LUMES SOBRE CORDÃO NEGRO, 1954

UM NOVO ESTADO PARA UM NOVO PAÍS

A síntese destas experiências só será possível se formularmos claramente uma proposta de reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos de inspiração socialista, isto é, a partir de uma visão não liberal de democracia, assentada na garantia e na ampliação dos direitos – especialmente os do trabalho –, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa. Sem uma cultura que dignifique o que é público, sem questionar a fundo e abertamente os privilégios do grande capital e da grande propriedade fundiária, sem reconstruir as políticas sociais não é possível fazer um novo Brasil. É a partir de tudo isto que poderemos construir um novo modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentável, de crescimento com distribuição de renda e redução das desigualdades regionais.

Formulada para um país da periferia, nossa proposta tem de incorporar em seu centro os temas da soberania nacional e do apoio à construção de uma nova ordem internacional. Deve ser pensada no interior de uma nova cultura internacionalista anticapitalista, incorporando uma agenda de questionamento frontal da lógica de submissão aos mercados, apoiada nas lutas das classes trabalhadoras e no Fórum Social Mundial. A recusa à ALCA deve dar o impulso para a retomada histórica de um projeto latino-americano não apenas independente, mas adversário da hegemonia norte-americana.

ERGUENDO OS OLHOS PARA O FUTURO

Nossa chapa se afirma, em primeiro lugar, pela postura diante do dissenso partidário. Decerto, como militantes identificados com o imaginário revolucionário e a construção de uma nova sociabilidade para além da ordem do capital, poderíamos arrolar uma longa lista de divergências com a política nacionalmente predominante, desde alguns valores-chaves, passando pela crítica ao capitalismo, até pontos programáticos de governo, sem falar na perspectiva geral com que devemos enfocar desde as questões estratégicas até aquelas de âmbito tático.

O pragmatismo, o eleitoralismo e o institucionalismo vêm crescendo. Prévias despolitizadas têm, freqüentemente, tido um efeito desagregador e contribuído para dissolver a idéia de coletivo. A democracia interna do PT tem sido prejudicada, entre outros problemas, pela generalização de práticas como a das filiações massivas e sem critérios e a da oficialização nacional da realização dos encontros com urnas abertas por todo o dia, sem discussões entre os participantes, e baseados em esquemas de transporte dos filiados. Estas práticas distorcem de forma significativa a representação nas instâncias partidárias.

O partido precisa preparar-se para os grandes desafios que tem pela frente e fazer jus às grandes esperanças que nele foram se depositando ao longo de duas décadas. Até aqui, conseguimos crescer nas urnas convivendo com tensões arcaicas, inclusive com certos traços de agremiações tradicionais. Mas o elogio à inorganicidade, à diluição institucio-

ABRIU-SE UMA BRECHA PARA A ESQUERDA BRASILEIRA PASSAR À OFENSIVA, DERROTAR O BLOCO NO PODER E ASSUMIR A DIREÇÃO DO GOVERNO CENTRAL. PARA ISSO NECESSITAMOS UNIFICAR O MOVIMENTO EM TORNO DE UMA POLÍTICA CLARA.

nalista, à cessão programática e às alianças sem critério já se prolongou demasiadamente e, com certeza, prejudicará o nosso desempenho em circunstâncias mais complexas e exigentes da luta de classes. Contudo, não superaremos estes problemas com a mera reafirmação doutrinária de princípios, por mais importante que eles sejam.

Muito tem sido obtido através da realização de outra prática política, que não faz concessões aos nossos adversários, que impulsiona de fato o desenvolvimento da experiência e consciência política da população e que é coerente com nossos princípios sem ser doutrinária – seja à frente de governos locais ou estaduais, seja na atuação em movimentos sociais ou políticos, ou ainda na luta de idéias e na atuação partidária ou legislativa. Se queremos colocarmos-nos à altura de nosso tempo, agora precisamos dar um salto, generalizar estas posturas e experiências, transformá-las na norma.

O PT necessita ampliar sua democracia interna, valorizando seus fóruns de discussão; apostar na formação de seus quadros, no fortalecimento dos movimentos populares. Deve reafirmar seu papel de partido dirigente, coordenando, articulando e incentivando as ações e experiências vividas pelo campo democrático e popular, tanto no âmbito do movimento democrático e popular quanto na institucionalidade. Não podemos aceitar o PT apenas como uma federação de correntes e grupos políticos. Buscar um partido que vá além da disputa eleitoral é uma tarefa permanente que deve ser resgatada.

Vamos travar uma batalha chave contra forças enormes e, neste caso, as piores companhias são o elogio da moderação, a ilusão da conciliação, a perda de nossos valores socialistas, a falta de clareza de nossos objetivos políticos, o abandono de reivindicações populares e a perda da consciência de quem somos e do que representamos. As maiorias só abraçarão as propostas apresentadas pelo partido se identificarem nelas respostas para seus problemas, determinação para enfrentar os poderosos e capacidade para transportar os obstáculos. O partido precisa estimular o imaginário transformador, a autoconfiança e a iniciativa das multidões exploradas e oprimidas, coerente com a idéia de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. □

A NOVA SITUAÇÃO POLÍTICA COLOCA PARA A ESQUERDA BRASILEIRA OS DESAFIOS DE DESDOBRAR EM SUA ATUAÇÃO UMA ARTICULAÇÃO DISTINTA ENTRE LUTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E AUXILIAR NO SURGIMENTO DE UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA.

JOSÉ CORREA LEITE

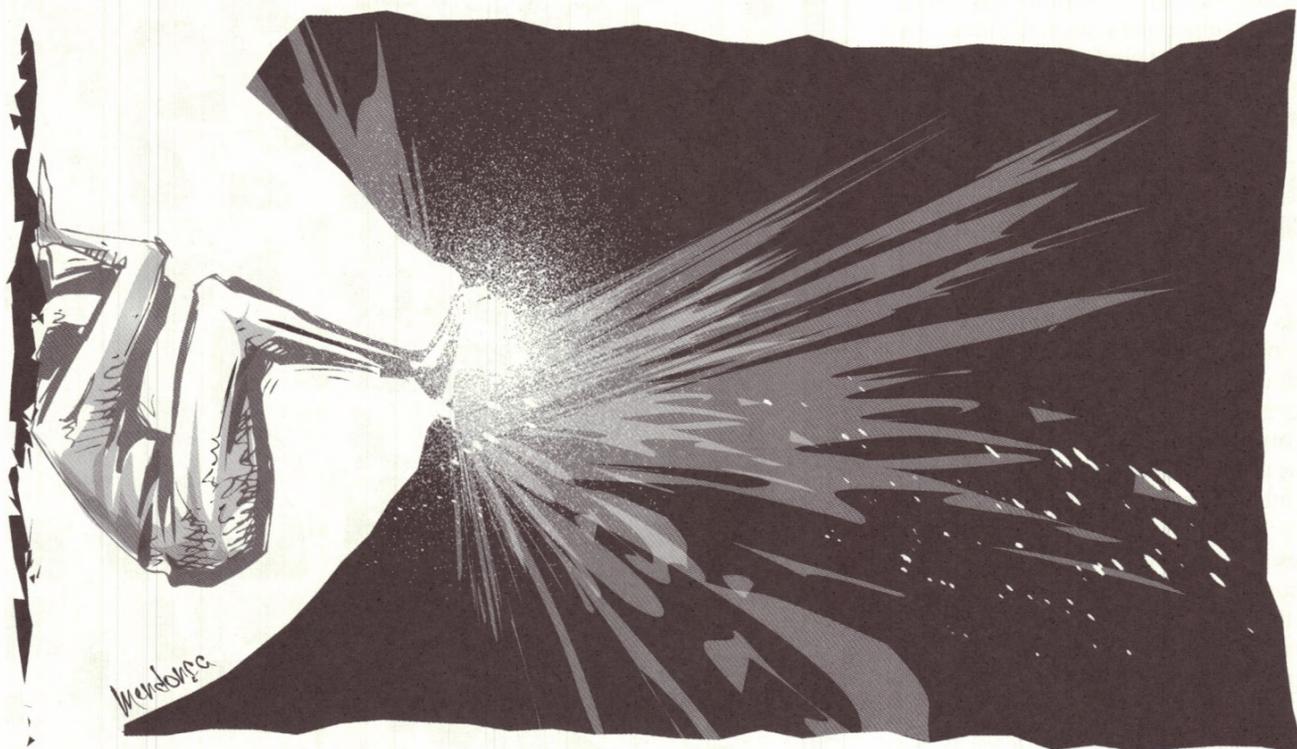
Walden Bello afirmou que 2000 foi o ano do protesto global contra a mundialização capitalista. Mas a marcha ascendente das mobilizações pode transferir este atributo para 2001. Após o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro, tivemos em abril as grandes manifestações contra a Alca em Quebec, acompanhadas dos protestos em diversas outras cidades do continente, como Buenos Aires e São Paulo. O verão europeu está quente, com sucessivas mobilizações: em Gottemberg, contra a cúpula europeia; em Barcelona, mesmo depois que o Banco Mundial cancelou sua reunião "por motivos de segurança"; os inesperados protestos de Salsburg durante a reunião europeia do Fórum Econômico Mundial; e, em breve, em Gênova, por ocasião da reunião do G-8, que promete ser a maior manifestação antiglobalização já realizada. Além disso, novos protestos já estão sendo preparados para a próxima cúpula europeia, em Bruxelas.

Um grande protesto já está marcado também para Washington, durante o Encontro Anual do FMI e do Banco Mundial, de 28 de setembro a 4 de outubro, chamado pela mesma coalizão que em abril de 2000 trouxe trinta mil ativistas à cidade. É emblemático que só a distante Doha, capital do semifeudal emirato del Qatar, tenha aceito sediar a próxima reunião da OMC, em novembro – o que deve favorecer a disseminação de protestos por todo o mundo.

De Seattle a Melbourne, de Praga a Bangkok, de Nice a Okinawa, as elites capitalistas globalizadas vêm sendo sitiadas em suas fortalezas e seus palácios por movimentos que clamam por justiça e direitos, reivindicam que os povos possam decidir seus destinos, procuram defender o planeta ameaçado e os que nele vivem. Estes protestos contra a tirania dos mercados têm um poderoso impacto político e efeito simbólico, deslegitimando as instituições globalitárias, impulsionando a convergência das lutas em um grande movimento prático contra a globalização neoliberal, plural, multifacetado, mas com uma capacidade de iniciativa unitária cada vez maior. Cada nova jornada de mobilização tem reforçado o movimento, ampliando suas bases sociais, fornecendo condições para protestos ainda mais fortes e propiciando experiências práticas que reforçam seu caráter anticapitalista.

Estamos longe da situação em que o pensamento único exalado por um neoliberalismo agressivo parecia asfixiar toda

A ESQUERDA NO BRASIL E O NOVO INTERNACIONALISMO



crítica e impor a passividade perante a mercantilização da vida, da cultura e do mundo. Desde Seattle, em novembro de 1999, o movimento mundial contra a globalização capitalista tem empolgado a juventude, despertado esperanças, restabelecido utopias e reconstruído o sentido de uma história aberta, feita pelos próprios seres humanos, por suas escolhas e lutas. Contra o obscurantismo da idolatria do mercado, que entorpece a consciência humana ao colocar o capitalismo como o estado natural da sociedade, este novo movimento e uma nova geração militante instauram um campo de idéias e um espaço de ação política onde um outro mundo é possível.

UMA NOVA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A situação ainda é, de conjunto, adversa aos setores populares: a correlação de forças social continua muito desfavorável, o capitalismo internacional mantém capacidade de iniciativa e uma parte da burguesia alinha-se com lideranças ultraconservadoras como Bush e Berlusconi. Mas a mudança é clara e adotar qualquer postura de expectativa seria um erro político gravíssimo. O tempo histórico não é homogêneo: as mudanças dos fluxos das lutas sociais se dão sempre de forma brusca, em períodos bastante curtos, e a virada histórica de nossa época já se deu, simbolicamente, nas ruas de Seattle. No desenvolvimento do movimento estão inscritas as potencialidades para alterações muito maiores da correlação de forças, para a instauração de uma crise aberta da globalização neoliberal e para a construção de alternativas globais de caráter socialista.

AS RAÍZES PROFUNDAS DA MUDANÇA

As análises na esquerda têm destacado como este movimento responde a aspectos decisivos da sociedade atual. As ofensivas burguesas contra os direitos sociais e o aumento da miséria, das desigualdades e das exclusões cresceram des-

de os anos 80 em todo o mundo, inclusive nos países centrais, embora tenham tido um impacto mais acentuado na África e na América Latina. Na Ásia, se tornaram particularmente contundentes depois das crises de 1997. As crises financeiras pesam cada vez mais e golpeiam duramente os países da periferia. Contra este pano de fundo, normalmente se enfatiza o papel das resistências que, do zapatismo aos grevistas franceses de dezembro de 1995, se opuseram às políticas da globalização neoliberal no período anterior, contribuindo para criar um clima mais favorável aos movimentos sociais.

Sem desconsiderar este quadro, podemos, todavia, compreender de forma mais profunda o atual movimento antiglobalização se o vemos também como expressão de algumas questões novas, colocadas organicamente pelo mundo estabelecido por vinte anos de globalização neoliberal.

De um lado, ampliaram-se os problemas globais (ambientais, de direitos humanos, democráticos e trabalhistas, da produção cultural, das atividades mafiosas, etc.) e a percepção deles enquanto tais por importantes camadas da população. Grande parte deles tem suas raízes no aprofundamento radical da mercantilização da vida nestas décadas: a internacionalização dos capitais, dos mercados e das finanças, a redução do peso relativos da maioria dos estados nacionais na vida social, a interrelação desigual e sem paralelo das culturas, modas e hábitos de consumo, o desenraizamento de uma elite tecnocrática capitalista de suas sociedades. A mídia de massa, a informática e a internet oferecem uma base técnica não apenas para a internacionalização do capital e para uma percepção mais global dos problemas do mundo, mas também produzem nas novas gerações uma subjetividade distinta das gerações anteriores, mais afeita a esta realidade e mais apta a disputar os simbolismos na sociedade do espetáculo.

De outro lado, uma dinâmica de articulação internacional de campanhas e lutas já vinha se desenvolvendo há bas-

tante tempo. As conferências temáticas da ONU desde a década passada eram alvo de encontros cada vez maiores de ativistas e membros das organizações não-governamentais. As reuniões do Banco Mundial eram acompanhadas de encontros das ONGs lobbistas daquela entidade, mas também de protestos de grupos radicalmente contrários à suas políticas. As reuniões do G-7 há vários anos assistem manifestações pedindo a anulação da dívida dos países pobres (o Jubileu 2000 mobilizou 70 mil pessoas em junho de 1998, em Birmingham, e repetiu a dose em 1999, em Colônia). Entidades como Greenpeace ou Anistia Internacional há muito vêm ajudando a estabelecer as coordenadas de um novo campo de lutas no terreno propriamente internacional. Há anos ativistas vêm procurando colocar em xeque empresas como a Monsanto, McDonalds, Exxon ou Nike – uma importante rede de organizações hoje monitora, em todo o mundo, suas atividades. Desta ótica, Seattle representa o salto de qualidade, quando uma parcela dos ativistas perde suas ilusões e suas iniciativas seu caráter colaborativo. Ao se radicalizarem, as distintas iniciativas puderam convergir em um movimento antiglobalização. Não é à toa que o foco desta ruptura tenha sido a OMC, a instituição a mais impermeável à qualquer mudança de discurso e cuja formação simbolizou a libertação dos capitais dos controles nacionais.

A JUVENTUDE NO CENTRO DA LUTA

Por fim, é indispensável compreendermos porque o ascenso do atual movimento antimundialização enraiza-se na juventude, em uma parcela dos jovens dos países capitalistas centrais, mas também da periferia, configurando o processo mais amplo de radicalização desde os anos 60. Depois de décadas de apatia, fragmentação e consumismo, assistimos a emergência de uma nova geração política de esquerda, a primeira desde 1968. O movimento estudantil em solidariedade aos trabalhadores precarizados do

mundo ou envolvido em causas ambientalistas cresceu rapidamente nos Estados Unidos nos anos 90 e levou uma parcela dos jovens a perceberem que o poder das corporações transnacionais e dos organismos internacionais por elas controlados estava no centro de grande parte das tragédias do mundo. Na Europa e na América do Norte, movimentos de ação direta, de inspiração vagamente situacionista, enfatizando temas culturais, ou de inspiração diretamente anticapitalistas (anarquistas ou autonomistas) também crescem há anos. O papel protagonista da juventude se espalha pelos países da periferia, da Cidade do México (a gigantesca greve da UNAM, em 1999) à Seul (em aliança com os sindicalistas da KCTU) ou à Buenos Aires (nos protestos contra a Alca) – podendo ser visto embrionariamente mesmo entre nós, em São Paulo.

É a inserção da juventude na luta antiglobalização que dá hoje ao movimento boa parte do seu dinamismo e, neste sentido, em diversos países, capacidade de catalisar antigos setores militantes e parcelas dos movimentos sociais. A radicalização da juventude no século XX quase sempre prenunciou mudanças mais profundas e este parece ser o caso hoje. A juventude não carrega nas costas o peso das derrotas sofridas pelas gerações passadas e se coloca em movimento a partir de sua própria experiência e com seus próprios métodos.

Uma distância histórica razoável já separa nossos dias do final do século XX político (encerrado entre 1989 e 1991). Esta brecha se coloca como um dado existencial para a geração que está vertebrando as lutas anticapitalistas – gente que em geral não tem mais de vinte anos. Esta geração nasceu ouvindo as promessas do discurso neoliberal e viu todas elas se frustrarem. Ela encara o futuro anunciado com ceticismo, percebendo as consequências concretas da mercantização da terra, da água, do ar, da educação e mesmo da vida. A rejeição do capitalismo surge, aí, como parte de uma desconfiança mais geral do sistema, inclusive das instituições e práticas políticas estabelecidas. A mobilização de massas e a ação direta se apresentam como caminhos lógicos no protesto contra este estado de coisas e na luta por alternativas que sejam, de fato, diferentes. A indignação com o sofrimento alheio e a rebelião contra a falta de perspectiva de alguns setores da juventude se somam à resistência social mais ampla de outras camadas sociais na aspiração a uma outra vida. Como afirmou Emir Sader em Porto Alegre (ver páginas 15 e 16), “foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que *o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço*. O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo”.

O desafio que enfrentamos é enorme. O surgimento de uma nova geração política, depois de tanto tempo de paralisia política e reação, faz com que ela aflore em boa medida fora e contra o conjunto das referências políticas estabelecidas. Não está garantido que a esquerda revolucionária existente seja capaz de se fundir com o novo movimento anticapitalista. Há uma enorme distância entre o mundo em que foi forjada a esquerda de antes dos anos 90 e aquele em que se desenvolve o movimento atual. Superar esta brecha é a tarefa decisiva para as correntes políticas que querem constituir o movimento socialista do século XXI.

DA INDIGNAÇÃO À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS POLÍTICAS

Nos Estados Unidos ou na França, o movimento antiglobalização representa uma recomposição significativa do quadro político, visível na formação de organizações como o Attac ou de redes de militantes como o *Direct Action Network* (ou ainda a vasta coalizão que sustentou a campanha presidencial de Ralph Nader). Em países europeus como a Inglaterra ou a Itália, iniciativas anarquistas, autonomistas ou impulsionadas pela extrema-esquerda, tem tido um papel destacado. Mas o movimento federa e reagrupa todo tipo de organizações existentes em redes mais ou menos amplas. Para cada iniciativa de protesto são montados centros de convergência, patrocinados pelas entidades mais envolvidas nas manifestações, reunindo em alguns

consequências ainda não foram nem remotamente digeridas pelo movimento democrático e popular – há uma grande tentação de reduzi-la à figura familiar da dominação imperialista, o que seria uma enorme miopia. A luta contra a Alca apenas se iniciou e um gigantesco trabalho de sensibilização para o tema e de educação popular ainda tem que ser feito para que se compreenda o seu significado histórico. Este é, inclusive, um dos maiores desafios colocados para a disputa eleitoral do próximo ano.

De fato, na nova situação política internacional, o desafio da esquerda brasileira é duplo. De um lado, assimilar e desdobrar em sua atuação a nova forma como se articulam as lutas nacionais e internacionais na atualidade. Há um espaço específico para as lutas internacionalistas que tem, para além do combate à Alca, que se desenvolvido no Brasil – jornadas internacionais de protestos



caso, mais de mil entidades na preparação dos protestos.

A cada protesto ou mobilização que persegue as elites, realizam-se contratópulas, conferências ou assembleias alternativas. Além disso, o movimento já promove conferências e encontros amplos como os de Dakar e o Fórum Social Mundial de Porto Alegre ou ainda encontros mais restritos de redes e organizações (como a Assembleia Geral dos Povos, a Via Campesina ou a Marcha Mundial das Mulheres) e de discussão de temas específicos (como a água, o comércio, a Aids, os paraísos fiscais, a segurança alimentar ou o controle do movimento de capitais financeiros).

Na seqüência deste processo, emerge uma agenda político-programática radicalmente nova, com contornos ainda imprecisos, mas eixos e reivindicações claros, dando consistência aos sentimentos anticapitalistas difusos, estabelecendo as bases para alternativas concretas à organização da vida humana. Esta agenda resulta, em parte, das próprias forças que participam do movimento, em boa medida ligadas aos movimentos sociais

nascidos nos anos 60 (ambientalistas, anti-racistas, feministas) ou dos temas próprios da globalização capitalista (anulação da dívida dos países pobres, questionamentos dos direitos de propriedade intelectual, defesa da diversidade cultural, controle do fluxo de capitais internacionais, desmercantilização de esferas da vida social e estabelecimento de espaços de direitos e gratuidade). É esta agenda que estará em debate em Porto Alegre, no início de fevereiro de 2002, no próximo Fórum Social Mundial.

O DESAFIO PARA A ESQUERDA BRASILEIRA

O Fórum Social Mundial foi um primeiro elemento a sacudir a tradicional desconfiança da esquerda brasileira pelas iniciativas internacionalistas. Mas ainda pode ser encarado como um elemento extemporâneo, distinto da dinâmica política geral em que nossa esquerda tem estado imersa (enfrentamento ao projeto neoliberal, eleições, governos locais).

A Alca é outro elemento, mas suas

anticapitalistas ou antiglobalização, campanhas temáticas, campanhas contra empresas etc. Como em outras questões, o MST tem se revelado até agora a corrente mais sensível à compreender o alcance estratégico destas lutas.

De outro lado, se coloca o desafio de auxiliar a emergência de uma nova geração política, ou pelo menos de evitar que um setor da juventude hoje propenso a se radicalizar tenha seu desenvolvimento bloqueado ou asfiziado pela dinâmica institucional da esquerda brasileira. Terão que ser constituídas alternativas políticas e organizativas específicas por parte destes setores, como está acontecendo no resto do mundo.

Podemos fazer muita coisa para que estes desafios sejam equacionados. De um lado, encaminhar as jornadas internacionais de protesto que ritmarão o movimento antiglobalização e os setores anticapitalistas em seu interior (o calendário inclui os protestos contra o G-8 em Gênova, a conferência contra o racismo em Durban, as mobilizações contra o BM e FMI em Washington, as jornadas de protesto quando da reunião da OMC em Qatar). Integrar-se, além disso, às campanhas internacionais por temas como a anulação da dívida externa do Terceiro Mundo (o plebiscito sobre a dívida externa organizado pelo Grito dos Excluídos oferece um acúmulo importante neste sentido) ou o estabelecimento de mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais (tipo taxa Tobin). Impulsionar campanhas exemplares contra empresas notoriamente transgressoras, como a Monsanto, o MacDonalds, a Nike, as indústrias farmacêuticas ou outras. E ainda colocar a luta contra a Alca no lugar central em que ela deve estar.

De outro lado, apoiar as formas organizativas capazes de empolgar a juventude e vertebrar a luta especificamente internacionalista, permitindo que elas ganhem visibilidade e também o caráter transversal necessário para envolver vastos setores do movimento democrático e popular. A juventude brasileira merece muito mais por parte da esquerda do que a condução de disputas contra o controle burocrático da UNE e da UBES pelo PCdoB ou a discussão do problema das carteirinhas de estudantes. Ela tem demonstrado sensibilidade às mesmas lutas internacionalistas e anticapitalistas que a juventude do resto do mundo e devemos contribuir no que pudermos para que este potencial possa se efetivar. Além disso, a luta contra a Alca também exige a organização no movimento democrático e popular, para além da juventude, das redes e formas flexíveis de articulação que caracterizam o movimento contra a globalização. Estas organizações já existem entre nós (ainda que algumas vezes de forma insipiente), como no caso do Attac, da Aliança Social Continental ou da Marcha Mundial das Mulheres e podem ser bastante fortalecidas. Outras podem ainda ser criadas. Devemos ser capazes de mobilizar as energias necessárias para solucionar este problema.

É desnecessário lembrar que o próximo Fórum Social Mundial será o momento de condensação não apenas deste acúmulo no Brasil, mas também do que foi semeado nas mobilizações internacionais contra a globalização neoliberal ao longo de 2001. E que ele poderá incidir diretamente na disputa de projetos e no processo eleitoral de 2002. 8 de julho de 2001.

JOSÉ CORREA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO.

A PROPOSTA DA ALCA CONTÉM OS ASPECTOS MAIS PROBLEMÁTICOS DO NAFTA E DA OMC, O QUE REDUZIRÁ AINDA MAIS A CAPACIDADE DOS ESTADOS CONTROLAREM OS FLUXOS DE CAPITAIS.

PUBLIC CITIZEN

Durante a última década, empresas transnacionais se utilizaram dos acordos comerciais internacionais para aumentar suas margens de lucro à custa do interesse público. A implementação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, como resultado da Rodada Uruguai do GATT, foram apresentadas como uma forma de gerar prosperidade mundial. Sem dúvida, os resultados demonstraram que este modelo comercial, conduzido pelo setor empresarial, provocou a deterioração dos direitos trabalhistas e das normas ambientais, um enfraquecimento dos sistemas de saúde e segurança pública; uma crescente exploração do ambiente e dos recursos naturais; uma perda de segurança alimentar, queda dos salários, redução do emprego sindicalizado, aumento da flexibilidade laboral e uma crescente pobreza e desigualdade econômica. A isto se somou uma proliferação de crises financeiras — como a do peso mexicano —; uma tendência à privatização e, como consequência, falta de acesso, por razões financeiras, de muitos cidadãos a serviços sociais essenciais como a saúde, a educação e a água potável; e uma perda de espaços democráticos e de responsabilidade em tomada de decisões.

Agora, através da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 34 chefes de Estado e ministros de comércio de todas as nações do Hemisfério (exceto Cuba) estão considerando a expansão deste modelo fracassado de crescente privatização e desregulação a todo o Hemisfério. A proposta atual da ALCA contém os aspectos mais problemáticos do NAFTA, da OMC e do fracassado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), o que reduzirá a capacidade dos Estados para implementar políticas de interesse público e aumentará o controle empresarial sobre os processos supostamente democráticos — à custa dos cidadãos das Américas e do Caribe. A proposta pretende:

- estabelecer regras de livre investimento, que dariam às empresas o direito para processar os governos por perda de lucros empresariais geradas por decisões democráticas em favor da população. Estas demandas podem resultar em multas de milhões de dólares, que os cidadãos terão que pagar a estas empresas através de impostos.
- retirar dos países o direito de proteger sua economia do fluxo de investimentos de capitais especulativos para evitar crises financeiras.
- estabelecer um processo de resolução de conflitos conduzido por tribunais secretos de comércio internacional, acima das jurisdições nacionais, permitindo que gover-

CAMPANHA CONTRA A “NAFTA NAS AMÉRICAS”



nos e empresas estrangeiras fiquem imunes às cortes e ao sistema legal nacional.

- outorgar às empresas multinacionais novos direitos e instrumentos para ignorar as normas governamentais de saúde, segurança alimentar, segurança pública, e de proteção laboral e ambiental e desafiar as leis que impedem as empresas de con-

taminar as comunidades em que operam.

- impor nas negociações a desregulação e privatização do setor de serviços, o que pode pressionar os governos a desregular serviços públicos essenciais para o bem-estar da população.

As negociações da ALCA vêm sendo realizadas secretamente. Com exceção

dos grupos empresariais que atuaram em reuniões extra-oficiais, servindo como juntas consultivas empresariais para o Comitê de Negociações Comerciais, poucas pessoas que não as dos grupos de negociação viram o texto rascunho e os documentos relacionados às negociações. Até agora, somente um dos 34 governos publicou um texto, que contém suas próprias recomendações de inclusão no acordo final. A maioria dos parlamentares foi negado o acesso à informação, ou não foram sequer informados de que estas negociações se estão realizando (...)

Os grupos abaixo-assinados se comprometem a monitorar atentamente a participação de seus governos neste processo, para assegurar que as atuais negociações da ALCA, baseadas nos modelos do NAFTA, do AMI e da OMC, não prosigam. Em especial, não permitiremos que componentes do sistema comercial definido pelas empresas, tais como os seguintes, estejam presentes na ALCA:

1. Nenhum Novo Instrumento que Fortaleça o Poder das Empresas: Nos opomos a toda linguagem que contenha o estilo do Capítulo 11 sobre Investimento do NAFTA, que permite iniciar casos judiciais contra os governos por parte de empresas. Este mecanismo do NAFTA permite que as empresas processem os governos, em tribunais comerciais antidemocráticos e fechados, por diminuir suas expectativas de lucros futuros, de acordo com as regulações nacionais. Sob as regras do NAFTA, este mecanismo já foi utilizado para atacar políticas nacio-

NÃO A ALCA! OUTRAS AMÉRICAS SÃO POSSÍVEIS! DECLARAÇÃO DA SEGUNDA CÚPULA DOS POVOS

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL

Nós, delegadas e delegados da Segunda Cúpula dos Povos das Américas, declaramos nossa oposição ao projeto de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) elaborado conjunta e secretamente pelos 34 chefes de Estado e governo e pelo Fórum Empresarial das Américas.

Quem somos nós? Nós somos a Aliança Social Continental. Viemos de todas as regiões das Américas a fim de expressar a voz dos organismos sindicais, populares e ambientais, dos grupos de mulheres, dos organismos de defesa dos direitos humanos, dos grupos de solidariedade internacional, das associações ameríndias, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos estudantes, como também dos grupos ecumênicos.

Nós rejeitamos este projeto de liberalização do comércio e dos investimentos, de desregulamentação e de privatização. Nós nos opomos a um projeto neoliberal racista, sexista, injusto e destruidor do meio ambiente.

Nós propomos a construção de novos caminhos de integração continental baseados na democracia, igualdade, solidariedade, e respeito dos direitos humanos e do meio ambiente.

PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

Após a Cúpula de Miami em 1994, os chefes de Estado e governo se comprometeram a reforçar a democracia e os direitos humanos, apoiar a educação e reduzir a pobreza nas Américas. Após sete anos, nada foi feito. O único aspecto onde se observou um progresso, a favor do déficit democrático, é a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Esta não é a primeira vez que presidentes e chefes de Estado nos prometem um mundo melhor: Não é a primeira vez que se solicita aos povos das Américas que esperem os frutos hipotéticos do livre comércio. Tampouco, esta é a primeira vez que somos forçados a constatar que os chefes de Estado não cumpriram suas promessas.

O projeto da ALCA constitui uma carta dos direitos e liberdades dos investidores, consagra a primazia do capital sobre o trabalho, transforma a vida e o mundo em mercadorias, nega os direitos humanos, sabota a democracia e mina a soberania dos Estados.

AMÉRICAS ASSIMÉTRICAS

Nós vivemos em Américas marcadas por intoleráveis desigualdades e injustificáveis assimetrias políticas e econômicas:

- uma população de 800 milhões de pessoas, das quais cerca de 500 milhões vivem em América Latina e na pobreza;
- uma dívida inaceitável de 792 bilhões de dólares americanos com o hemisfério Norte, das quais, apenas em 1999, 123 bilhões foram pagos em juros;
- uma concentração de capitais, tecnologias e patentes no hemisfério Norte;
- 80% do peso econômico detidos apenas pelos Estados Unidos e o Canadá;
- um mercado do trabalho onde uma grande proporção dos empregos se encontra no setor informal, um setor sem voz onde os direitos do trabalho são desdenhados.

Os acordos de livre comércio agravam as desigualdades entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre os países do Norte e do Sul; eles destroem os laços ecológicos entre a espécie humana e o meio ambiente. Somente 20% da população mundial consome 80% dos recursos naturais do planeta. Estes acordos orientam a economia para a exportação em detrimento das necessidades das comunidades locais. Presenciamos a consolidação do poder econômico e jurídico das empresas em detrimento do poder soberano dos povos.

Os acordos de livre comércio podem levar a destruição do tecido familiar e social, o que terá graves repercussões por o bem-estar dos jovens.

nais importantes para a proteção do meio ambiente, da saúde, e da segurança da população. De fato, cada vez que as empresas recorreram aos tribunais utilizando este capítulo do NAFTA, o resultado se deu em favor das empresas e contra o interesse público. Como resultado dos ditames destes tribunais comerciais, os países tiveram que pagar multas às empresas, utilizando dinheiro dos cidadãos; e se os governos decidirem manter em vigor estas leis de interesse público, terão que seguir pagando às empresas.

2. Proteger os Direitos e as Necessidades Sociais Básicas nas Américas: Nos opomos a que os direitos sociais e as necessidades básicas se subordinem às regras definidas pelo interesse empresarial e presentes nas propostas atuais da ALCA. Temas críticos para o bem-estar humano e planetário, tais como os serviços sociais básicos, a água, a saúde, a alimentação e a segurança, não podem subordinar-se aos acordos comerciais. O enfoque meramente comercial nestes temas já gerou uma tendência favorável aos organismos transgênicos, contrária à preservação das florestas, aumentou o tráfico de produtos proibidos e também o agressivo mercado do tabaco.

3. Os Serviços Necessários à Sobrevivência: Os serviços necessários à sobrevivência, como a saúde, a educação, a energia e outros serviços básicos não devem ser sujeitos às regras comerciais. As leis nacionais para a saúde e segurança do consumidor, o meio ambiente, o trabalho, as leis que regulam o setor dos serviços, que não diferenciam fornecedores nacionais de estrangeiros, têm que permanecer fora dos acordos comerciais. Nas Américas e não Caribe, os programas de ajuste estrutural que implicaram em privatização e desregulação dos serviços públicos essenciais, exigidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, já produziram uma grave redução do acesso da população à saúde pública, às escolas e à água potável. As propostas atuais da ALCA consolidariam este

perigo para sempre, impedindo aos governos reverter a privatização dos serviços não futuro, ainda que se comprovem seus efeitos negativos.

4. Não ao protecionismo das patentes. As sementes e a medicina são necessidades humanas e não mercadorias: Não há nenhum fundamento para incluir a proteção da propriedade intelectual em um acordo comercial e as políticas de propriedade intelectual devem permitir aos governos limitar a proteção das patentes para defender a saúde pública, especialmente as patentes sobre formas de vida e medicamentos essenciais. O patenteamento das formas de vida, incluindo os microorganismos, deve ser proibido em todas as instâncias nacionais e internacionais. As atuais regras de propriedade intelectual, como o acordo TRIPs da Organização Mundial de Comércio (OMC) e as regras incluídas no Capítulo 17 do NAFTA sobre Propriedade Intelectual, impedem o acesso da população aos medicamentos essenciais e a outros bens, conduzem à apropriação privada de formas de vida e do conhecimento tradicional; afetam a biodiversidade e impedem que os países mais pobres aumentem seus níveis de bem-estar econômico e social.

5. A alimentação é um direito humano e não uma mercadoria: Os regimes comerciais não devem ameaçar o direito dos países a estabelecer ou manter políticas para salvaguardar os pequenos produtores agrícolas, as economias rurais e a segurança alimentar.

6. O controle sobre os recursos naturais: Os cidadãos e os governos—e não

as empresas transnacionais—devem ter o direito de tomar decisões sobre o uso e a proteção de seus recursos naturais. As políticas sobre o uso dos recursos naturais devem manter um equilíbrio entre os benefícios sociais de sua preservação, da criação de empregos e do desenvolvimento econômico. Portanto, são inaceitáveis regras comerciais internacionais como as do NAFTA, que permitem às empresas transnacionais ultrapassar o controle ou regulação dos países sobre suas terras, reservas de petróleo e gás, florestas, rios e outros recursos naturais.

7. Parar os danos atuais: Tanto o NAFTA como a OMC têm regras que subordinam as regulações e proteções nacionais ambientais, agrícolas, de saúde e emprego. Estas regras são contrárias ao interesse público, e não devem ser incluídas em futuros acordos comerciais internacionais. Além disso, nestes acordos comerciais, não se pode subordinar ou ameaçar a implementação dos Acordos Multilaterais Ambientais, de Saúde, de Desenvolvimento, de Direitos Humanos, de Direitos Indígenas, de Segurança Alimentar; nem aqueles sobre os Direitos das Mulheres, dos Trabalhadores e de Proteção dos Animais.

8. Proteger as mulheres, as minorias e os povos indígenas: Em um acordo internacional justo, não deveriam existir medidas como aquelas do NAFTA que não permitem um tratamento especial e diferenciado às mulheres, às minorias, e aos povos indígenas. Consideramos prejudicial e ofensivo ameaçar o direito soberano dos estados para determinar suas próprias prioridades sociais,

como por exemplo a oferta de condições de crédito preferencial aos setores mais carentes de suas populações. Tais medidas estão em franca contradição com os tratados internacionais de Direitos Humanos e as convenções da OIT, em particular a 169.

9. Promover o desenvolvimento e controlar o poder empresarial: Os acordos de comércio internacional não devem limitar a capacidade dos governos para fazer com que o investimento estrangeiro beneficie os cidadãos. A ALCA não deve impedir que os governos utilizem instrumentos de políticas para promover o desenvolvimento equitativo e sustentável, tais como limitar o capital estrangeiro em certos setores, condicionar o investimento à transferência de tecnologia e à reinversão dos lucros, ou limitar a compra de terras agrícolas ou bens de raiz.

10. Defender-nos da especulação: Para prevenir a proliferação de crises financeiras, os países têm que manter sua autonomia para tomar medidas contra inversões especulativas. As regras de investimentos do NAFTA, presentes na proposta para a ALCA, constituem precisamente o caminho errado, já que proíbem os governos de estabelecer estas medidas elementares de proteção.

As organizações abaixo-assinadas comprometem-se a lutar contra o modelo empresarial de globalização expresso na ALCA, que sobrepe o interesse das multinacionais ao bem comum da população. Promoveremos novas alternativas de integração para as Américas e o Caribe, baseadas em princípios democráticos e transparentes, no desenvolvimento equitativo e sustentável, na proteção do interesse público acima do lucro empresarial.

Segue a lista de 164 organizações de 15 países, em 14 de maio de 2001.

A PUBLIC CITIZEN, DIRIGIDA POR RALPH NADER E LORI WALLACH, É UMA DAS MAIORES E MAIS IMPORTANTES ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DOS ESTADOS UNIDOS.



Os acordos de livre comércio favorecem o mercantilismo do patrimônio da Humanidade e do planeta. A lógica neoliberal torna o cidadão um simples consumidor. Ela busca o rendimento a curto prazo sem levar em conta os custos sociais e ambientais.

Sob a pressão das grandes indústrias agroalimentares e das políticas de dumping, os acordos de livre comércio ameaçam a agricultura local (realizada sobretudo pelas mulheres), colocando em risco a segurança alimentar.

Os acordos de livre comércio favorecem a privatização sistemática dos serviços públicos como, por exemplo, a saúde, a educação e os programas sociais, através dos programas de ajustamento estrutural no Sul e das compressões orçamentárias no Norte.

Os acordos de livre comércio perpetuam a marginalização dos povos ameríndios e a apropriação de seus conhecimentos para fins comerciais.

Os acordos de livre comércio provocam uma feminização crescente da pobreza e uma exacerbação das desigualdades já existentes entre as mulheres e os homens. Eles aumentam particularmente as desigualdades salariais, o trabalho em condições penosas e freqüentemente degradantes, sem direito à sindicalização. Eles aumentam também o trabalho não remunerado e não reconhecido que sustenta a família e a comunidade, a violência familiar, como também o comércio sexual das mulheres.

Um acordo equitativo não é possível em tal contexto.

QUE QUEREMOS

Nós queremos que se garanta a primazia dos direitos humanos e dos direitos coletivos tal como estão definidos nos instrumen-

tos internacionais sobre os acordos comerciais. Estes direitos devem ser respeitados sem distinção nem exclusão baseada no sexo, orientação sexual, idade, etnia, nacionalidade, religião, convicções políticas ou condições econômicas.

Nós exigimos o respeito absoluto dos direitos humanos, que são universais, iguais e indivisíveis.

Nós queremos construir pontes entre os povos das Américas, nos alimentar do pluralismo de nossas histórias e de nossas culturas, nos reforçar mutuamente no exercício de uma democracia representativa e participativa.

Nós queremos uma verdadeira igualdade entre as mulheres e os homens, cuidados garantidos para todas as crianças, o respeito ao meio ambiente e a divisão equitativa das riquezas.

Nós queremos o respeito integral dos direitos fundamentais do trabalho, incluindo o direito de associação, o direito à negociação

de convenções coletivas e o direito de greve. Estes direitos devem se aplicar igualmente aos trabalhadores migrantes.

Nós acolhemos a declaração da Cúpula dos Povos Ameríndios realizada em Ottawa de 29 a 31 de março de 2001, e reivindicamos o reconhecimento de seus direitos fundamentais.

Nós queremos Estados promotores do bem comum, capazes de atuar ativamente para assegurar o respeito de todos os direitos humanos, incluindo, para as mulheres, o direito a uma maternidade livremente consentida; para reforçar a democracia, incluindo o direito à comunicação; para garantir a produção e distribuição da riqueza.

Nós queremos que os Estados garantam o acesso universal e gratuito a uma educação pública de qualidade, serviços sociais e serviços de saúde, incluindo os serviços destinados às mulheres (maternidade, contracepção, aborto); que eliminem a violência contra as mulheres e as crianças; que garan-

tam o respeito ao meio ambiente para as populações atuais e as gerações futuras.

Nós queremos investimentos socialmente produtivos e ecologicamente responsáveis. As regras aplicáveis à escala continental devem incentivar investimentos que criem empregos de qualidade em vez de investimentos especulativos. Elas devem também favorecer uma produção durável e a estabilidade econômica.

Nós queremos um comércio equitativo.

Nós exigimos a suspensão do embargo americano contra Cuba.

Nós reivindicamos a suspensão imediata do plano Colômbia que militariza toda a região e agrava a situação já deplorável dos direitos humanos.

Nós exigimos mecanismos democráticos de adoção de qualquer acordo eventual, incluindo sua ratificação através de referendums.

Nós acolhemos com entusiasmo as conclusões dos diferentes fóruns da Cúpula dos Povos. Estes trabalhos enriquecem nosso projeto alternativo para as Américas.

Nós fazemos um apelo às populações das Américas para que intensifiquem sua mobilização a fim de combater o projeto de ALCA e desenvolver outros modos de integração baseados na democracia, na justiça social e na proteção do meio ambiente.

Outras Américas são possíveis!

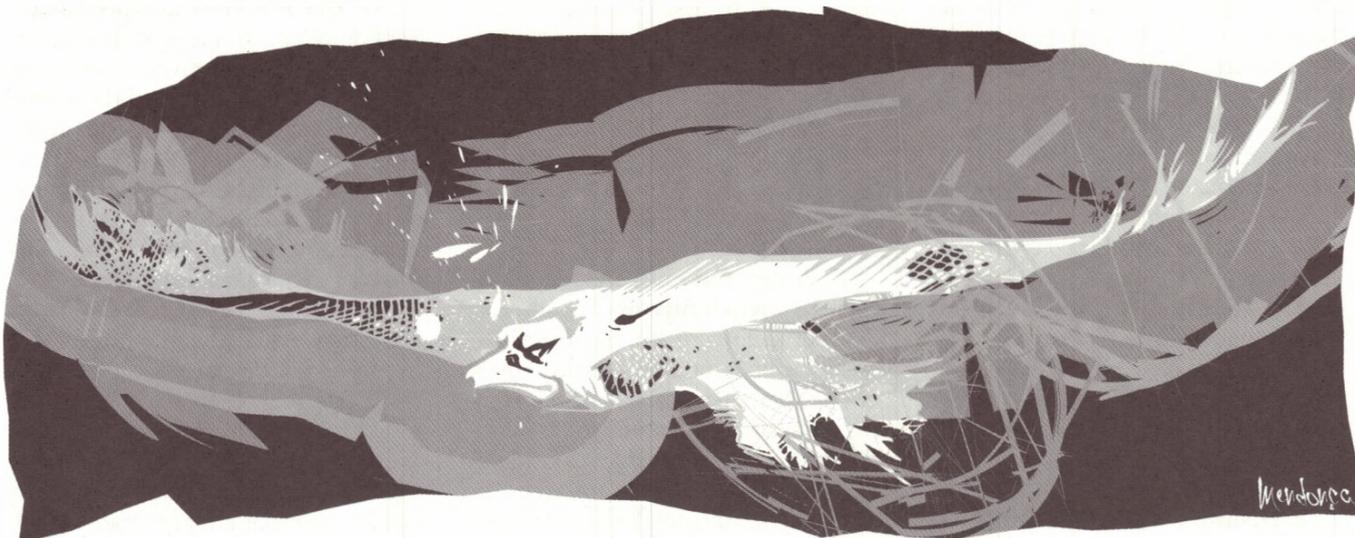
Quebec, 19 de abril de 2001

A Aliança Social Continental, que patrocinou a Cúpula dos Povos em Quebec, é uma ampla coalizão de organizações e movimentos que combatem a formação da ALCA.

O ATAQUE DA ALCA À ESFERA PÚBLICA

DOCUMENTO DE MAUDE BARLOW, PRESIDENTE DO CONSELHO DOS CIDADÃOS CANADENSES, DISSECA A PROPOSTA DE ACORDO DA ALCA.

MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER



A ausência de um debate público no Brasil em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é escandalosa. Caso seja aprovado, este acordo terá repercussões decisivas na economia nacional e na vida de todos os cidadãos. No entanto, as discussões estão sendo conduzidas de maneira sigilosa, longe dos olhos e dos ouvidos da sociedade. O texto em discussão prevê uma desregulamentação da economia jamais vista e um conseqüente enfraquecimento da capacidade de intervenção dos estados nacionais nos mercados. Impulsionado pelos Estados Unidos, o projeto da ALCA pretende eliminar todo e qualquer obstáculo à liberalização do comércio. Entre estes obstáculos, leis de proteção a direitos sociais, trabalhistas e ambientais. Os serviços públicos também estão na mira dos negociadores.

A ALCA pretende ser o acordo comercial de maior alcance na história, reunindo 34 países das Américas. Somente Cuba está de fora. Embora se fundamente no modelo do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), vai mais longe no seu âmbito e poder. Através da ALCA, os Estados Unidos pretendem introduzir no Hemisfério Ocidental todas as regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), proposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A ANÁLISE DE MAUDE BARLOW

Os efeitos perversos deste projeto são analisados detalhadamente em um estudo intitulado "AALCA e a ameaça aos programas sociais, ambientais e à justiça social nas Américas", escrito pela canadense Maude Barlow, presidente do Conselho de Cidadãos Canadenses e diretora do Fórum Internacional sobre Globalização e publicado nos *Cadernos Em Tempo* que acompanham esta edição do jornal. Barlow lança um alerta sobre a ameaça que o projeto da ALCA representa para a

construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo nas Américas.

Em seu estudo, Barlow fornece uma radiografia do projeto da ALCA, relacionando-o com outros acordos atualmente em discussão (e implementação) no mundo. Um dos mais importantes é o GATS, em fase de negociação em Genebra, que pretende "liberalizar" o comércio global de serviços, incluindo aí todos os programas públicos, e eliminar gradualmente todos os possíveis "obstáculos" interpos-

tos por governos nacionais à competição internacional no setor dos serviços. O Comitê de Negociações Comerciais da ALCA propõe um acordo de serviços semelhante, e até mais ampliado, para o pacto das Américas. Propõe também manter, e mesmo alargar, as normas do NAFTA, que concedem às empresas direitos sem precedentes para defender seus interesses comerciais por meio de tribunais legalmente obrigatórios. Segundo a análise de Barlow, a combinação destes dois poderes em um acordo único proporcionará novos e inigualáveis direitos às empresas transnacionais do hemisfério para competirem com todos os serviços públicos, incluindo assistência médica, educação, segurança social, cultura e proteção do meio ambiente, uma privatização destes serviços em um nível jamais visto.

A proposta da ALCA estabelece condições sobre políticas de concorrência, contratos públicos, acesso ao mercado e resolução de disputas que, juntas com a inclusão de serviços e investimento, podem retirar de todos os governos a capacidade de criar ou manter leis, normas e regulamentos para proteger a saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos e do meio ambiente que partilham. Este acordo não contempla salvaguardas em seu texto para proteger trabalhadores, direitos humanos, segurança social nem normas de saúde e ambientais.

Mais uma vez, os cidadãos que desejam uma espécie diferente de acordo comercial foram excluídos das negociações. Todavia, acrescenta Barlow, para os povos das Américas os riscos nunca foram tão elevados. No Brasil, já há um projeto em tramitação no Congresso Nacional, elaborado pelo deputado Henrique Fontana (PT/RS), propondo a realização de um plebiscito para decidir a participação do Brasil na ALCA. Seria uma forma de romper o véu de segredo que vem encobrindo as negociações atualmente em curso.

A Área de Livre Comércio das Américas é o nome dado ao processo de expan-

são do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) a todos os restantes países do Hemisfério Ocidental, exceto Cuba. Com uma população de 800 milhões e um PIB aproximado de U\$11 trilhões, a ALCA seria a maior zona de livre comércio do mundo. Ou seja, a ALCA pode se tornar o acordo de livre comércio de maior alcance no mundo, com um âmbito que penetrará em todos os aspectos da vida dos cidadãos das Américas. Mas, ao contrário do projeto da União

Européia, a ALCA é sobretudo uma proposta de desregulamentação comercial.

O MUNDO SONHADO PELA ALCA

O estudo de Barlow mostra como, desde o início, as grandes empresas, suas associações e grupos de pressão têm uma participação privilegiada no processo de negociação. Nos Estados Unidos, diversos comitês empresariais aconselham os negociadores americanos e mais de 500 representantes empresariais tiveram permissão de segurança e acesso a documentos de negociação da ALCA. Uma das principais tarefas dos negociadores é comparar e consolidar os componentes principais de diversos acordos comerciais e de investimento no continente. Já foram assinados diversos Tratados de Investimento Bilateral (TIB) entre países individuais, baseados no modelo do NAFTA, em que as empresas podem processar os governos por pretensas violações dos direitos de propriedade.

A partir da experiência do NAFTA, os EUA querem estender para todo o continente medidas para liberalizar o investimento estrangeiro e conceder aos investidores estrangeiros direitos de tratamento (não discriminatório) nacional. Ambos proibem, por exemplo, "requisitos de desempenho" pelos quais os investidores estrangeiros têm a obrigação de melhorar a economia local e apoiar os trabalhadores. Ambos os projetos se fundamentam em um modelo de liberalização do comércio e investimento introduzidos na América Latina pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os EUA buscam aprovar normas destinadas a liberalizar serviços, inclusive a assistência médica, a educação, os serviços ambientais e a água. Cabe lembrar que em muitos países, inclusive no Brasil, esta política já vem sendo, em maior ou menor grau, implementada.

Os negociadores da ALCA pretendem também incluir regras pelas quais as empresas poderão processar diretamente os

governos por lucros perdidos resultantes da aprovação de leis criadas para proteger a saúde e a segurança, as condições de trabalho ou as normas ambientais, como já ocorre no âmbito do NAFTA. Recentemente, a empresa *Ethyl Corporation*, sediada em Virgínia, forçou o governo canadense a revogar a legislação que proibia a venda do seu produto, MMT, um aditivo da gasolina proibido em muitos países e classificado pelo primeiro-ministro canadense, Jean Chretien, como "uma neurotoxina perigosa". S.D. Myers, uma empresa de eliminação de resíduos também forçou o Canadá a revogar a proibição das exportações de resíduos perigosos — uma proibição que o Canadá empreendeu de acordo com a Convenção de Basel, que proíbe o movimento trans-fronteiras de resíduos perigosos. Além disso, impetrou com sucesso uma ação contra o governo canadense no valor de U\$ 50 milhões em danos perdidos quando a breve proibição esteve em vigor. Um outro exemplo: a *Sun Belt Water Incorporation*, da Califórnia, uma companhia de exportação de água, está processando o governo canadense em U\$14 bilhões porque a Colômbia Britânica proibiu a exportação de água a granel em 1993, deste modo bloqueando as oportunidades da companhia de meter no negócio de exportação de água naquela província. Este é o mundo idealizado pelos negociadores da ALCA.

Marlow revela ainda que o "Grupo de Miami" (formado pelos EUA, Canadá, Argentina e Chile) querem forçar todos os países das Américas a aceitarem a biotecnologia e os alimentos geneticamente modificados, promovendo deste modo os interesses das companhias de biotecnologia, tais como a Cargill, a Monsanto e a *Archer Daniels Midland*, acima das necessidades de sobrevivência dos pequenos agricultores, camponeses e comunidades de toda a América Latina. A organização não-governamental *Public Citizen* denuncia que os EUA pretendem expandir as normas do NAFTA sobre protecionismo empresarial de patentes, normas que proporcionam às companhias que têm uma patente em um país os direitos de monopólio e comercialização do produto em toda a região privando, deste modo, a população local do acesso aos medicamentos tradicionais.

Caso o acordo seja aprovado, as empresas de serviços transnacionais obterão direitos competitivos para a série completa de fornecimento de serviços do governo e terão o direito de processar qualquer governo que se oponha à indenização financeira. Maude Barlow diz que o verdadeiro objetivo desta proposta é reduzir ou destruir a capacidade dos governos do hemisfério fornecerem serviços com financiamento público (considerados "monopólios" no mundo das finanças internacionais). Este é o horizonte que está desenhado para os países latino-americanos no início da primeira década do século XXI. O que está em jogo é o próprio conceito de *res publica* (coisa pública), alvo de um ataque jamais visto até aqui. O fundamentalismo liberal que anima os idealizadores da ALCA tem um sonho cada vez menos secreto: a mercantilização e privatização de todas as dimensões da vida humana.

MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER É JORNALISTA DA AGÊNCIA CARTA MAIOR.

SOBERANIA E DEMOCRACIA NA ERA DE HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Nenhum tema importante do mundo contemporâneo pode ser entendido fora do marco da hegemonia norte-americana. Esta cruza de tal forma o plano econômico, tecnológico, comercial, financeiro, político, militar, informativo, midiático, de lazer – entre outros – que o que tentasse ser abordado fora desse marco, provavelmente seria enfocado mal, de forma insuficiente ou provavelmente de forma errada.

Trata-se não apenas da vitória de um dos contendores da guerra fria sobre o outro e do estabelecimento de sua hegemonia sobre o sistema internacional no seu conjunto, mas de uma nova modalidade de hegemonia, que se apoia no poderio econômico dos EUA – da sua estrutura produtiva a seu mercado interno –, é articulado por uma capacidade política e militar de intervenção e se multiplica pela rede de aliados e pelo sistema oligopólico internacional de informação e de divertimento, soldados por uma ideologia que se apropriou do conceito de democracia – redutivamente concebida como democracia liberal – e de seu suposto complemento – a economia capitalista de mercado. No seu conjunto, se reestrutura o sistema de poder em escala mundial, sob hegemonia norte-americana, definindo uma nova era na história da humanidade.

Nunca um império teve fronteiras tão extensas, nunca conseguiu organizar um bloco no poder constituído por nações tão poderosas como aliados, nunca dispôs de uma ideologia tão amplamente aceita e tão alimentada por uma máquina de propaganda tão universalizada. Esse poderio, por sua vez, busca articular formas de organização desregulada da economia, modalidades de especulação financeira, esquemas de super-exploração sem limites dos trabalhadores, valores egoístas e hedonistas, estilos de vida e de consumo – de forma a construir um mundo à imagem e semelhança do grande capital, monopolista e especulativo, funcional à sua reprodução sem travas.

O poder constituído sobre esses pilares produz uma força internacional unificada – com contradições, é certo, como veremos mais adiante –, com estruturas orgânicas – o G7, a OMC, a OTAN, o FMI, O Banco Mundial, a AMI –, com comando centralizado, com ideologia hegemônica relativamente consolidada. Produz-se uma reunificação do mercado mundial, que busca sua legalidade e sua legitimidade na ideologia, na força militar e no monopólio dos meios de comunicação.

O mal-estar produzido por essa avalanche de mercantilização do mundo, depois de se ter acumulado subterraneamente nas mentes e corações de milhões de pessoas, explodiu à superfície em 30 de novembro de 1999, em Seattle, em pleno coração desse império, para não parar de crescer e de se diversificar, a ponto de, em pouco mais de um ano, modificar o cenário dos debates mundiais, arrancando a iniciativa das mãos dos ricos do mundo e de seus funcionários e instituições, para recolocar a necessidade de ruptura com esse mundo e de construção de um outro tipo de mundo.

Por isso estamos aqui, em Porto Alegre, já vitoriosos moralmente, porque portadores dos grandes temas que preo-

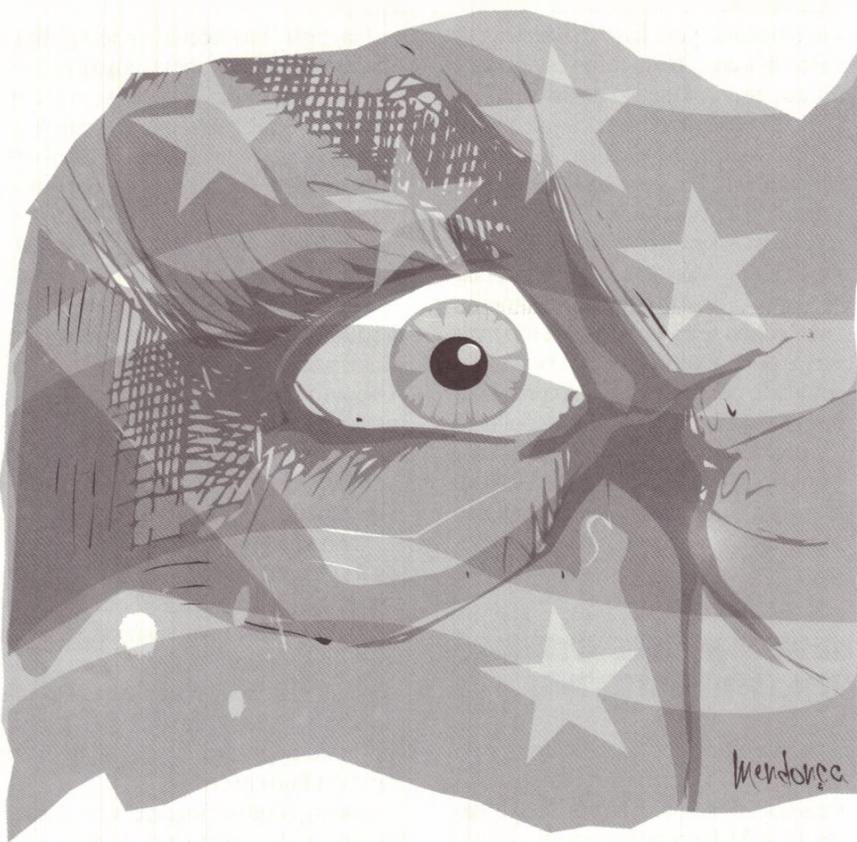
cupam a humanidade no novo século, reconhecidos até pelo pensamento conservador como os fundamentais no mundo contemporâneo – a miséria no mundo e a natureza histórica da chamada globalização – o que, por si só, já significa uma vitória nossa, porque representa sua desnaturalização, a recuperação do seu caráter histórico, isto é, de fenômeno humano, construído pelos homens e, portanto, passível de ser desconstruído e reconstruído de outra maneira. Histórico e, portanto, nas mãos dos bilhões de homens e mulheres do mundo.

OS OBSTÁCULOS À SOBERANIA NACIONAL E POPULAR

De que forma a nova hegemonia norte-americana afeta o tema da soberania, dos Estados nacionais e da questão nacional?

Ao erigir-se em defensor – propagandístico, econômico e militar – de seus valores e interesses, que moldam a nova ordem mundial, os EUA tornaram-se o baluarte de uma determinada concepção de soberania. O livre comércio e, dando-lhe cobertura, uma determinada visão do “humanismo” e da democracia, dão a base de sustentação de sua dominação, que se choca diretamente com a possibilidade de soberania dos outros Estados.

As intervenções militares norte-americanas dos anos noventa demonstram isso cabalmente, seja na África, no Oriente Médio ou na própria Europa. Além disso, as políticas econômicas norte-americanas – que combinam desregulação com manipulação dos organismos internacionais, da OMC ao FMI, do Banco Mundial à OTAN – violam sistematicamente os interesses nacionais dos distintos países – de que as relações no continente ameri-



Sem fazer o rastreamento histórico desses temas, nos deteremos em particular no da soberania, entendendo que dele depende, em grande parte, não apenas a resolução do tema do novo caráter que devem assumir os Estados nacionais, mas também da realização do tema da identidade nacional.

Para que ganhe a abrangência que requer e seja instrumento na luta pela hegemonia política, a soberania tem que ser entendida não apenas como soberania nacional, mas como soberania popular, à qual está estreitamente vinculada numa concepção democrática radical, popular da história. Esta promessa democrática esbarrou sempre na visão reducionista do liberalismo, que buscou sustentar nos estreitos limites jurídicos e políticos do formalismo os fundamentos da democracia, circunscrevendo-a à natureza codificada dos regimes políticos, que terminaram não apenas esvaziando sua legitimidade, como tomando-se álibis de cobertura para a mercantilização das nossas sociedades – inclusive do próprio sistema político.

canos são exemplo claro, do Nafta à Alca.

Ao condensar em sua hegemonia o monopólio militar, econômico, financeiro, tecnológico, dos meios de comunicação, os EUA impõem sua dominação imperial num sistema internacional cuja existência se erige em obstáculo à soberania nacional e à soberania popular de outros países, constituindo-se assim em um obstáculo central à extensão e aprofundamento da democracia – política, econômica, social, cultural, informativa, tecnológica – no mundo do século XXI.

CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DO MUNDO

O modelo hegemônico atualmente vigente se apoia no deslocamento da esfera pública e na sua substituição pelas grandes corporações empresárias como sujeitos econômicos e políticos das nossas sociedades. Com isso, os direitos são substituídos pelo poder de compra no mercado, os cidadãos pelos consumidores, os países pelos mercados, a livre informação pela propaganda mercantil, os debates

NENHUM TEMA IMPORTANTE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO PODE SER ENTENDIDO FORA DO MARCO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA. ELA CONSTITUI A PRINCIPAL ALAVANCA DA MERCANTILIZAÇÃO DO MUNDO E O GRANDE OBSTÁCULO À SOBERANIA NACIONAL E POPULAR.

EMIR SADER

políticos pelas campanhas de marketing, as ruas e praças pelos shopping centers e pelos condomínios fechados, os comícios e concentrações populares pelos pronunciamentos televisivos, a soberania nacional pelos capitais financeiros desregulamentados, a soberania popular pela opinião pública fabricada pela mídia financiada pelos grandes capitais, o financiamento da produção e do consumo popular pela agiotagem especulativa.

Foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço. O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto.

A própria soberania nacional passou a ser cotada no mercado. Os chamados “paraísos fiscais” – infernos da moralidade e da dignidade humana – são países que negociam sua soberania, alugam, vendem – como demonstram de maneira tão inquestionável, entre outros, o suíço Jean Ziegler. Mas mesmo naqueles Estados que pretendem impor sua concepção de democracia ao resto do mundo, a mercantilização invade toda a vida pública.

As empresas especulativas norte-americanas, que doaram 22,2 milhões de dólares à campanha de George W. Bush, cobram de seu financiado o incentivo à poupança privada e a baixa dos impostos. As empresas do setor tecnológico, que contribuíram com 7,7 milhões de dólares cobram o fim de qualquer forma de taxaço da internet. Os laboratórios farmacêuticos, que doaram quatro milhões de dólares e gastaram mais de 40 milhões em campanhas temáticas a favor de Bush, se reivindicam o direito de assumir o controle dos planos de saúde para os idosos. Além disso, Bush nomeou um dirigente do laboratório farmacêutico Eli Lilly & Co. para dirigir a oficina do orçamento na Casa Branca.

CONTINUA NA PÁGINA 16

O setor energético, que colaborou com nove milhões de dólares, já recebeu a contrapartida, com a decisão do novo presidente dos EUA e liberar a exploração de petróleo e de gás em todo o território federal, incluído o Alasca, vencendo a oposição dos ecologistas.

Essa privatização do Estado é acompanhada pela sua *financeirização*. Sabemos como no Brasil os maiores contribuintes para as campanhas presidenciais do atual presidente brasileiro foram os grandes bancos, que foram beneficiados com o maior programa de assistência econômica do governo, num jogo promíscuo de troca de favores e de cristalização de interesses justamente do setor mais parasitário do capitalismo – aquele que não financia prioritariamente investimentos produtivos e consumo popular, mas vive das mais altas taxas de juros oferecidas pelos papéis do governo brasileiro. O único compromisso indiscutível de um governo como esse termina sendo o pagamento dos juros da dívida, ao que se subordina todo o resto – a começar pelas necessidades básicas da massa da população, que nem financia nem é destinatária dos principais esforços do governo.

Gera-se assim um mecanismo vicioso, redondo, fechado sobre si mesmo, em que os governantes são explicitamente financiados pelos ricos e governam explicitamente para os ricos. A arte de governar fica reduzida, de forma bastarda, a atender os interesses dos capitais que financiam os governos, com a complacência e a legitimação oferecidas pela grande imprensa, com seu discurso economicista e ventríloquo das grandes fortunas. O poder público fica completamente desfigurado como instrumento da soberania nacional e popular.

SOCIALIZAÇÃO DO PODER E DA POLÍTICA

A soberania nacional não pode ser pensada hoje, num marco de extensa internacionalização econômica, nem no marco estritamente nacional, nem nos marcos do liberalismo político como modelo de organização do Estado e do poder. Duas direções são essenciais para os que lutam pela democratização do poder, em escala local, nacional e mundial.

Um deles é o da *socialização do poder e da política*. Como dizia Gramsci, existem dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância. Os primeiros se circunscrevem nos limites estritos dos modelos liberais e, numa época em que a mercantilização invade todas as esferas e faz da própria política um mercado – como deseja George Soros, para quem o mercado seria mais democrático que as eleições, esquecendo-se que o poder de compra define desigualdades fundamentais –, acentuam a perda de legitimidade e de representatividade dos sistemas políticos liberais.

Os segundos trabalham na direção de estender e aprofundar a participação política, promovendo a socialização da política e do poder mediante políticas como as do *orçamento participativo*. Esta promove simultaneamente a inclusão política e a inclusão social, cuja solidariedade é indispensável tanto para uma quanto para a outra. Trata-se de um instrumento essencial para a reforma democrática do Estado, para a reformulação radical das relações entre Estado e sociedade, avançando na direção da soberania popular.

A afirmação desse tipo de política, no entanto, como reflexo de seu potencial



democrático radical, se choca com as políticas nacionais de ajuste fiscal, que buscam sufocá-la pelo lado das restrições crescentes aos orçamentos estaduais e municipais, na tentativa de inscrever legalmente políticas de restrição aos gastos públicos – que na prática significam debilitamento da capacidade de atendimento das demandas sociais das camadas populares. Assim, a possibilidade de afirmação de espaços de soberania popular mediante políticas como o orçamento participativo se chocaram cada vez mais com as políticas econômicas liberais, dependendo portanto, para sua consolidação e extensão, da derrota dessas políticas e da posta em prática de políticas que, ao contrário, privilegiem o mercado interno de consumo de massas como mecanismo reativador da economia e integrador socialmente.

INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL SOBERANA ATRAVÉS DE ALIANÇAS REGIONAIS

A segunda direção é a da integração internacional soberana dos Estados nacionais que, nos marcos atuais de internacionalização da economia e do poder político, só pode se dar através de alianças regionais e internacionais. Vale a pena deter-nos um pouco nos problemas colocados para os países da América Latina, porque de alguma forma refletem os desafios, os dilemas e as possibilidades para os países da periferia do capitalismo – aqueles que têm sua soberania mais diretamente comprometida – de realizar sua soberania ou de ser condenado a consolidar sua integração subordinada.

Espaço privilegiado de hegemonia norte-americana ao longo do século XX, a América Latina conseguiu protagonizar uma das grandes transformações históricas desse século, com a industrialização de várias de suas economias, envoltas em projetos nacionais, que produziram níveis de soberania para esses países. A crítica da teoria do comércio internacional e a posta em prática de políticas de industrialização substitutiva de importações tornaram possíveis transformações econômicas, cujos efeitos sociais, políticos e ideológicos terminaram esgotando-se conforme o processo de internacionalização das economias – acompanhado,

em vários países, de ditaduras militares – se impôs.

Na etapa mais recente, de reorganização da economia mundial em torno dos três mega-mercados mundiais, os países da periferia do capitalismo tiveram suas condições de inserção internacional debilitadas. O Mercosul significou o único espaço de integração regional fora do hemisfério norte – isto é, integrado por países da periferia do capitalismo. A estratégia norte-americana era a de assimilação gradual dos países do continente ao Nafta, para o qual o Chile já havia sido cooptado como próximo sócio. A crise mexicana de 1994 bloqueou esse projeto, conforme o Congresso norte-americano tirava o poder de negociação com a “via rápida” do executivo dos EUA.

Foi naquele momento que Washington mudou de tática, retirando da gaveta o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Tendo ganhado tempo e espaço, o Mercosul se consolidou regionalmente e estendeu sua influência, avançando na integração do Chile e da Bolívia, enquanto negociava com os países do Pacto Andino em crise.

Porém, como as políticas econômicas liberais não são integradoras e, assim, não promovem a integração soberana, mas, tratando-se de países periféricos, formas de integração subordinada, havia uma crise embutida, que terminou explodindo conforme se deu a desvalorização da moeda brasileira, em janeiro de 1999. A partir dali se desviaram os interesses dos dois países mais importantes – Brasil e Argentina –, com políticas cambiais diferenciadas e administração irresponsável do seus conflitos.

Ao mesmo tempo se aproximava a data de assinatura dos acordos finais da Alca – a ser definidos em abril de 2001 em Quebec – e a possibilidade de uma vitória republicana na sucessão norte-americana – com a conseqüente recuperação pela Casa Branca da “via rápida” –, os conflitos internos levaram o Mercosul – tal como existiu até hoje – a uma situação terminal, com o isolamento do Brasil – que reagiu tardiamente à nova situação – e a adesão da Argentina – pressionada por uma situação insustentável de sua política de paridade monetária – e do Chile a um adiamento da data de entrada em vigor da Alca de 2005 a 2003.

Com isso se consolidaria a hegemonia norte-americana sobre o conjunto do continente e assim diminuiriam as margens de manobra de todos os países latino-americanos para afirmar sua soberania, conforme perdem o instrumento do Mercosul e se submetem à Alca. Ficariam restritas igualmente as possibilidades de alianças internacionais diferenciadas por parte dos países latino-americanos como, por exemplo, em relação à União Européia e ao sudeste asiático, bem como alianças como países do sul do mundo, igualmente excluídos dos mega-mercados, principalmente a China, a Índia, a África do Sul, o Irã, entre tantos outros.

Romper com essa dinâmica – que se pularia qualquer possibilidade de autonomia por parte dos países latino-americanos – supõe não apenas rechaçar as propostas de adiamento das datas de colocação em prática da Alca, como igualmente rejeitar no seu conjunto a idéia de uma área de livre comércio das Américas, pelo que significa de subordinação à hegemonia absoluta dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente – uma espécie de realização, nos termos contemporâneos, da Doutrina Monroe.

Significa, simultaneamente, um novo projeto de integração latino-americana, assim como uma política de alianças com os países da Ásia e da África, para redefinir as condições de inserção internacional – incluídas alianças com os três mega-mercados mundiais – tanto da América Latina como de todos os países do sul do mundo, a partir de uma posição de força, unificada, que ao mesmo tempo proponha relações de cooperação e de solidariedade como normas de uma nova ordem mundial.

ALINHAR-SE NA LUTA ANTI-CAPITALISTA

A soberania nacional se tornou, com o chamado processo de globalização, indissociável da soberania política e, portanto, da democracia, do processo de auto-emancipação dos homens, tornando cidadãos. Não haverá soberania política sem democratização do poder do Estado e do poder político.

Qualquer avanço democrático no mundo de hoje se choca com o processo de mercantilização que atravessa tudo, movido pelo apetite irrefreável de lucro das grandes corporações internacionais. Essa mola mestra da acumulação do capital – que hoje canaliza o essencial de seus recursos para viver da parasitária especulação financeira, às custas das políticas que privilegiam a estabilidade monetária por sobre os interesses fundamentais da grande maioria da população mundial – se choca com os valores sociais, políticos, morais, culturais que sustentam o humanismo e a solidariedade humana.

Ser soberano, ser senhor do seu destino, ser sujeito da história e da sua vida cotidiana, significa, para a humanidade, romper com os ditames do lucro, do mercado, da acumulação irrefreada de riquezas materiais às custas do trabalho, da cultura, da natureza, da ética. Quem não quiser falar de capitalismo (e de anti-capitalismo) deve calar-se sobre temas como soberania e democracia. Quem, por outro lado, quiser lutar pela soberania nacional e popular, pela democracia, pelo humanismo – tem que se alinhar na luta anti-capitalista, na luta por um mundo guiado pelas necessidades materiais e espirituais de toda a humanidade.

EMIR SADER É DIRETOR DO LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UERJ. ESTE TEXTO CORRESPONDE A SUA EXPOSIÇÃO NO DEBATE QUE PARTICIPOU NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, EM PORTO ALEGRE, EM JANEIRO DESTA ANO. OS INTERTÍTULOS SÃO DA REDAÇÃO.

MAIS DE DOIS MIL
PESSOAS PARTICIPARAM
DO FÓRUM
INTERNACIONAL
SOFTWARE LIVRE 2001
EM PORTO ALEGRE
E UM NOVO FÓRUM
SERÁ REALIZADO EM
JANEIRO DE 2002.

MARCELO BRANCO



O paper gaúcho Pezão contagiou a platéia formada por hackers, profissionais de informática, estudantes universitários, pequenos e médios empresários e representantes do governo gaúcho que superlotaram os três auditórios do campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos dias 29, 30 e 31 de maio, em Porto Alegre, na abertura do "Fórum Internacional Software Livre 2001". Aberto oficialmente pelo Governador Olívio Dutra, com 2047 congressistas, 150 palestrantes, 36 horas de debates, 10 países, 21 estados da federação e 746 instituições presentes, este encontro, na sua segunda edição, foi um marco na construção do movimento software livre internacional.

O resultado alcançado pelo Fórum fortaleceu as premissas fundadoras deste movimento, inspirado pelos conceitos de liberdade da "Free Software Foundation", e aprofundou a construção de uma alternativa concreta que busca inserir a questão tecnológica no contexto de um mundo com inclusão social e igualdade no acesso aos avanços tecnológicos. Também definimos este evento como mais uma marcha de protesto e busca de alternativas ao neoliberalismo na construção do Fórum Social Mundial 2002.

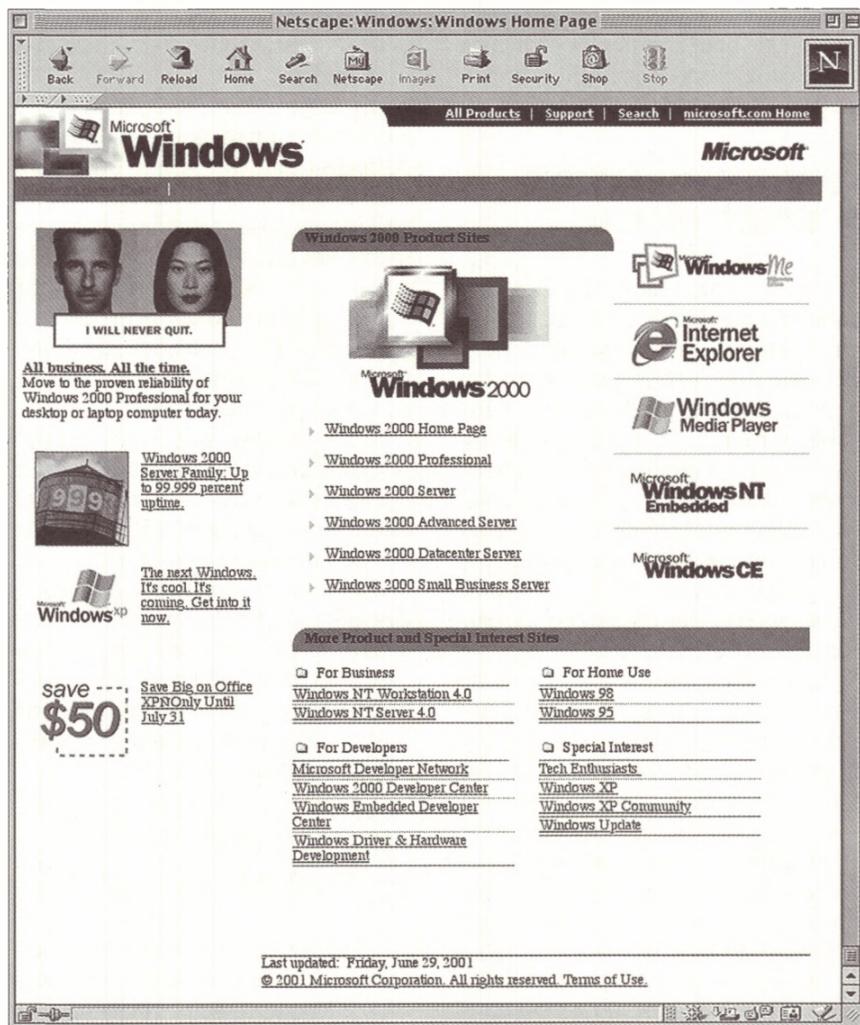
LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Entre os principais destaques do evento estavam Kenneth Avery Coar, porta-voz do consórcio Apache, um programa de computador para armazenar páginas da Internet utilizado por mais de 65% dos provedores do mundo; Rasmus Lerdorf, criador da linguagem de programação PHP (personal home page), utilizada em mais de seis milhões de sites; Eva Brucherseifer, líder de um grupo de mulheres programadoras de software Livre - KDE Woman; Timothy Ney, executivo da Free Software Foundation (organização inspiradora de nosso movimento); representantes da NASA, UNESCO, de grupos de usuários do Brasil, México, Argentina, França, Cuba e Uruguai; o cantor e compositor Lobão; e até as Forças Armadas Brasileiras.

Todos enfatizaram as vantagens da liberdade de criação e expressão proporcionada pela dinâmica dos programas livres que estão se tornando, cada vez mais, uma alternativa frente aos programas das megas empresas de software como a Microsoft. A defesa da liberdade para utilizar, copiar, modificar, e redistribuir os programas modificados foram a tônica dos debates.

Além disto, o Estado do Rio Grande do Sul, um ano após a criação do projeto pelo governo gaúcho, já se transformou numa referência mundial na utilização de

LIVRES DE BILL GATES



no desenvolvimento de soluções baseadas em software livre. "O Rio Grande do Sul é o oásis do software livre", afirmou Tim Ney na abertura do evento.

INTERNACIONALISMO "CIBERPROLETÁRIO" E UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO

Os principais líderes e sujeitos políticos do movimento são os "hackers", hábeis programadores que se destacam por terem desenvolvido um programa importante ou uma ferramenta muito útil para o movimento. Os mais conhecidos são Richard Stallman, principal liderança do movimento, e Linus Torvalds, que escreveu o Kernel (núcleo) do sistema operacional GNU/Linux. Ciberproletários como estes infernizam a vida de Bill Gates, trabalham de forma voluntária, e são responsáveis por mais de 80% dos milhares de programas livres utilizados no mundo. As razões que levam um hacker a desenvolver programas de forma voluntária são as mais variadas: busca da notoriedade, reconhecimento, desejo de criar algo útil, indignação com o Bill Gates, insônia... ou todas elas juntas. Menos de 20% dos programas livres são desenvolvidos por programadores que atuam em empresas com estruturas convencionais.

O trabalho sem chefe, sem patrão, sem jornada rígida, prazeroso e criativo tem se mostrado mais eficiente e produtivo do que o trabalho assalariado "alienado" comprovando, pelo menos neste caso, uma das teses de Marx.

Outra razão para a ótima qualidade dos produtos é o desenvolvimento colaborativo. Desde a concepção do projeto do software, e durante todas as etapas de produção, uma equipe de colaboradores espalhadas ao redor do planeta participa de forma muito ativa através da Internet. Toda documentação e os códigos são

disponibilizados, sem segredos, e garantem um desenvolvimento durante 24 horas e 7 dias por semana. Outra característica importante é que os produtos mesmo inacabados, incompletos, nas versões preliminares são entregues aos "grupos de usuários" para avaliação. Nestes GU's participam além de programadores uma maioria de profissionais de outras áreas do conhecimento, que detectam os "bugs" (falhas), sugerem modificações e solicitam novas funcionalidades. Desta forma, o produto é melhorado continuamente.

PRODUTOS ÚTEIS À COMUNIDADE

"Não são produtos de mercado que depois de prontos buscam encontrar consumidores. São produtos que buscam ser úteis à comunidade, feitos sob encomenda para atender a necessidades já existentes", afirma Mário Teza, membro da coordenação do Projeto Software Livre RS. É por esta razão que quase não existem produtos concorrentes. "Se desenvolvemos algum produto que supera o anterior, todos hackers se voltam para melhorar este novo produto abandonando o anterior. Não desperdiçamos nossos esforços", destaca Teza.

Outra lição importante deste movimento foi a criação das distribuições. Para furar o bloqueio na distribuição destes softwares foram criadas várias distribuições internacionais, que são responsáveis pelo "empacotamento" de um conjunto de programas gravados em CD's, dos manuais de instruções, e que prestam serviços de suporte aos usuários. São elas que colocam as "caixinhas" nas lojas facilitando a vida dos usuários e evitando que fiquemos horas "baixando" os programas pela Internet para "montar" o nosso computador. É uma forma de ne-

gócio no mundo do software livre, visto que vender a licença é proibido.

As maiores distribuições são a SuSE (Alemanha), Slackware, Red Hat, Caldera, (Estados Unidos), Conectiva (Brasil), TurboLinux (Ásia) e Mandrake (França). É importante destacar que a maior delas não chega a ter 300 funcionários. Existe também uma distribuição que é a preferida pelos hackers - como Richard Stallman - pois não é uma empresa e sim uma entidade sem fins lucrativos: a DEBIAN.

LIVRE DISTRIBUIÇÃO: LOBÃO E O SOFTWARE LIVRE

Algumas práticas estão rompendo com a lógica estabelecida, usando a tecnologia de forma criativa para subverter os padrões de comportamento frente ao domínio dos monopólios. No painel "Caoscriativo" tivemos o relato do professor Ronaldo Queiroz, da Unicamp, que coordena um grupo de quatorze mil colaboradores que socializam conhecimento alimentando um banco de dados de consulta gratuita chamado de Dicas-L. Eduardo Maçan, professor do Colégio Bandeirantes de São Paulo e hacker da DEBIAN, explicou o funcionamento do Napster, do Gnutella e da FreeNet, que possibilitam a comunicação e o compartilhamento de arquivos (textos, imagens e música) entre os usuários da rede, sem depender de uma única fonte geradora da informação, no caso, o provedor. "A fonte da informação está distribuída em vários computadores espalhados na rede. Esta nova forma de distribuição do conhecimento não pode ser bloqueada. É à prova até dos advogados", ironizou Maçan.

A distribuição livre do conhecimento foi defendida pelo cantor e compositor Lobão, durante o painel. O motivo dele estar participando do Fórum é a sua identificação com as idéias do software livre, que lida com a questão da propriedade intelectual - "uma luta pessoal", segundo ele, "travada há vários anos". Lobão relatou a experiência e as estratégias adotadas por um artista que não se corrompeu para a indústria fonográfica, mantendo-se sempre independente e conseguindo alcançar o grande público com sua obra.

"Informação e conhecimento não podem ser tratados como produtos de mercado e sim como um patrimônio universal da humanidade". Lobão destacou a importância do debate para definir formas de garantir a distribuição do conhecimento com ética, principalmente na era da informação, da informática e da internet, onde o desenvolvimento tecnológico é muito acelerado. A distribuição gratuita de qualquer tipo de conhecimento não é vista como fato negativo pelo músico. "Quem pratica mais pirataria, o camelô ou a indústria fonográfica? O maior mal é a pirataria oficial. Eu acho que a pirataria tem que ser tolerável pela sociedade", apontou ele.

Na noite após o debate, a "galera" caiu no Rock, com o show "Lobão e Violão", onde o popstar apresentou uma retrospectiva de seus maiores sucessos.

MARCELO BRANCO É VICE-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

A MAIORIA DAS INOVAÇÕES E INVENÇÕES BASEIA-SE EM IDÉIAS QUE SÃO PARTE DO BEM COMUM DA HUMANIDADE. POR ISSO É INACEITÁVEL LIMITAR O ACESSO À INFORMAÇÃO E AO CONHECIMENTO PARA PROTEGER INTERESSES PARTICULARES.

PHILIPPE QUÉAU

Longe de ser uma mera adaptação técnica à “sociedade da informação”, a evolução do direito da propriedade intelectual é uma aposta política. Com efeito, tomando como pretexto a “revolução multimídia”, certos lobbies mobilizaram-se para pedir uma revisão do direito da propriedade intelectual, fortalecendo-o em proveito de seus detentores.

Conseguiram um prolongamento da duração de proteção às obras, a criação de novos direitos de propriedade intelectual (como o assim chamado direito *sui generis*, que protege a atividade, não inventiva, de constituição de bases de dados a partir de elementos pré-existentes), a limitação das exceções legais (como o uso legal das obras protegidas, chamado *fair use*), o questionamento de direitos adquiridos (caso das bibliotecas públicas) e até a possibilidade de patentear programas de computador.

Em 1985, todos os dados do programa público americano de observação da Terra por satélite Landsat foram concedidos à EOPSat, uma associada da General Motors e da General Electric. Resultado: o acesso aos dados ficou vinte vezes mais caro. As instituições universitárias não podiam mais conseguir essas informações custosas que, no entanto, foram obtidas graças a um financiamento inteiramente público. Sua exploração favoreceu sobretudo as grandes companhias petrolíferas, que assim receberam um subsídio direto.

APROPRIAÇÃO PRIVADA DO BEM COMUM

Por trás desta mudança, delineia-se um remodelamento da correlação de forças entre Estados – os puramente exportadores e os importadores de produções intelectuais – e entre grupos sociais com interesses contrários (acionistas de empresas, professores, educadores, pesquisadores, usuários). Impõe-se, portanto, uma reflexão sobre a noção de “interesse geral”, para evitar que os grupos dominantes façam pender para seu lado a balança do direito da propriedade intelectual.

A maioria das inovações e invenções baseia-se em idéias que fazem parte do bem comum da humanidade. É portanto uma aberração limitar o acesso à in-

formação e ao conhecimento que constituem esse bem comum, por força de um direito excessivamente preocupado em proteger interesses particulares.

OFENSIVA RESTRITIVA, A PRETEXTO DA “REVOLUÇÃO MULTIMÍDIA”

Garantir a proteção de um “domínio público” mundial da informação e do conhecimento é um aspecto importante da defesa do interesse geral. Além disso, o mercado se aproveita dos “bens públicos mundiais” atualmente disponíveis, como o conhecimento pertencente ao domínio público ou as informações e pesquisas financiadas por verbas públicas, mas não contribui diretamente para sua promoção e defesa. As organizações internacionais, em contrapartida, teriam tudo para fazê-lo.

A “revolução multimídia” serviu de detonador e de pretexto para iniciar um ciclo de revisão do direito de propriedade intelectual que começou em 1976, com a revisão da lei do direito autoral (Copyright Act) nos Estados Unidos.

As diretrizes europeias sobre as bases de dados ou sobre a proteção a programas de computador, os dois tratados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) assinados em 1996 – Tratado sobre Interpretações, Execuções e Fonogramas e Tratado sobre o Direito Autoral –, o *Digital Millennium Copyright Act* (Lei do Direito Autoral para o Milênio Digital) ou o *Sonny Bono Copyright Term Extension Act* (Prolongamento da Duração do Direito Autoral) assinados em outubro de 1998, nos Estados Unidos, o “Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio” (TRIPS em inglês), objeto de um anexo do acordo que instituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC), etc., são prova de uma forte voracidade jurídica. Note-se particularmente que, ingressando na OMC, a China é obrigada a aceitar os termos desse acordo.

Antes do TRIPS, países como a China, o Egito ou a Índia concediam e reconheciam patentes de procedimentos farmacêuticos, mas não de produtos finais. Isto permitiu a fabricação local de medicamentos genéricos com uma considerável redução de custos. Como salientava o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999, o preço dos medicamentos pode ser até treze vezes mais alto no Paquistão, que aceita as patentes sobre os produtos, do que na Índia.

O CASO EXEMPLAR DA AIDS

É exemplar o caso da África do Sul, que está prestes a autorizar a fabricação de medicamentos contra a AIDS pela indústria farmacêutica local, embora companhias americanas ou europeias detenham as patentes. Num mundo em que a ciência permanece como uma prerrogativa dos países ricos, enquanto os pobres continuam morrendo, ninguém duvida de que os refinamentos da propriedade intelectual pareçam menos convincentes do que a realidade social. As empresas transnacionais e as instituições dos países ricos patenteiam tudo o que podem, do genoma humano às

A QUEM PERTENCE

plantas tropicais, exercendo um verdadeiro seqüestro sobre o bem comum da humanidade.

É preciso refletir coletivamente sobre a defesa e o financiamento dos “bens públicos mundiais” sem os quais a humanidade se verá reduzida a uma miríade de interesses corporativos. No momento em que os operadores privados tentam ampliar seu domínio de apropriação da informação, é urgente reavivar, fortalecer e proteger a noção de “domínio público” contra a voracidade dos interesses particulares.

Consideremos, por exemplo, a propriedade dos dados brutos e dos fatos. Por toda a parte o Estado se “desobriga” e entrega a gestão de várias bases de dados públicos a terceiros, que assumem, dessa forma, os direitos de exploração desses dados. Foi assim que a *Securities and Exchange Commission – SEC*, o “guarda-costas da Bolsa” americana – viu-se forçada a recomprar seus próprios dados de uma empresa comercial, que agora é “proprietária” deles.

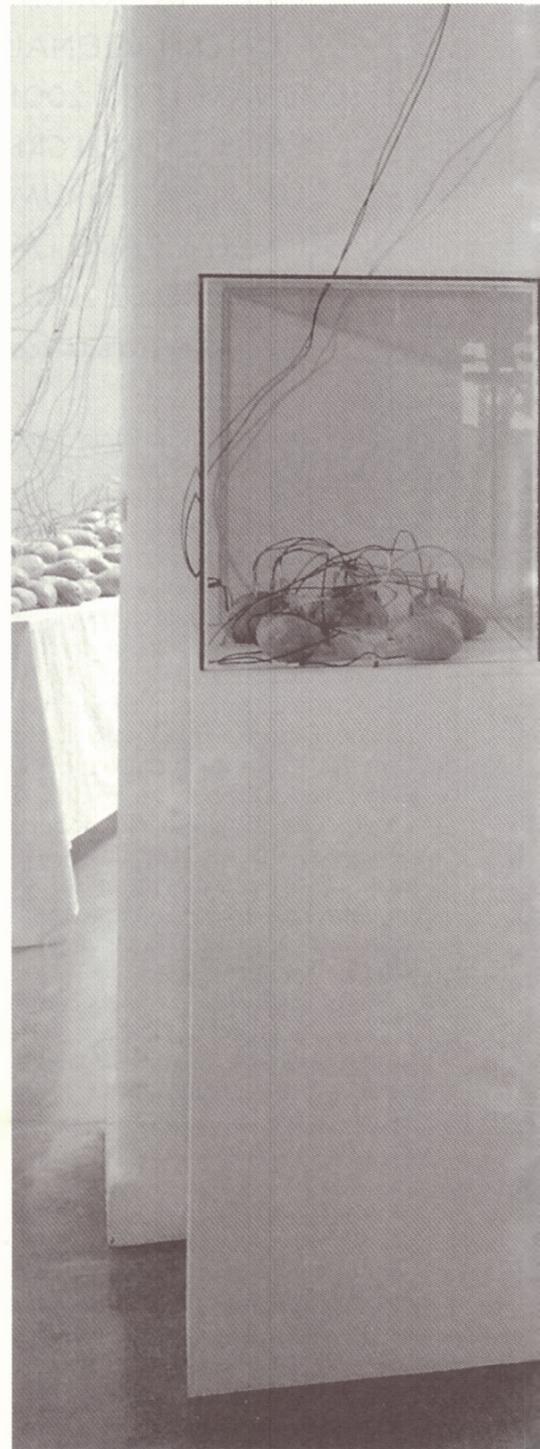
A PUBLICAÇÃO DAS LEIS PRIVATIZADA

O Ministério da Justiça norte-americano cederá os direitos de publicação das leis federais à West Publishing. Uma versão comercial desta publicação possuía uma numeração de páginas que fora utilizada para índices de referência em processos posteriores: a West Publishing pôde então reivindicar um “direito de propriedade intelectual” da íntegra da base de dados das leis federais, com base nesse pretenso “valor agregado”. Durante a 104ª sessão do Congresso americano, a West Publishing chegou inclusive a tentar inserir uma cláusula especial no *Paperwork Reduction Act*, assinado em maio de 1995, que lhe teria permitido garantir seu monopólio *de fato* sobre a publicação das leis federais. Esta manobra só foi impedida graças ao envio maciço de cartas de protesto de uma associação de contribuintes.

Na França, a ORT explora no sistema de rede Minitel e na Internet as bases de dados dos registros de comércio – balanços de empresas, lançamentos contábeis – no âmbito de uma missão de serviço público concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Esta concessão exclusiva rende à empresa um volume de negócios de cerca de quase 50 milhões de dólares por ano e um lucro aproximado de 1,2 milhões de dólares. O Estado, que lhe fornece os dados, é um de seus maiores clientes. Em 9 de dezembro de 1999, o grupo Reuters confirmou a compra da ORT.

As informações contidas nas bases de dados públicas não pertencem, de pleno direito, ao domínio público? Se o Estado detém o monopólio da coleta dessas informações, ele não pode abrir mão delas sem prejuízo do cidadão. Além disso, esse tipo de transferência da propriedade pode afetar o direito à informação, condicionando o acesso aos dados públicos a um pagamento e a uma autorização privados e arbitrários.

Tal mudança é fruto de um consenso entre os Estados Unidos e a Europa, camuflado pelo debate recorrente, porém necessário, sobre a “exceção cultu-

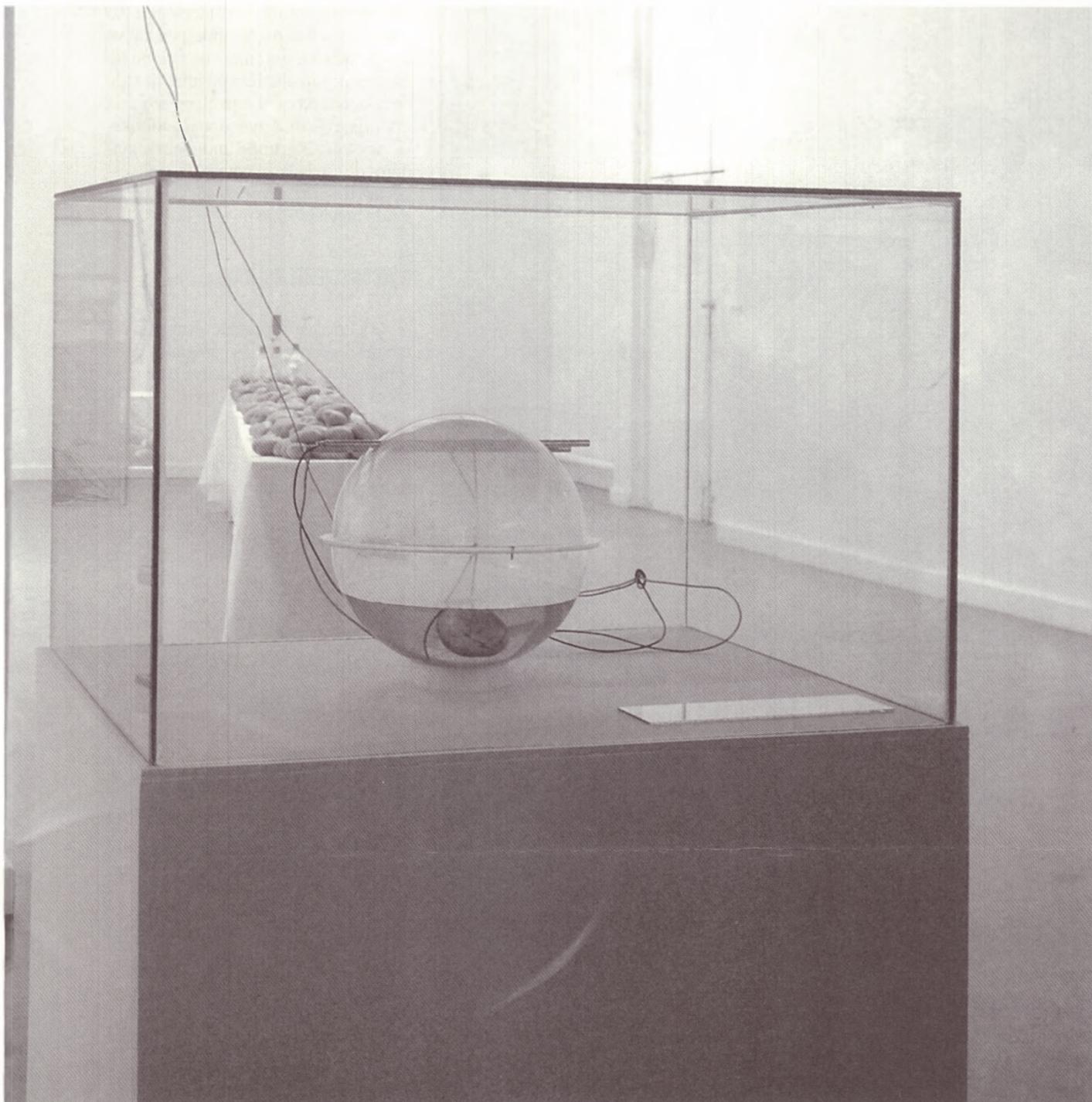


ral”. A comissária europeia para a Educação e Cultura, Viviane Reding, relatava assim seu encontro com Jack Valenti, presidente da *Motion Picture Association of America*, que representa os interesses de Hollywood: “Os americanos... consideram nossa inquietação quanto à ‘diversidade cultural’ completamente ultrapassada. A preocupação deles é com a pirataria, com a proteção ao direito autoral nas novas mídias. Disseram que não atacariam nossas cotas e subvenções, mas querem que pensemos como podemos enfrentar juntos estes novos desafios. Se subsidiarmos a produção e a difusão, mas depois as obras forem roubadas graças às novas tecnologias, será o nosso sistema inteiro que terá caducado. Em vez de lutarmos contra os americanos, devemos tentar preservar juntos nossa diversidade cultural” (*Liberation*, 29/10/1999).

AS PATENTES CONTRA O SUL

Mas quem são os “piratas”, esses “ladrões”? A resposta pode ser encontrada numa nota de 24/2/1999 da Comissão Europeia sobre os Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Rela-

O CONHECIMENTO?



VICTOR GARRA, THE POINT OF VIEW, CONSCIOUSNESS ENLIGHTENS CONSCIOUSNESS, 1978

uso didático e as citações com fins universitários de textos protegidos.

POR UMA "JUSTIÇA SOCIAL MUNDIAL"

Embora alguns teóricos liberais, como Friedrich Hayek, considerem a "justiça social" como um "tolo encantamento", uma "superstição quase religiosa", é fundamental compreender que os próprios fundamentos de um direito tão importante como o da propriedade intelectual na sociedade mundial da informação não podem ser analisados sem uma reflexão sobre o que poderíamos denominar "justiça social mundial".

No final de 1997, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) decidia reduzir em cerca de 15% as taxas impostas às empresas desejosas de depositar patentes industriais. O motivo? O número crescente dos pedidos de depósito, que passaram, em apenas 10 anos, de alguns milhares por ano a mais de 50 mil em 1997. Em função disso, a organização atingiu superávits consideráveis, sem saber o que fazer com eles. O fato de uma organização internacional ganhar muito dinheiro é, hoje em dia, raríssimo. E o que não falta são idéias para destinar ao interesse geral tais fundos, vindos continuamente de uma das fontes financeiras mais vastas que existem.

As patentes industriais e, de forma mais geral, todas as produções intelectuais protegidas pelas leis da propriedade intelectual utilizam, em grande parte, um fundo comum de informação, saberes e conhecimentos que pertencem, como um todo, à humanidade inteira. Seria justo, portanto, do ponto de vista do "bem comum mundial", utilizar os rendimentos obtidos pela OMPI graças ao depósito das patentes, para, por exemplo, estimular a criação de uma biblioteca pública virtual mundial, constituída somente de textos pertencentes ao domínio público e, portanto, acessíveis a todos gratuitamente.

Isto seria ainda mais justo porque, em organizações internacionais como a OMPI, é o poder público combinado dos países membros que é posto a serviço da defesa dos interesses privados dos depositantes. Quem arca inteiramente com os custos da infra-estrutura jurídica e policial que permite o fortalecimento efetivo da propriedade intelectual são, de fato, os fundos públicos.

Uma parte dos fundos arrecadados junto aos titulares de patentes também poderia servir para financiar pesquisas negligenciadas por sua falta de interesse para o "mercado", como sugere um recente relatório do PNUD (Inge Kaul, Isabelle Grunberg, Marc A. Stern, eds., *Global public Good: International Cooperation in the 21st Century*. PNUD-Oxford University Press, Nova York e Oxford, 1999). Estas somas poderiam ser alocadas nas agências das Nações Unidas notoriamente subfinanciadas, que desempenhariam então muito melhor o papel que delas se espera, de reguladoras da pesquisa em nível planetário – papel este que o mercado por si mesmo é absolutamente incapaz de desempenhar.



PHILIPPE QUÉAU É DIRETOR DA DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA DA UNESCO. ARTIGO TRADUZIDO POR RÚBIA PRATES GOLDONI. ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO **LE MONDE DIPLOMATIQUE**.

cionados ao Comércio (ADPICs): "Deve-se esperar", lemos nela, "certa resistência por parte de alguns países em desenvolvimento, membros da Organização Mundial do Comércio. Eles consideram que a proteção dada pela Convenção Internacional para a Proteção das Novas Variedades Vegetais beneficia demais seus proprietários e não leva em conta as necessidades dos agricultores tradicionais."

A mesma nota termina lembrando um "problema estratégico": "Os países em desenvolvimento vão resistir ao início das negociações substanciais sobre a proteção à propriedade intelectual. Poderão até lançar um debate sobre a relação entre os ADPICs e outros aspectos como a concorrência, o meio-ambiente, bem como seu impacto sobre a saúde e o bem-estar. Deve-se resistir a esse intento, a fim de preservar os interesses de todas as partes."

Qual é a finalidade da proteção à propriedade intelectual? Trata-se por acaso, conforme o exposto no princípio em que ela se funda, de proteger o interesse geral, garantindo a difusão universal do conhecimento e das invenções, em troca de um monopólio da exploração concedido aos autores por um período de

tempo limitado? A extensão do monopólio sobre a exploração das obras, até 95 anos depois da morte do autor – como no caso americano, depois do *Sony Bono Copyright Act* –, não é essencialmente favorável à criação. Tende mais a incentivar os editores a viverem de seu catálogo de autores consagrados, que a estimular a busca de novos talentos.

O que está em jogo é o estímulo à criação, seu resgate, e não apenas a proteção dos detentores dos direitos. Se a sociedade concede certa proteção ao inventor, isto se dá em troca de contrapartidas, concebidas segundo "os altos interesses da humanidade": fazer com que a invenção por fim caia no domínio público, que seja descrita com precisão e publicada, para que todos possam dela se apropriar

O ESTÍMULO À CRIAÇÃO

É mais vantajoso para a humanidade fazer circular livremente as idéias e o conhecimento que restringir essa circulação. Aristóteles afirma que o homem é o animal mimético por excelência. O Iluminismo retomou esta idéia, assim como o filósofo francês Etienne Bonnot

de Condillac (1715-1780): "Os homens terminam sendo tão diferentes porque começaram sendo copistas e continuam a sê-lo".

Além disso, uma proteção demasiadamente forte da propriedade intelectual abala a "livre concorrência", viga mestra do funcionamento do mercado. O decreto de Allarde e Le Chapelier, expedido no ano revolucionário de 1791, expressa o princípio da liberdade de comércio e de indústria e, portanto, o direito de concorrência. Implica, por definição, na possibilidade de oferecer ao mercado o mesmo produto que outro e, por conseguinte, a liberdade de copiar.

Existem aí duas tendências contraditórias: a vontade de desregulação e de "concorrência leal", por um lado, e a escalada potencial dos oligopólios e monopólios, por outro.

Por último, direitos fundamentais como o acesso à informação e a liberdade de expressão devem ser levados em conta quando se estende a propriedade intelectual à informação. Nos Estados Unidos, a noção de acesso público à informação remonta aos patriarcas e em particular a Thomas Jefferson, idealizador do conceito de "biblioteca pública" e da doutrina do *fair use*, que permite o

A ANÁLISE MARXISTA
FEITA POR JAMESON
MOSTRA COMO
A LÓGICA QUE AZEITA
O FUNCIONAMENTO
DO CAPITALISMO EM SUA
FASE ATUAL É CULTURAL.

MARIA ELISA CEVASCO

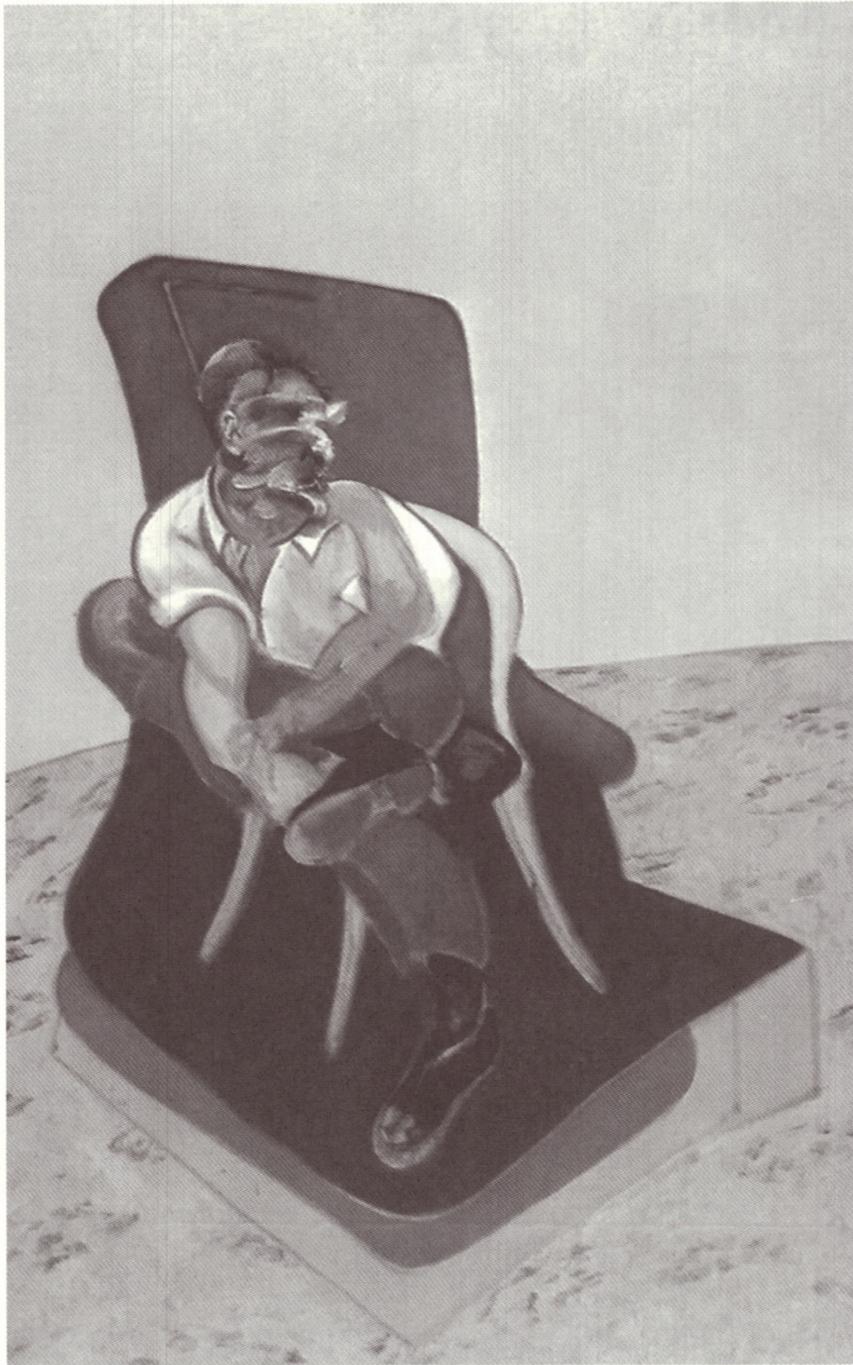
"Toda vez que sair mais um livro novo, leia um velho!". O conselho bem humorado e interessado na vitrine de uma livraria que vende livros de segunda mão dá notícia de uma percepção muito comum em nossos dias: será que não vale mais a pena nos atermos aos clássicos em vez de perdermos tempo com os novidadeiros, que no mais das vezes têm menos a dizer que os grandes do passado? E, além disso, o grau de especialização da linguagem parece aumentar à velocidade de gigabytes. Porque será que ninguém mais é capaz de escrever crítica cultural como o mestre Antonio Candido? Qual será a necessidade de complicar tanto?

Começo com estas perguntas porque meu objetivo é tentar demonstrar que vale a pena ler Fredric Jameson, um crítico de cultura contemporâneo que fala, e muito, das novidades, das coisas, como dizia Brecht, novas e ruins de nossos dias: tem um livro sobre a pós-modernidade onde fala até de vídeo-art, dialoga com uma longa fileira de nomes da Teoria que enchem nossas bibliotecas de novos jargões, e, ainda por cima, teve seu estilo definido por um crítico, favorável, como "intrincado" ainda que lúcido. Como distinguir a lucidez no cipoal das sentenças jamesonianas é tarefa do leitor que se lança na empreitada de aferir porque ele é o crítico de cultura marxista mais renomado da atualidade.

MARXISMO E FORMA

Vamos iniciar pela questão espinhosa do estilo. Em seu primeiro grande livro, publicado em 1971, *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX* (São Paulo: Hucitec, 1985), Jameson discute a política implícita no seu estilo. Grande leitor de Hegel, ele sabe que o verdadeiro assunto não se esgota no seu resultado, mas na sua elaboração. O objetivo do livro é trazer a boa nova da dialética ao público norte-americano, embebido na tradição do pragmatismo onde a clareza é a regra que simplifica o raciocínio. O assunto do livro é apresentar aos norte-americanos a tradição de crítica cultural do que se convencionou chamar de Marxismo Ocidental, ou seja, o da geração de intelectuais que se dedicou a explicar o funcionamento do capitalismo não mais preponderantemente do ângulo econômico e político, mas do ângulo da cultura. Trata-se de um marxismo que não desistiu de mudar a organização da sociedade, mas que se vê historicamente obrigado a explicar um mundo onde as alianças com os movimentos de massa ficam cada vez mais complicadas.

Através de um estudo iluminador sobre as obras-chave de autores desta tradição – Georg Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Ernst



FRANCIS BACON, TRÊS ESTUDOS PARA UM RETRATO DE LUCIAN FREUD, 1966 (1)

POR QUE LER FREDRIC JAMESON

Bloch e Jean-Paul Sartre – Jameson busca reinventar e propagar um marxismo mais adequado aos novos tempos. Ele mesmo se encarrega de caracterizar o momento histórico a que esse marxismo deve responder: trata-se do mundo da sociedade dita pós-industrial, que encobre a luta de classes sob a saturação da mídia, o mundo da fragmentação do sujeito, da disjunção entre nossa experiência cotidiana e a expansão já então global do capitalismo, o do apagamento dos traços conflitantes da realidade da produção e do trabalho em uma sociedade televisiva cada vez mais dominada pelas imagens.

A questão já nos anos 70, diz ele, não é mais saber se "a guerrilha urbana pode vencer as armas e a tecnologia do estado moderno, mas antes saber precisar onde fica a rua no super-estado e, na verdade, antes de mais nada, descobrir se a rua de antigamente ainda existe nessa teia sem suturas do marketing e da produção automatizada" que constitui o capitalismo contemporâneo. Analisar essa nova situação é a tarefa de uma crítica de cultura relevante. Esta análise tem que reelaborar, na contra-mão da fragmentação vigente, os grandes temas da dialética: a relação da parte com o todo, a oposição entre o concreto e o abstrato, o conceito

de totalidade, a interação entre sujeito e objeto. Trata-se de forjar um idioma a contrapelo das tendências particularizantes do pensamento hegemônico segundo o qual cada acontecimento é único, desgarrado de determinações, e estabelecer as relações entre o intrínseco e o extrínseco, o existencial e o histórico.

Mas fazer isso implica utilizar uma forma que dê conta desse movimento contínuo de inter-relações e aí é que entram as sentenças dialéticas que desorientam uma leitura de "resultados" de sua obra. A forma de escrever de Jameson é uma maneira de evitar a instrumentalização do raciocínio, um dos modos de operação da falsa consciência. E se os ideais de clareza e fluência que são ensinados como norma nas escolas de humanidades fossem responsáveis pela tarefa ideológica de fazer com que o leitor passe rapidamente por uma frase feita e acabe por aceitar, "com entusiasmo e de afogadilho, uma idéia pronta trivial, sem suspeitar que o pensamento genuíno exige um mergulho na própria materialidade da linguagem e a concessão do tempo necessário à reflexão?"

A prosa de Jameson intervém em um debate em que estão em jogo concepções distintas do funcionamento de nossa so-

cidade. Segundo ele, a falência da tradição liberal e da prosa que a veicula é "tão evidente no nível filosófico como no político: o que não significa que tenha perdido seu prestígio ou força ideológica. Ao contrário, a inclinação antiespeculativa dessa tradição, sua ênfase no fato ou no elemento individual em prejuízo da rede de relações na qual este elemento está inserido, continua a encorajar a submissão ao que existe, impedindo seus seguidores de estabelecer conexões e, em especial, de tirar as conclusões de outro modo inevitáveis ao nível político".

O INCONSCIENTE POLÍTICO

O leitor que se permite levar pelo ritmo desconcertante dos parágrafos pode ganhar uma nova perspectiva para pensar os principais itens na agenda da discussão intelectual do momento: quase todos eles são objeto da reflexão iluminadora de Jameson. Crítico literário de formação, seu projeto, após *Marxismo e forma*, é tratar do que ele chama de Poética das Formas Sociais. O primeiro entretanto é com as concepções vigentes do que se convencionou chamar, em literatura, da crise da interpretação; a voga em 1981, ano da publicação de *O inconsciente político* (São Paulo: Ática, 1992), já era decididamente a que viria imperar até nossos dias, a da textualização da literatura, ou seja, uma concepção da literatura como artefato verbal, com pouca ou nenhuma relação com o contexto sócio-histórico que a forma e informa. Desde a década de 40, começo da era de ouro da Nova Crítica americana, a tendência dominante era a de tratar o texto literário como autônomo. A partir dos anos 70 a predominância do pós-estruturalismo – o pai da desconstrução, Jacques Derrida, deu na universidade Johns Hopkins uma conferência que marca o começo da invasão pós-estruturalista em 1969 – veio sofisticar esse formalismo da Nova Crítica. O objetivo da análise literária passou a ser desmontar as oposições binárias que construíam a racionalidade do texto literário, a questão principal da crítica passou a ser não explicar o texto mas problematizar seu uso da linguagem. Todo o movimento pode ser resumido no título de um influente livro da crítica nova-iorquina Susan Sontag: *Contra a Interpretação*.

O livro de Jameson vem inverter a direção do debate. Em um ambiente onde estão todos falando sofisticadamente da impossibilidade de se decidir sobre o sentido, ele coloca de forma convincente que não há nada que não seja histórico e social, e portanto inteligível para os que buscam essas determinações. A própria discussão sobre a possibilidade da interpretação é sintoma e reforço do processo acelerado de coisificação e alienação da vida social sob o capitalismo tardio: quanto mais suas estruturas se tornam abstratas e disfarçam a realidade do trabalho e da exploração mais se fala na impossibilidade de entender esse mundo, passo primeiro para modificá-lo; quanto mais se dá a separação entre o indivíduo isolado e a sociedade, mais este se percebe como uma mera engrenagem no processo social e menos como um agente ativo. Para os que insistem que a própria história é um texto, mostra que a história é o que "fere, o que recusa o desejo, o que coloca limites inexoráveis à prática individual e à coletiva". Por mais que os críticos se esforcem por esquecer a ou reprimi-la, transformando-a, por exemplo, em apenas mais um texto, po-

demos ter certeza de que suas necessidades alienantes não vão se esquecer de nós.

A própria narrativa longe de ser um jogo aleatório de significantes é um ato social simbólico que busca resolver de forma imaginária, mas não por isso menos significativa, os conflitos reais da sociedade. A história do romance realista, traçada no livro através do exame da obra de Balzac, George Gissing e Joseph Conrad, é também a história da formação da subjetividade burguesa. Ele analisa a consciência relativamente unificada, auto-confiante e centrada dos primeiros romances de Balzac e mostra como esta consciência se transforma no princípio estrutural do romance, o gênero que vai articular essa subjetividade burguesa. A obra de Gissing é vista como o momento do desencanto com a instrumentalização e fragmentação dessa sociedade.

A crise atinge novo ponto de intensidade no século vinte, com a expansão do imperialismo e a aceleração da mercantilização; o romance se refugia em uma intensificação da subjetividade, marca do modernismo, que funciona como uma compensação utópica pelo declínio da subjetividade na sociedade real. O movimento da leitura política advogada por Jameson restaura a riqueza de significados da produção estética, que é a um só tempo um complexo de aspirações e desejos e, também, um registro das limitações da história e da ideologia. Interpretar um texto literário equivale a liberar o inconsciente político reprimido por estas limitações e torná-lo disponível como força de revelação do processo histórico a que os textos literários dão forma.

A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO TARDIO

Entender esse processo ajuda a compreender como ele atinge um ponto de exacerbamento inédito no nosso momento pós-moderno. Assim como em *O inconsciente político* a subjetividade e a própria forma literária são vistas como processos determinados por mudanças sociais constantes, o próximo estágio da sociedade, o da pós-modernidade, é interpretado como expressão de um novo estágio do capitalismo que, na esteira de Mandel, Jameson denomina de “capitalismo tardio”. Esse argumento é desenvolvido no livro que o tornou conhecido em toda parte como um dos grandes nomes do pensamento contemporâneo, o *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio* de 1991 (São Paulo: Editora Ática, 1996). De novo sua intervenção muda todo o debate, levando-o para outro patamar. Quando havia alguns etiquetando nossa época como o momento do fim da história ou o do apogeu de uma nova ordem mundial que cobre todo o globo e se apresenta como o estado natural da humanidade, como o ponto de chegada de uma nova evolução que descentra o sujeito perdido em meio às pulsões libidinais de uma sociedade cada vez mais profundamente mercantilizada, nosso autor demonstra que, longe de ser um momento inédito, trata-se de mais uma mutação do capitalismo.

Ernest Mandel já havia dividido no tempo essas mutações: houve três momentos fundamentais do capitalismo, cada um marcando uma expansão dialética em relação ao anterior. Após a Revolução Industrial do século XVIII, tivemos um primeiro estágio, o do mercado, marcado pela tecnologia dos motores a vapor,



FRANCIS BACON, THE STUDIOS MAN, UM RETRATO DE LUCIAN FREUD, 1964 (1)

depois um monopolista ou imperialista apoiado na tecnologia dos motores elétricos ou de combustão e, em meados do século vinte, o estágio multinacional, marcado pela produção de motores eletrônicos ou nucleares e hoje oficialmente batizado de estágio da globalização.

O passo a frente que dá Jameson neste livro é demonstrar não só que a cada estágio correspondeu um estilo cultural – o realismo da era do capitalismo de mercado sendo sucedido pelo modernismo da fase metropolitana e pelo pós-modernismo de nossos dias – mas que a lógica que azeita o funcionamento do capital nessa sua fase de expansão máxima é cultural. Cada vez mais o sistema, agora planetário, necessita de uma sociedade de imagens voltada para o consumo para “resolver” as contradições que continua criando. Se antes a cultura podia até ser vista como o espaço possível de contradição, hoje ela funciona de forma simbiótica com o capital: a produção de mercadorias serve a estilos de vida que são criações da cultura e até mesmo a alta especulação financeira se apóia em argumentos culturais, como o da “confiança” que se pode ter em certas culturas nacionais ou as mudanças de “humor” que derrubam índices e arrasam economias. A produção cultural também se tornou econômica, orientada para a produção de mercadorias: basta pensar nos investimentos que funcionam como garantias do interesse de filmes de Hollywood. Nessa conjuntura, a crítica cultural pode ser um eficiente instrumento de descrição do funcionamento da sociedade.

Esta descrição é justamente o que falta à grande parte da crítica contemporânea: embora estejam todos falando em

cultura, poucos o fazem com a propriedade e poder descritivo de Jameson.

PÓS-MODERNISMO

No livro ele elenca as características principais da pós-modernidade: uma nova superficialidade, o esmaecimento dos afetos, a fragmentação esquizóide do sujeito. No eixo temporal vemos o apagamento do sentido da história e, no espacial, a criação de um novo tipo de espaço horizontalizado, onde estamos fadados a nos perder: segundo ele, “o hiperespaço pós-modernista finalmente conseguiu ultrapassar a capacidade do ser humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior.” Nessas condições cabe à crítica facultar justamente esse mapeamento cognitivo e remar contra a maré da fragmentação que vê cada fenômeno como desgarrado de determinações. Vale ainda o slogan dos anos 60, “é preciso nomear o sistema” e estabelecer conexões, demonstrando que é possível pelo menos tentar mapear seu funcionamento total. Este é um primeiro passo fundamental para não se cair nas balelas de que se trata de uma situação inexorável ou que a sociedade tal qual está organizada é o estado natural da humanidade.

As análises das diferentes manifestações culturais que compõem o livro – a arquitetura, o vídeo, a literatura, o discurso crítico, a retórica do mercado e o cinema – demonstram a possibilidade de se elevar nossa época do fragmentário, do único e do diferente a uma formulação “totalizante” que permite perceber o geral no específico, e ler as deter-

minantes sócio-econômicas na sua expressão cultural. O diferencial das análises de Jameson está justamente nessa abordagem dialética. Foi ela que lhe valeu o que o crítico britânico Perry Anderson chama, em um artigo publicado na revista *praga* nº 2, de “vitória discursiva sobre todas as aberrações históricas no período de hegemonia contrarrevolucionária, quando cada marco da esquerda parecia naufragar nas ondas da reação cujas cristas mostravam uma força maior do que quaisquer outras desde a Restauração.”

De fato, sua descrição da nossa “Era da Cultura” onde todos os espaços da vida, incluindo até enclaves antes isolados como a natureza – hoje o reino do *agri-business* ou do turismo – e o inconsciente – bombardeado pelas mídias e pela propaganda – foram conquistados pela mercadoria é convincente e esclarecedora. Suas análises das formas culturais de nossos dias são também demonstrações do funcionamento do capital em sua fase planetária. A partir da intervenção de Jameson no debate sobre o pós-modernismo – e o leitor brasileiro tem à disposição, na coletânea *Espaço e imagem* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994) vários exemplos dessa intervenção – pode-se dizer que a esquerda virou o jogo na disputa das interpretações rivais da cultura contemporânea: agora é o nosso lado que apresenta as explicações mais produtivas e persuasivas e resta à direita a posição defensiva de tratar de empatar o jogo e apresentar uma explicação da cultura contemporânea que desbanque esta.

O CINEMA DE MASSAS

Mas se você que está me lendo até aqui já está impaciente com tanta teoria, eu recomendo a leitura de ainda outro livro de Jameson editado no Brasil, *Marcas do visível*. Ai ele volta sua atenção crítica a um dos produtos mais característicos de nosso tempo: o cinema. De novo sua posição é notável. Em um dos primeiros ensaios do livro, argumenta que tanto a crítica marxista tradicional quanto a sofisticada escola de Frankfurt de Adorno e Horkheimer tendem a desprezar, por razões distintas, mas complementares, o cinema de massas. A crítica tradicional tende a examinar os filmes comerciais como instâncias da manipulação ideológica enquanto as visões mais refinadas os vêem como exemplos dos produtos da indústria cultural, índices da degradação humana sob o capitalismo.

Nosso autor argumenta que certamente a cultura de massas está repleta de mecanismos de manipulação, diversão vazia e degradação. Por outro lado, o cineasta – ou o diretor de televisão – têm que efetivamente lidar com a realidade social e com os estereótipos de nossa experiência da vida cotidiana que são sua matéria prima.

Para o bom observador, as contradições reais da vida social acabam aparecendo nessas obras, deixando sua marca na forma e possibilitando ao crítico fazer a leitura das contradições figuradas nas obras. Certamente essa figuração das contradições será recalcada, mas antes disso as angústias e os desejos coletivos têm que ter uma presença efetiva para que possam ser depois “administrados” através da ilusão de uma harmonia social restaurada.

CONTINUA NA PÁGINA 22

É possível portanto uma leitura que destrinche nos filmes comerciais um conteúdo político, tanto de revelação das estruturas efetivas da realidade como as utópicas, as que procedem dos germes de “novas formas do coletivo até hoje impensáveis” que afloram mesmo nos exemplos mais inesperados como no famoso “Tubarão” ou na trilogia de “O Poderoso Chefão”.

O MÉTODO BRECHT

Como se vê, é vasta a gama de assuntos que chama a atenção do nosso crítico. Ainda disponíveis no Brasil temos uma série de três conferências sobre o pós-modernismo coletadas em *Assementes do tempo* (São Paulo: Ática, 1997), um livro instigante sobre Adorno, chamado *Marxismo tardio: a persistência da dialética* (São Paulo: Editora da Unesp; Boitempo, 1990) e *O método Brecht* (Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, Coleção Zero à esquerda).

O livro sobre o dramaturgo alemão procura dar conta da utilidade de sua obra em nossos tempos de exacerbação dos métodos tradicionais do capitalismo. Como se sabe, Brecht era especialista em desmascarar em suas peças o cultivo das aparências com que a classe dominante costumava, em tempos em que ainda havia necessidade dessa pretensão, disfarçar sua dominação. Hoje tudo é escancarado e o próprio efeito de estranhamento, marca registrada da encenação brechtiana que tinha o objetivo de levar o espectador à reflexão é hoje lugar-comum da propaganda. Como parte desse jogo, a recepção crítica esvazia a obra de todo conteúdo político e nos apresenta um Brecht filósofo ou um Brecht textualizado.

De novo na contramão, Jameson vai buscar em Brecht o combustível para uma retomada da consciência e da ação sociais em nossos tempos de culto “narcísico à paralisia”. “Produtividade”, diz Jameson no livro, é o sentido mais profundo do progresso em Brecht e tem a ver com a atividade enquanto tal. “Esta associação de produção e produtividade com a própria atividade parece ser a forma mais adequada de redimir uma palavra tão estigmatizada que designa valores contemporâneos. É paradoxal que a era atual deva ser ideologicamente dividida por estes dois termos: os retóricos do mercado celebrando felizes a produtividade (mesmo que seja a produtividade do mercado financeiro), enquanto uma nova ortodoxia pós-marxista sistematicamente denuncia o conceito de produção como inadequado para uma era de informação e comunicação.” Como articulada por Brecht, a produtividade tem que ser histórica e coletiva, e assim assume sua utilidade e atualidade.

A CULTURA DO DINHEIRO

Eu mesma selecionei os seis ensaios que compõem o mais recente livro de Jameson a sair no Brasil, *A cultura do dinheiro* (Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, Coleção Zero à esquerda). De novo o foco de atenção é o presente do capitalismo mundializado, da assim chamada globalização. Mapeia o terreno onde se pode dar um debate fértil sobre a cultura de nossos dias. O primeiro e claro passo aqui é descartar o palavrório inútil dos julgamentos de valor: é necessário ir além do fla-flu de ser ou super a favor, como se fosse possível ser contra, as novidades fantásticas da revolução tecnológica nas comunicações ou, a mesma coisa ao contrário, lamentar, como diz Jameson no



FRANCIS BACON, TRÊS ESTUDIOS PARA UM RETRATO DE LUCIAN FREUD, 1964 (1)

livro, o “desaparecimento dos esplendores do moderno: as glórias e as possibilidades do modernismo nas artes, a perda da história em um mundo espacializado, ou, ainda, o fim de um campo de luta política essencialmente modernista, onde as grandes ideologias ainda tinham a força e a autoridade que foram, em outros tempos, das religiões.” Jameson demonstra neste livro que é possível levar o debate para além do ser contra ou a favor: *a questão é construir um ponto de vista a partir do qual se possa criticar esse processo objetivo de mundialização e estabelecer estratégias de resistência a seus efeitos nocivos.*

Claro que este livro não apresenta um programa de solução política à crise de nossos tempos, mas ele lembra que uma volta a certos modos de luta da história da resistência socialista às agruras do capitalismo pode estar de novo na ordem do dia: pode ser de novo o momento de se reativar a velha palavra de ordem dos movimentos operários ingleses do século dezenove: *combinação*. E vale lembrar que a combinação de forças sociais já demonstrou a que veio, em lugares como Seattle e Porto Alegre.

Mas se o programa da luta se forja na prática, as possibilidades críticas se formam na teoria e este livro mostra como se pode fazer uma crítica produtiva à cultura do dinheiro. A primeira questão aí é a do ponto de vista. Já sabemos que Jameson faz sua crítica a partir do materialismo histórico e, portanto, o da relação entre um fenômeno específico e a totalidade em movimento. Acho que nesta altura, já está claro que diferença isso faz. No caso em pauta, desmonta, de saída, um dos primeiros artigos de fé dos apologetas da globalização: tratar-se-ia de mais um momento único na história da huma-

nidade, uma consequência inescapável do desenvolvimento tecnológico. Jameson mostra que se trata de mais uma etapa no desenvolvimento espiral de um modo de produção que pode ser mudado. Aos que colocam nosso momento como algo absolutamente inédito na história da humanidade que agora se completa, demonstra que o desvinculamento da situação contemporânea da do passado é a ideologia em estado bruto de nosso tempo. Partindo agora da narrativa histórica de Giovanni Arrighi em *O longo século vinte* (Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996), Jameson vai mostrando que nosso momento é apenas mais um estágio do desenvolvimento histórico do capital: trata-se da encenação do estágio de outono, o financeiro, que ao longo da história sucede os estágios de implantação e de desenvolvimento do capital. Mas é lógico que, sem prejuízo de sua historicidade este nosso momento tem suas características específicas e cabe ao crítico explicitá-las: este o importe dos ensaios do livro.

Acho que a esta hora, leitor, já está evidente que para mim Jameson apresenta explicações contundentes e esclarecedoras do processo de funcionamento da sociedade contemporânea. Por isso vale a pena tentar compreender seus argumentos. Podemos certamente discordar de muitos deles, mas fica difícil entrar no debate intelectual contemporâneo sem levar em conta sua contribuição decisiva.

MARIA ELISA CEVASCO É PROFESSORA DE LITERATURA DA USP, AUTORA DE **PARA LER RAYMOND WILLIAMS** (RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2001) E ORGANIZADORA DE **FREDRIC JAMESON, A CULTURA DO DINHEIRO** (PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2001).

O mundo nos pertence

Christophe Aguiton

Le monde nous appartient

Plon

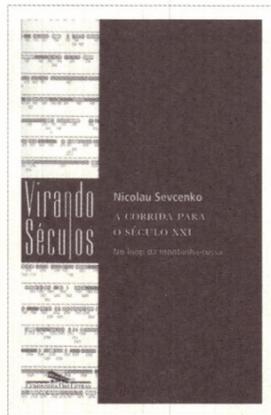
Christophe Aguiton, dirigente do Attac francês e das marchas européias, nos brinda com um livro indispensável para entender o que se passa hoje em nosso planeta, *Le monde nous appartient* (O mundo nos pertence), lançado pela editora Plon de Paris.

Escrito em uma linguagem clara e acessível, o livro toma como ponto de partida a rebelião contra a globalização neoliberal que de Seattle a Porto Alegre estabeleceram o movimento contra a mundialização capitalista (para utilizarmos a linguagem dos franceses). Sua primeira parte “A nova ordem do mundo”, composta de três capítulos, é um esforço de síntese na caracterização de nossa época em três dimensões, uma histórica (fortemente embasada na análise da evolução do capitalismo), outra política (tomando como ponto de partida a Guerra do Golfo) e uma terceira econômica.

A parte mais interessante, todavia, é a segunda, composta de cinco capítulos, “A mundialização dos movimentos sociais”. Trata-se da primeira análise, calcada em uma rica descrição, do surgimento e desenvolvimento do movimento contra a globalização. Partido do debate da inserção dos movimentos sociais no novo contexto mundial, ele descreve a mutação dos atores na relação que estabelecem entre o local e o internacional, entre a defesa de suas reivindicações específicas e a defesa de bandeiras universais. Aguiton, sindicalista de origem, desenvolve em seguida uma extensa análise de um destes atores, os sindicatos, traçando um raio-X de sua evolução recente e inserção atual na luta contra a globalização. Passa, depois, para a análise dos “movimentos em plena ascensão”: a nova radicalização da juventude, os movimentos camponeses, os movimentos de luta contra as exclusões e o desemprego, a marcha mundial das mulheres e as ONGs. E encerra com uma análise das campanhas e iniciativas comuns – sobre a anulação da dívida dos países pobres, sobre a Taxa Tobin, das manifestações de massa e das conferências que, como o Fórum Social Mundial, estão construindo os alicerces do futuro

José Correa

A ACELERAÇÃO DA HISTÓRIA



Tomando uma viagem de montanha-russa como sua imagem e inspiração básica, o historiador e crítico da cultura Nicolau Sevcenko avalia a transição do século XX para o XXI como um processo de aceleração contínua. A força que impulsiona essa cadeia acelerada de mudanças é a aplicação dos conhecimentos científicos na criação de novas tecnologias. Iniciado com o desenvolvimento de poderosos recursos energéticos, como a

eletricidade e os derivados de petróleo, esse processo atinge agora um clímax, com a revolução microeletrônica e das comunicações. Assim, a montanha-russa atinge hoje um ponto extremo, como quem entre para a vertigem do loop. Toda essa aceleração é excitante. O problema é que não tem consistência e é inconsequente. Ligado à lógica do mercado internacional, o processo ultrarrápido de mudanças técnicas é incentivado pela concorrência entre potências e empresas, escapando a qualquer controle. Na sua precipitação, vai aumentando as desigualdades entre os grupos e sociedades, multiplicando crises e violências e ameaçando o equilíbrio ambiental. No limiar do século XXI, a boa notícia é o surgimento de uma nova geração de *refuseniks*, decidida a lutar para que as prioridades desse mundo globalizado se voltem para os homens, a natureza e a solidariedade.

Nicolau Sevcenko. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 140 p.

A cultura da mídia

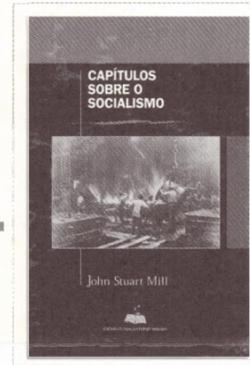
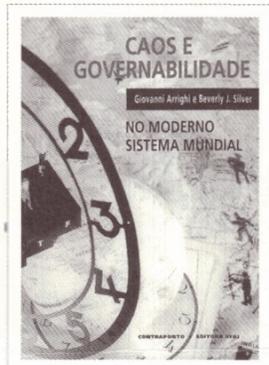
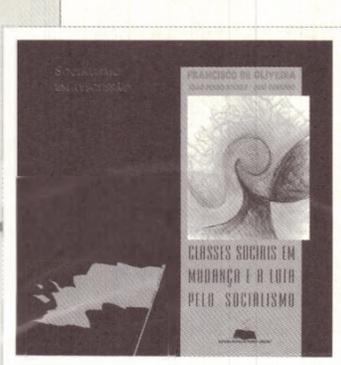
O filósofo e teórico da comunicação norte-americano, cujo pensamento se move entre a Escola de Frankfurt, os estudos culturais marxistas ingleses e as teorias pós-modernas progressistas, consolida nesta obra sua análise do papel da mídia na sociedade capitalista atual.

A cultura da mídia desenvolve métodos e análises da produção contemporânea de filmes, programas de televisão, música, shows, etc, com o objetivo de discernir sua natureza e seus efeitos. A tese central do livro é que na mídia encontramos hoje a forma dominante de cultura, forma que nos socializa e nos fornece material de identidade, tanto em termos de reprodução quanto de mudança social. O foco de Kellner é sempre os Estados Unidos. Por meio de estudos sobre Reagan e o filme *Rambo*, películas de horror e aquelas dirigidas para a juventude, a música *rap* e a cultura negra, Madonna, a moda, os noticiários e os programas



de entretenimento, a MTV, *Beavis and Butt-Head*, a Guerra do Golfo como texto cultural, a ficção *cyberpunk* e a teoria pós-moderna, o autor vai dissecando aspectos vitais da cultura contemporânea, sempre preocupado em construir uma contra-hegemonia ao pensamento neoliberal dominante.

Douglas Kellner. A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusc, 2001. 452 p.



Materialismo cultural

Maria Elisa Cevasco. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 300 p.

Um estudo pioneiro da obra do crítico literário e sociólogo inglês. Sistemático e profundo, o livro percorre a vasta contribuição de Williams para a reflexão marxista sobre a cultura, do seu enraizamento na história e no conjunto das relações sociais, sua crítica da mídia e da sociedade de consumo, a formulação da noção de "cultura comum".

ARTE E POLÍTICA

José Castilho Marques (org.) Mario Pedrosa e o Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. 224 p.

Textos apresentados no seminário de mesmo nome promovido pela Fundação Perseu Abramo e pelo Cedem da Unesp quando do centenário do nascimento do crítico e fundador da Oposição de Esquerda no Brasil. Quatorze artigos analíticos, cinco textos do próprio Mário, uma bibliografia de seus livros e um caderno de fotos integram a obra.

New Left Review

Emir Sader (org.) Contracorrente: o melhor da New Left Review. Rio de Janeiro: Record, 2001. 318 p.

Coletânea de dez artigos e cinco resenhas de livros publicadas pela revista marxista inglesa no ano 2000. Os artigos são de Perry Anderson (com o ensaio em tom pessimista que abriu a nova série da revista), Franco Moretti, Slavoj Zizek, Benedict Anderson, Robin Blackburn, Fredric Jameson, David Harvey, Tariq Ali, Robert Brenner e Edward Said.

CLASSES EM DEBATE

Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoino. Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. 60 p.

Edição da palestra de Chico de Oliveira e das breves intervenções dos comentaristas quando da exposição sobre o tema no ciclo "Socialismo em discussão", promovido pelo Partido dos Trabalhadores.

Perspectivas da hegemonia global

Giovanni Arrighi e Beverly Silver (org.) Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora da UFRJ, 2001. 336 p.

Ambicioso esforço de compreensão dos destinos da hegemonia norte-americana no mundo atual, recuperando as tendências de longa duração das hegemonias anteriores (holandesa e inglesa). A introdução e a conclusão dos organizadores enquadram quatro capítulos analisando "geopolítica e alta finanças", a transformação da empresa capitalista, as bases sociais das hegemonias e as relações entre as culturas ocidentais e não-ocidentais.

VIDA E MORTE DE CANUDOS

Walnice Nogueira Galvão. O império do Belo Monte. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. 128 p.

Uma bela análise da experiência de Canudos por uma das maiores conhecedoras da obra de Euclides da Cunha (e de Guimarães Rosa). Uma edição bastante cuidada, com inúmeras fotos, que integra a nova coleção "História do povo brasileiro".

O ambientalismo no Brasil

Teresa Urban. Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2001. 172 p.

Um esforço pioneiro de mapear a formação do movimento ambientalista em nosso país, focando principalmente a década de 70 no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas prosseguindo nas duas décadas seguintes. De caráter jornalístico, o livro reúne informações úteis para a compreensão do movimento.

SOCIALISMO LIBERAL NO SÉCULO XIX

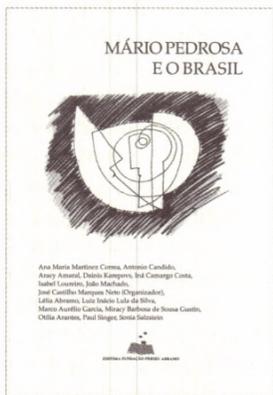
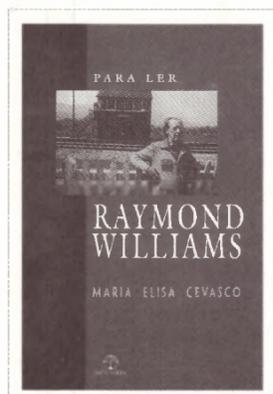
John Stuart Mill. Capítulos sobre o socialismo. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001. 128 p.

Obra do filósofo e economista, influente na formação do movimento fabiano que está na raiz do trabalhismo inglês. A cuidada edição é precedida de uma apresentação de Paul Singer.

A experiência gaúcha

Raul Pont (coord.) e Adair Barcelos (org.) Porto Alegre: uma cidade que conquista. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. 240 p.

Balço sistemático do governo municipal de Porto Alegre durante a gestão de Raul Pont. Nos 28 capítulos, um apanhado de todas as áreas de governo, com destaque para as discussões sobre orçamento e política fiscal, educação e saúde.



SETENTA ANOS DEPOIS DE ADMIRÁVEL MUNDO NOVO, GREGORY PENCE, PROFESSOR DE ÉTICA MÉDICA, REIVINDICA O DIREITO DOS PAIS ESCOLHEREM OS FILHOS QUE TERÃO, COMO "OS CRIADORES FAZEM CRUZAMENTO BUSCANDO O CÃO MAIS ADEQUADO".

EDUARDO GALEANO

Em seu romance *Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley havia profetizado a fabricação de seres humanos em série. Em tubos de ensaio de laboratórios, os embriões se desenvolveriam de acordo com sua futura função na escala social, desde os alfas, destinados ao mando, até os ipisilons, produzidos para a servidão.

Setenta anos depois, a biogenética nos promete, como presente do recém-nascido milênio, uma nova raça humana. Mudando o código genético das gerações futuras, a ciência produzirá seres inteligentes, belos, saudáveis e talvez imortais, de acordo com o preço que cada família possa pagar. James Watson, prêmio Nobel, descobridor da estrutura do ADN e chefe do Projeto Genoma Humano, predica o despotismo científico. Watson se nega a aceitar limite algum para a manipulação das células humanas reprodutivas: nenhum limite à pesquisa, nem ao negócio. Sem papas na língua, proclama: "Devemos nos manter à margem dos regulamentos e das leis".

CRUZAMENTOS MAIS ADEQUADOS

Gregory Pence, que dita a cátedra de ética médica na Universidade de Alabama, reivindica o direito dos pais a escolher os filhos que terão, "da mesma forma que os criadores fazem cruzamento buscando o cão mais adequado a uma família".

E o economista Lester Thurow, do Massachusetts Institute of Technology, exitoso teórico do êxito, se pergunta quem poderia negar-se a programar um filho com maior coeficiente intelectual. "Se o senhor não fizer isso" – adverte – "seus vizinhos farão, e então seu filho será o mais bobo do bairro".

Se a sorte nos acompanhar, as estufas da futura geração irão gerar super-crianças parecidas a esses gênios. O melhoramento da espécie humana já não irá exigir os fornos a gás onde a Alemanha purificou a raça, nem a cirurgia que os Estados Unidos, a Suécia e outros países realizaram para evitar que fossem reproduzidos os produtos humanos de baixa qualidade. O mundo fabricará pessoas geneticamente modificadas, como já fabrica alimentos geneticamente modificados.

2001, *odisséia no espaço*: já estamos em 2001 e já comemos comida química, como havia anunciado, há mais de trinta anos, o filme de Stanley Kubrick. Agora, os gigantes da indústria química nos dão de comer. Questão de siglas: depois de

A ERA DE FRANKENSTEIN



produtos como o DDT, que finalmente foram proibidos quando já fazia anos que se sabia que davam mais câncer que felicidade, chegou a vez dos GM, os alimentos geneticamente modificados. Dos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá, os GM invadem o mundo inteiro, e somos todos cobaias desses experimentos gastronômicos dos grandes laboratórios.

ECONOMIA X SAÚDE

Na verdade, nem sabemos o que estamos comendo. A não ser por raras exceções, as etiquetas dos alimentos não nos advertem que eles contêm ingredientes que sofreram a manipulação de um ou de vários genes. A empresa Monsanto, a principal abastecedora, não inclui esse dado em suas etiquetas de origem, nem mesmo no caso do leite proveniente de vacas tratadas com hormônios transgênicos de crescimento. Esses hormônios artificiais favorecem o câncer da próstata e dos seios, segundo várias pesquisas publicadas em *The Lancet*, *Science*, *The International Journal of Health Services* e outras revistas científicas, mas a Food and Drug Administration dos Estados Unidos autorizou a venda do leite sem menção nas etiquetas, porque afinal das contas os hormônios apressam o crescimento e aumentam o rendimento, e portanto, também aumentam a rentabilidade e o lucro. Primeiro o que vem primeiro, e em primeiro lugar, a saúde da economia. Seja como for, quando a Monsanto é obrigada a confessar o que vende, como no caso

dos herbicidas, a coisa não muda muito. Faz alguns anos a empresa precisou pagar uma multa por causa de "setenta e cinco menções inexatas" nos galões do venenoso herbicida Roundup. Foi a preço de ocasião. Três mil dólares por cada mentira.

Alguns países se defendem, ou pelo menos, tentam se defender. Na Europa, a importação de produtos da engenharia genética está proibida em alguns casos, e em outros, está submetida a controle. Desde 1998, por exemplo, a União Européia exige etiquetas claras para a soja geneticamente modificada, mas é muito difícil levar as boas intenções à prática. O rastro se perde em múltiplas combinações: segundo o Greenpeace, a soja geneticamente modificada está presente em 60% de toda a comida processada que é oferecida nos supermercados do mundo.

"NÃO SE METAM COM MEUS GENES"

Nas manifestações ecologistas, um grande peixe azul ergue um cartaz: "Não se metam com meus genes". Ao lado, um tomate gigante exige a mesma coisa. No mundo inteiro multiplicam-se as vozes de protesto. A atitude européia é resultado da pressão da opinião pública. Quando os granjeiros franceses incendiaram os silos cheios de milho transgênico, por causa do dano notório que trazia ao ecossistema, o agitador camponês José Bové converteu-se num herói nacional, num novo Asterix, que alegou em sua defesa: Quando foi que nós, os granjeiros e os

consumidores, fomos consultados sobre isso? Nunca.

O governo francês, que havia metido Bové na cadeia, desautorizou os cultivos de milho inventado pela biotecnologia. Algum tempo depois, a empresa norte-americana Kraft Foods devolveu milhões de tortilhas de milho, marca Taco Bell, sufocada pelas queixas dos consumidores que tinham sofrido reações alérgicas. Enquanto isso, a secretária de Estado Madeleine Albright dizia e repetia na Europa, conforme obrigação prioritária da diplomacia dos Estados Unidos: "Não existe nenhuma prova de que os alimentos geneticamente modificados sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Os europeus têm motivos muito concretos para desconfiar das piruetas tecnocráticas na mesa de jantar. Estão escaldados pela sua recente experiência com as vacas loucas. Enquanto comiam pasto ou alfafa, durante milhares de anos, as vacas haviam se comportado com uma cordura exemplar, e haviam aceitado, resignadas, seu destino. Foi assim até que o sistema louco que nos rege decidiu obrigá-las ao canibalismo. As vacas comeram vacas, engordaram mais, ofereceram à humanidade mais carne e mias leite, foram cumprimentadas pelos donos e aplaudidas pelo mercado – e ficaram loucas de pedra. O assunto deu motivo a muitas piadas, até que começou a morrer gente. Um morto, dez, vinte, cem...

Em 1996, o ministério britânico de Agricultura havia informado à população que a ração de sangue, sebo e gelatina de origem animal era um alimento seguro para o gado e inofensivo para a saúde humana.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNACIONAL PT. DISTRIBUÍDA ÚNICAMENTE AOS SEUS FILIADOS

EDUARDO GALEANO É ESCRITOR URUGUAIO, AUTOR DE **AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**.